

ANEXO Nº 17 AGOSTO DE 1999

TERCEIRA IDADE

Assembléia
Nacional de
Idosos

SESC
SAO PAULO







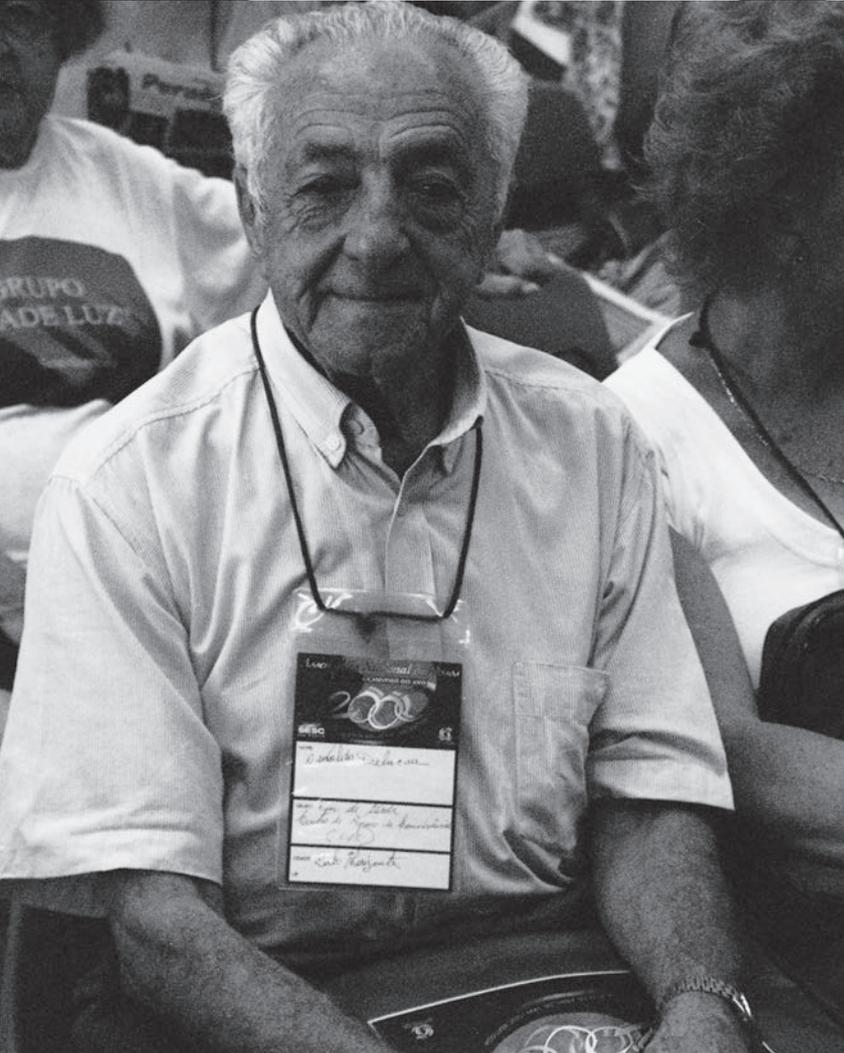
Publicação Técnica editada pelo SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC), Administração Regional no Estado de São Paulo - Av. Paulista, 119 - 9º andar - CEP 01311-903 - Tel. 3179-3578 São Paulo-SP. Diretor do Departamento Regional do SESC/SP: Danilo Santos de Miranda, Superintendente Técnico-Social: Joel Naimayer Padula, Gerente de Estudos e Programas da Terceira Idade: Marcelo Antonio Salgado. COMISSÃO EDITORIAL: Antonio Arroyo (Organização e Revisão), Regina Ribeiro (Organização e Revisão), José Carlos Ferrigno (Organização e Revisão), Marcelo Antonio Salgado (Coordenação). PROJETO GRÁFICO: Eron Silva. ARTE: Cristina Miras, Cristina Tobias, Eurípedis Silva, Marilu Donadelli, Lourdes Teixeira.

Fotos: Eron Silva, Nilton Silva.

Matérias para publicação podem ser enviadas para apreciação da comissão editorial, no seguinte endereço: Revista Terceira Idade - Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade (GETI) - Av. Paulista, 119 - 9º andar CEP 01311-903 - São

SUMÁRIO

CONFERÊNCIA: "O IDOSO BRASILEIRO NO PRÓXIMO SÉCULO"	
Marcelo Antonio Salgado	5
PAINEL DE DEBATES: "REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO IDOSO BRASILEIRO PARA O PRÓXIMO SÉCULO"	
Organização e Mobilização Política da Terceira Idade	
Aldaísa Sposati	17
As Relações Afetivas: Família, Amigos e Comunidade	
Ruth da Costa Lopes	22
A Iniciativa Pública e Privada nos Serviços de Saúde, Educação, Cultura e Lazer	
Maria José da Rocha Barroso	28
PAINEL DE DEBATES: "POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO À VELHICE PARA O PRÓXIMO SÉCULO"	
Políticas do Ministério da Saúde	
Ana Maria Figueiredo	41
Políticas do Ministério da Justiça	
Herbert Borges Barros	49
Políticas do Ministério do Trabalho e do Emprego	
Atilio Machado Peppe	54
Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social	
Jurilza Maria Barros de Mendonça	57
CONFERÊNCIA: "GLOBALIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA"	
Mário Sérgio Cortella	63
SÍNTESE DE TEMAS APRESENTADOS PELOS GRUPOS DE IDOSOS NAS SEGUINTE ÁREAS:	
Saúde	85
Previdência e Assistência Social	87
Educação e Cidadania	90
Cultura e Lazer	93
Esporte e Atividades Físicas	96
Relações Sociais	99
Trabalho	102
Habitação	107
Urbanização e Transportes	109
Tecnologia e Meios de Comunicação	112
CARTA ABERTA À NAÇÃO	115



APRESENTAÇÃO

ABRAM SZAJMAN

Presidente do Conselho Regional do SESC de São Paulo

O Departamento Regional do SESC de São Paulo promoveu a Assembléia Nacional de Idosos, no período de 06 a 12 de abril de 1999, na unidade do SESC Bertioga/SP. A Organização das Nações Unidas elegeu este ano como o "Ano Internacional do Idoso" e recomendou que, em todos os países membros, fossem realizados eventos alusivos ao tema. Esta Assembléia reuniu cerca de 1.400 idosos, organizados em delegações, representando todas as regiões do território nacional.

O SESC de São Paulo tomou essa iniciativa por várias razões. A primeira reporta-se à longa tradição de trabalho social, voltado a essa faixa etária, que estamos desenvolvendo desde os anos 60. Aproximadamente 50 mil idosos estão matriculados em programas sócio-culturais em nossas unidades da capital e interior do Estado. Os objetivos principais desse trabalho têm sido o incentivo à integração social dos velhos, e a consequente melhoria de suas condições de

vida, através de atividades que promovam a sociabilização, a atualização cultural, a descoberta de novas habilidades e a consciência do fenômeno do envelhecimento em suas vertentes biológica, psíquica e social. Creemos que, assim fazendo, proporcionamos condições concretas para que o idoso se posicione mais incisivamente ante a imagem preconceituosa que a sociedade moderna produziu em relação à velhice.

Outro motivo que nos levou a esse empreendimento vincula-se à morosidade do Estado Brasileiro, em todos os seus níveis, em responder aos anseios da Terceira Idade. Todos conhecemos a situação de penúria a que estão submetidos grande parte de velhos e aposentados no Brasil. Muitos não possuem condições mínimas para uma alimentação adequada, uma moradia decente ou uma assistência médica eficaz.

No entanto, além de pensar e agir sobre o momento atual, é preciso refletir sobre o futuro das próximas gerações. Por

isso, o tema escolhido para a Assembléia Nacional foi "A Terceira Idade a Caminho do Ano 2000". Acreditamos ser de extrema urgência promover discussões, envolvendo toda a sociedade, de medidas que possam responder a questões, como a previdenciária por exemplo, que tendem a se agravar no próximo século.

Nesta edição especial da revista "A Terceira Idade" apresentamos a transcrição das palestras e dos painéis de debates, com especialistas e representantes do Governo, que certamente trouxeram esclarecimentos para um melhor equacionamento dos temas apresentados. Todavia, consideramos fundamental um exame atento às reivindicações dos próprios idosos aqui registradas. Foram

32 trabalhos, discutidos em suas comunidades e apresentados durante o evento, sintetizados nas seguintes áreas: Saúde, Previdência, Educação e Cidadania, Esporte e Atividades Físicas, Cultura e Lazer, Relações Sociais, Trabalho, Habitação, Urbanização e Transportes, Tecnologia e Meios de Comunicação.

Demos mais um passo ao lado dos idosos na luta pelos seus direitos. O caminho mostra-se longo e árduo. Mas, acreditamos que a crescente organização política do idoso brasileiro pode pressionar governos e sensibilizar brasileiros de todas as idades. O futuro depende daquilo que construirmos desde agora.

Conferência

“O Idoso Brasileiro no Próximo Século”

MARCELO ANTONIO SALGADO

GERONTÓLOGO E EPIDEMIÓLOGO DO ENVELHECIMENTO
GERENTE DE ESTUDOS E PROGRAMAS DA TERCEIRA IDADE
DO SESC DE SÃO PAULO



Bom dia a todos.

É desnecessário falar da emoção, do carinho, da satisfação de podermos estar, mais uma vez, reunindo delegações da Terceira Idade de todos os cantos do território brasileiro. Algumas pessoas já devem ter participado de diversos eventos dessa natureza em unidades do Sesc. É muita satisfação e, ao mesmo tempo, é motivo de grande orgulho para todos nós do Sesc estarmos sediando o primeiro e, provavelmente, o único evento da sociedade brasileira que reúne um grupo considerável de representantes de grupos da Terceira Idade para refletir sobre a questão do seu próprio envelhecimento neste Ano Internacional do Idoso. Certamente essa reflexão irá produzir efeitos, se nem tanto para a geração dos senhores, para a dos futuros idosos, pois as mudanças políticas na sociedade brasileira têm sido extremamente lentas. A história brasileira nunca estará completa se não houver um espaço significativo, ou melhor, se não dedicar uma página dessa história para enaltecer as mulheres e os homens da terceira idade que, de uns anos para cá, despontam na sociedade brasileira, se agrupam, se reúnem, se mobilizam em todas as comunidades, lutando por melhores condições de vida para os seus pares e para outras gerações. Portanto, creio que esse é o maior mérito dessa assembléia, e um mérito totalmente devido aos senhores, cidadãos mais idosos.

Costumo dizer, de um tempo para

cá, que agora estou vivendo a minha problemática de DNA - Data de Nascimento Antiga. Quando comecei esse trabalho, há 30 anos, chegava nos ambientes da Terceira Idade e ouvia aquela referência: "Ah, Doutor Marcelo, um garoto". O tempo foi passando e de vez em quando eu ouvia outro tipo de observação: "Ah, o Marcelo ainda é jovem"! Agora já vão me perguntando: "Qual é mesmo o grupo a que o senhor pertence"? Ao longo desses 30 anos minha história também foi se formando e com ela a minha maturidade. Hoje, talvez eu esteja vivendo o tempo mais extraordinário da minha existência, que enfrento com naturalidade porque os senhores me ensinaram o significado do envelhecimento. Começo a viver a adolescência da minha envelhescência, porque também estou entrando na Terceira Idade. Espero entrar nela com um pouco mais de segurança, com maiores objetivos existenciais, que foram incorporados ao longo de 30 anos, observando o envelhecimento de cada um dos senhores; e as atitudes que cada um teve sempre em relação aos problemas, às dificuldades, e a nobreza com a qual cada um tem vivido o seu próprio envelhecimento.

Por outro lado é interessante observar que, nesta etapa da minha vida, percebo que muitas das coisas, que aprendi sobre a velhice nas universidades que freqüentei, foram insuficientes para formar a minha cultura sobre a velhice. Pensei que soubesse muita coisa; hoje

concluo que não sei. Muitas coisas pensei que pudesse; hoje concluo que ainda não posso. Muitas outras coisas percebo que ainda vou ter que aprender; agora não mais da literatura, dos livros; não mais da verbalização da experiência de vida de cada um dos senhores, mas pelo exercício do meu próprio tempo de vida; do exercício do meu próprio processo de envelhecimento. Se antes falava que um dos aspectos mais difíceis da velhice é conviver com as perdas, com as dificuldades, com as limitações, sobretudo com as limitações do corpo, hoje sinto na carne esse tipo de limitação. Hoje posso interpretar, com muito mais significado e abrangência, o que isso significa. Hoje começo a descobrir também a necessidade de um desenvolvimento espiritual para poder entender e aceitar um pouco mais esse tempo de envelhecimento. Tempo que é fantástico. E o mais fantástico do envelhecimento, certamente, é o paradoxo do envelhecimento; porque o tempo, que destrói metais, o ferro, a pedra, também destrói o nosso corpo. Paradoxalmente esse mesmo tempo, que destrói no plano físico, nos constrói em experiência, em sabedoria, e acima de tudo em humildade. Humildade no sentido de entender melhor a vida, de compreender melhor a existência de cada um com a riqueza das diferenças individuais. É preciso ter humildade para aceitar que, embora queiramos viver a eternidade no plano físico, essa eternida-

de não existe. Podemos sim viver a eternidade na construção de nossa memória. Cada vez que formos lembrados por um filho, por um neto, por um amigo, por um companheiro, e cada vez que formos celebrados, estaremos imortalizados na nossa existência. Esse talvez seja o grande significado do envelhecimento; e essa certamente foi a grande lição que recebi de cada um dos senhores. Portanto, sou e serei eternamente grato.

Todos sabemos que vivemos em um país de extraordinários contrastes. Não existe um Brasil, existem muitos Brasis. Existe um Brasil pobre e outro rico. O Brasil rico é aquele que tem a maior reserva de ferro do mundo; é o maior produtor de soja e de café; e o que possui a maior área territorial do continente latino-americano. São mais de 8.5 milhões de quilômetros quadrados. É o Brasil do solo fértil, do solo rico. Esse Brasil contrasta com o pobre, onde determinados padrões de qualidade de vida, de algumas regiões da nossa sociedade, são comparados àqueles das sociedades afro-asiáticas, as mais miseráveis do mundo. O Brasil pobre é aquele onde os direitos de cidadania ainda têm que ser reivindicados; e nesse particular se inclui a questão do envelhecimento. O velho ainda tem que dizer à sociedade: "Eu estou aqui e faço parte desse Brasil. A idade e o tempo de vida se não conferem precedência, deveria pelo menos garantir um espaço social. Se tenho décadas a mais de cidadania,

também mereço um espaço na sociedade.” Esse Brasil, tão contrastante, é um país que dificilmente sai da crise. Na minha infância já ouvia falar de crise política, de crise social, de crise da Previdência Social. É uma crise tão forte que afeta a todos, jovens e idosos. Certamente os jovens serão até mais prejudicados, porque terão o seu futuro comprometido. É uma crise tão profunda que o destino profissional de muitos brasileiros se reduz à “sacolagem” na Ponte da Amizade, no Paraguai, ou à venda de cachorro-quente nas barraquinhas das grandes cidades. Para aqueles brasileiros mais privilegiados provavelmente a solução da crise passe pelos aeroportos internacionais, embarcando definitivamente para o exterior. Mas, para boa parte da população, e sobretudo para a população da Terceira Idade, não resta outra saída senão a de permanecer e lutar por dias melhores. Essa é uma responsabilidade que todos teremos que assumir: lutar por um sistema mais justo e por uma cultura mais receptiva, mais condizente com a realidade de nosso envelhecimento.

Costumo observar que nós, seres humanos, temos dois tipos de existência: a virtual e a social. A existência virtual é nossa própria vida, nossa própria existência. Ela é poética e muito utilizada na sociologia e nos discursos políticos. Mas não nos iludamos. É um discurso hipócrita, porque não respeita verdadeiramente o homem, como também não respeita a

existência virtual da natureza, dos animais, da nossa fauna e da nossa flora. A existência social significa exatamente o papel que cada indivíduo (criança, adolescente, adulto jovem, cidadão maduro ou idoso) tem o direito de exercer. A existência social do cidadão da terceira idade, bem como a de outros grupos etários da sociedade brasileira, é que está sendo prejudicada pelas injustiças sociais e pela dificuldade de exercício da cidadania.

Como está ocorrendo o envelhecimento da sociedade brasileira? Dois problemas se oferecem. O primeiro é a questão da dificuldade material; dificuldade de equacionar a qualidade de vida sob o ponto de vista material, que está mais concentrada na questão da previdência. É a tal crise da Previdência Social. A previdência cresceu atabalhoadamente; financiou projetos faraônicos e hoje não consegue financiar a manutenção do sistema de previdência dos seus contribuintes; dos cidadãos que, ao longo de 30, 35 anos da sua vida ativa, contribuíram mensalmente para esse sistema. Porque a Previdência está em crise? Certamente porque os seus recursos foram desviados para o financiamento de outras coisas; porque muitas empresas e muitos indivíduos poderosos continuam inadimplentes e também porque não foi previsto o aumento da expectativa de vida do brasileiro. Quando se criou o sistema previdenciário brasileiro, a idéia era a de que o indivíduo na condição

de aposentado sobrevivesse em média cinco, seis anos, e não mais do que isso. Hoje o aposentado brasileiro se “recusa” a morrer no tempo previsto! Por isso a Previdência não consegue ser suficientemente ágil para administrar os fundos para a manutenção da qualidade de vida dos que se aposentam. É um problema sério, porque causa um empobrecimento sistemático da população que envelhece. Fica difícil para as pessoas manter a qualidade da sua vida e o tônus existencial quando o futuro está carregado de incertezas. Então, aquele indivíduo que gloriosamente construiu a sua família, criou e emancipou os seus filhos, corre o risco de voltar à tutela dos seus próprios filhos. Por mais que a família e os filhos jovens possam assumir essa tarefa de bom grado, é um constrangimento para o indivíduo ter que retornar a essa situação de tutela e dependência do seu grupo familiar. Fomos criados para vencer, nunca para perder. Quando perdemos algo de nosso patrimônio cultural, vivenciamos uma situação de luto. O luto, quando se processa na idade do envelhecimento, é mais triste, mais doloroso. O velho, independentemente das suas condições de saúde, sabe que o tempo de vida é relativo. Não somos ingênuos em achar que, aos 70 anos de idade, vamos ter 30, 40 anos a mais para refazer as coisas. A vida no envelhecimento tem que ser vivida a curto prazo. Os projetos não podem esperar muito tempo, porque sempre

temos a sensação de que o tempo talvez não seja tão longo.

Por outro lado, falta na sociedade brasileira a qualificação social do indivíduo; ou seja, o respeito pela sua existência social, tantos dos direitos, como a das funções sociais que cada cidadão tem. Lamentavelmente a nossa cultura é pouco receptiva para com os velhos, muito embora já tenhamos no Brasil um percentual de 7% de idosos, com 60 anos e mais, que representam mais de 13.5 milhões. Até o ano 2020 o Brasil será uma das nações que mais rapidamente envelhecerá. Seremos quase 40 milhões de velhos. O que isso significa? Países do Primeiro Mundo não têm 40 milhões de pessoas na sua população. Nós seremos 40 milhões de velhos! E 2020 não está tão longe, é amanhã! Alguns anos atrás falávamos em 2000 como se estivesse a uma eternidade. Ele está batendo em nossa porta daqui a alguns meses. Na existência de uma pessoa 20, 30 anos pode significar muito; num processo histórico é apenas uma gota de água. Como a sociedade espera receber esse contingente de velhos? Com escárnio e deboche, ou com grande respeito? A sociedade brasileira, ao longo da história, tem oscilado entre esses dois comportamentos.

Gosto de lembrar os estudos antropológicos para refletir sobre a situação dos velhos nos diferentes tempos e em diferentes sociedades. O destino dos velhos esquimós, por exemplo, quando

se encontravam na velhice e se sentiam improdutivos se enterravam no iglú para morrerem asfixiados; ou se despiam dos casacos de pele, e caminhavam pela região Ártica, gelada, para serem devorados pelos ursos polares que habitavam a região. Esse sacrifício do velho esquimó era feito com espírito de solidariedade às suas gerações; pois diziam o seguinte: “Durante a juventude matei o urso para, com sua carne, alimentar os meus filhos. É justo que, na minha velhice, entregue a minha carne para alimentar o urso, que continuará alimentando os meus descendentes.”

Temos um outro exemplo fantástico, dado pela cultura japonesa, que foi romanceado na obra *Narayama*, mostrando a situação dos velhos em épocas passadas do Japão. Os japoneses organizavam um tipo de festa, a Festa dos Mortos, em que cada filho apresentava seus velhos para serem sacrificados. Esses velhos eram acompanhados pelo filho primogênito ao alto de uma montanha, onde eram abandonados para morrerem de fome e frio, ou devorados por algum animal. A obra, inspirada em fatos reais, narra a história de um determinado filho que, por mais que reconhecesse a velhice da mãe, pelo amor, pelo respeito e solidariedade para com ela, mesmo com as festas dos mortos se sucedendo, ele não a apresentava para o sacrifício. Aquela senhorinha, ficando incomodada moralmente por não ser sacrificada, resolve quebrar seus próprios



dentos para parecer mais velha. Na festa seguinte ela, finalmente, foi entregue ao sacrifício.

Em contrapartida os Yagaris, tribo que habita a região árida do sul do Chile, têm uma altíssima consideração para com os seus velhos. O chefe religioso, quando indagado sobre a razão daquele respeito e consideração tão grande pelos velhos, deu a seguinte resposta: “Porque nós amamos e respeitamos demais as nossas crianças. Quando elas envelhecem nós continuamos lhes atribuindo o mesmo respeito e a mesma consideração”.

Outro exemplo interessante é o dos Lelês. Tribo na qual somente o homem velho é poderoso, porque somente o velho pode ter quantas esposas quiser. Por

que só os velhos têm esse poder? Porque, sabiamente, eles precisam ter controle sobre o trabalho dos jovens. Para isso entregam algumas de suas muitas filhas para os casamentos coletivos. Para esses casamentos todos os jovens da tribo se candidatam. Então eles escolhem alguns desses jovens, que em contrapartida de se tornarem esposos de uma de suas filhas, trabalham para esse velho. O jovem vai trabalhar permanentemente na expectativa do falecimento do velho, já que no dia em que ele morrer seu harém também será redistribuído entre outros jovens maduros. Essa é a única possibilidade do jovem ter um poder. Em algumas tribos indígenas brasileiras, que ainda existem na região do Médio e Alto Xingu, a mulher velha possui muito poder.

Infelizmente nas sociedades urbanas, teoricamente mais desenvolvidas, o poder e o prestígio do velho vem decaindo. Podemos vislumbrar duas possibilidades para os nossos futuros velhos. Numa hipótese mais otimista, enxergaremos o cidadão da Terceira Idade como um indivíduo competente que, apesar das suas limitações físicas e perda de alguns espaços sociais, poderá ser alguém, senão economicamente produtivo, socialmente produtivo. Nessa perspectiva devemos investir na cultura, na experiência existencial, e também na atenção às necessidades básicas de nosso velho. Assim procedendo, o velho brasileiro do futuro será um real patrimônio da nossa

coletividade. Contudo, se continuarmos a considerar a velhice como um tempo apenas de perda, de decadência, de vazio, de desperdício e de burrice, então o velho brasileiro continuará sendo visto como um peso, e sua experiência um farol iluminando para trás.

São esses dois cenários que, lamentavelmente, podemos ter; talvez coloridos um pouco exageradamente. Considerando esses dois possíveis cenários, é importante que tenhamos a consciência plena de que, feliz ou infelizmente, o tempo do nosso envelhecimento, ao contrário do que a literatura dizia e do que os políticos continuam afirmando, talvez não seja um tempo de lazer, de recuperação das energias; um tempo só de valorização dos nossos interesses pessoais e particulares, de fazer aquilo que nós não fizemos antes. O tempo da nossa velhice também tem de ser um tempo de luta. O idoso brasileiro não pode se omitir mais e se isolar em sua casa. Tempo de luta não é, obviamente, uma luta armada; não é, necessariamente, apenas uma luta política; mas, principalmente, uma luta de presença.

Gosto muito de me referir a fatos da história, porque acho que a fisionomia das culturas passadas nos ajudam a refletir muito sobre o futuro. As legiões romanas, na época de maior opulência do Império Romano, ostentavam nos escudos e emblemas a inscrição "Adsumus", que significa "Aqui estamos". Isso significava que, onde houvesse uma rebelião a do-

minação romana, os soldados romanos estavam presentes. O cidadão romano estava presente. Assim os velhos têm de ser. Todos temos que ostentar na alma o galardão: "Aqui estamos". "Somos velhos, sim, e daí? Estamos aqui nessa sociedade para experimentar, para compartilhar, para ajudar e para dividir". A responsabilidade de todos nós, no tempo do nosso envelhecimento, é a de trabalharmos para que a sociedade brasileira possa resgatar a cidadania de quem está envelhecendo; do indivíduo que, embora tenha algumas ou muitas dificuldades materiais ou físicas, tem grandeza de espírito e força interior. Envelhecer tem o extraordinário mérito

de sintetizar todas as idades. Portanto, se bem posicionado, bem atendido nas suas necessidades, bem estimulado à participação social, cada idoso brasileiro é um indivíduo que ainda pode compreender e criticar os acontecimentos dos dias atuais, e também contribuir para a construção da modernidade e do futuro da nossa sociedade.

"A existência social significa exatamente o papel que cada indivíduo (criança, adolescente, adulto jovem, cidadão maduro ou idoso) tem o direito de exercer.

A existência social do cidadão da terceira idade, bem como a de outros grupos etários da sociedade brasileira, é que está sendo prejudicada pelas injustiças sociais e pela dificuldade de exercício da cidadania."



Painel de Debates

“ Reflexões Sobre a Situação do Idoso Brasileiro para o Próximo Século”

Temas

“Organização e Mobilização Política da Terceira Idade”

“As Relações Afetivas: Família, Amigos e Comunidade”

“A Iniciativa Pública e Privada nos Serviços de Saúde, Educação, Cultura e Lazer”



“Organização e Mobilização Política da Terceira Idade”

Aldaíza Sposati

Assistente Social e Vereadora da Câmara Municipal de São Paulo.

Para fazer algumas considerações sobre o tema “Organização e Mobilização Política da Terceira Idade”, pensei em começar esta reflexão lembrando de uma mulher do começo do século, a Lou Andréa Salomé. Ela teve relações com homens importantíssimos, escritores, escultores, homens ilustres, e inclusive foi uma mulher muito avançada para aquele momento histórico. Ela disse algo em seus livros que sempre me calou profundamente. Segundo ela, a vida nunca dá nada; se alguém quiser alguma coisa, tem que “roubá-la” da vida. O sentido dessa frase é muito importante; está dizendo que, se nós desejamos efetivamente alguma coisa, temos que ir a campo; que estar prontos para construir e criar as condições para que ela aconteça. O poeta, compositor e cantor Geraldo Vandré disse isso de outra forma: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Na medida em que os anos vão passando e vamos ganhando experiência, surge um sentimento do tipo: “Agora que já trabalhei muito na vida, eu quero é descansar; deixo o trabalho para os

outros, eu quero é gozar, usufruir e não mais saber dessa história de estar me matando. Nos anos que ainda tenho, eu quero viver”. Este pensamento é bastante comum. Começamos a perceber que essa sabedoria, advinda da experiência, nos traz o sentimento de que a vida precisa ser curtida. Ao mesmo tempo, começamos a perceber também que, apesar de termos trabalhado muito para conseguir curtir a vida, não basta desejar; é preciso ter condições concretas e efetivas, e principalmente condições econômicas.

Infelizmente sabemos também que, apesar de estarmos na entrada do terceiro milênio, perversamente a Terceira Idade, na nossa sociedade, ainda não é considerada por sua sabedoria e pelo conjunto de condições que precisa ter para viver com dignidade. Por exemplo, vejamos o valor da aposentadoria. As pessoas sabem que, parando de trabalhar, o que vão receber de aposentadoria será sempre menor do que o que ganhavam antes. E pior, eu li nos jornais que o presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães, está propondo uma separação entre o valor do

salário mínimo e o valor da aposentadoria; e que fosse definida, se possível, até 1º de maio, porque ele considera que o salário mínimo não tem aumento, devido ao peso que o aumento da aposentadoria acarreta. Ou seja, se o salário aumenta, tem que se aumentar o valor da aposentadoria. O que está querendo dizer o senador? Que o aposentado, embora tenha trabalhado, não tem o mesmo valor de quem está no trabalho ativo; que ele pode viver com menos, como se a comida e remédio custassem menos para ele, como se a reposição das condições de vida, deixadas no trabalho e na criação dos filhos, pudesse ser desconsiderada. Este exemplo mostra que a sociedade brasileira ainda tem um árido trajeto para entender que direitos de cidadania, direitos de igualdade, direitos humanos e direitos sociais devem ser universais, direitos de todos.

Essa constatação dá o eixo para uma grande questão, que gostaria de refletir a partir da idéia: “A vida não nos dá nada, vamos conquistar; quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Nesta Assembléia Nacional delegações de todo o Brasil estão lutando para que a sociedade entenda que a Terceira Idade tem seus direitos; para que o Brasil incorpore o que chamo de direito geracional, isto é, o direito à diferença de gerações. Nesta última década do milênio o Brasil reconheceu dois grandes segmentos etários, o da criança e o do adolescente, como

direitos de geração. A Terceira Idade também deve ter o seu direito de geração. O que isso significa? Que o ser humano, em função da sua fase biológica, tem necessidades diferentes. Os seres humanos devem ser considerados como iguais, negros e brancos, homens e mulheres etc. Ser considerado como igual é, ao mesmo tempo, ter a possibilidade de ter atendida as suas diferenças. Nesta última década nós vivemos esse aprendizado, o do direito à diferença. Aí se trata de uma subordinação. O direito à diferença surge quando conseguimos, para ter igualdade com os outros, ter direitos que atendam às características específicas dos vários segmentos. Por exemplo, para que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, precisam de atenções específicas à sua condição de mulher; condições que as fortaleçam, e não que as rebaixem. Existe uma palavra em inglês: “inpowerment”, muito utilizada nas políticas de organização, de fortalecimento da sociedade, que quer dizer o fortalecimento da condição do poder, ou seja, a capacitação. O direito à diferença não significa ser desigual, e sim ter mais condições para ser igual; mais “apoderamento” para poder ser igual. É uma cultura política e social que precisamos introduzir efetivamente na sociedade brasileira. Em dezembro do ano passado comemoramos os 50 anos dos direitos humanos no mundo. Olhem que coisa incrível: 1998 anos depois do nascimento de Cristo que,

independentemente da crença religiosa, é um marco humanitário. E, somente em 1948, os homens decidiram reconhecer no papel os direitos humanos.

O apresentador Leão Lobo disse, em um de seus programas na TV: “Esse pessoal da carteirinha dos direitos humanos só protege bandido”. Eu fiquei pensando que, além de adquirirmos tardiamente o conhecimento sobre a importância da defesa dos direitos humanos, o entendimento do que é direito humano termina encolhido, e por alguns atacado devido a esse encolhimento. É evidente que Direito Humano não é defender bandido. Mas, quando se fala em defender direitos humanos, logo vem a crítica: “Esse é da turma que defende pivete; que defende bandido”.

Dizem os esotéricos que final de século é um momento para colocar as coisas no lugar; definir quem é quem, e o que queremos. Qual é o critério de justiça? Quais são os valores que vamos cultivar? Qual é a ética que deve direcionar nossas vidas? Já que estamos em 1999, ano da virada do novo milênio e desta Assembléia Nacional de Idosos, precisamos iniciar o novo milênio entendendo e assumindo, efetivamente, o direito à igualdade; direito que considere as diferenças, as gerações, a Terceira Idade; e, principalmente a consciência de que avançar na civilidade brasileira é acabar, entre outras coisas, com a discriminação da Terceira Idade. Isso nós temos que

ter muito claro para que, numa próxima assembléia, possamos avaliar o que ainda não foi conquistado. O jornal, que estamos lançando nesta assembléia, tem como manchete a frase: “O Brasil não respeita os seus idosos”, junto com a bonita foto de um senhor, chorando ao lado da bandeira do Brasil. Devemos lutar para que, no futuro, tenhamos motivos para fotos de pessoas idosas mais alegres.

Isso nos coloca a questão: qual é o lugar da Terceira Idade? Quando crianças, fomos educados pelos nossos pais com idéias do tipo “primeiro os mais velhos”, para definir quem devia ocupar determinado lugar. Às vezes perguntamos: quem é que, de fato, sabe e cumpre esse dito popular transmitido de pai para filho? Esse é o lugar da Terceira Idade na sociedade. Não se deve receber educação apenas em casa, mas em todo e qualquer lugar e situação. Simbolicamente, eu perguntaria: como é que passaremos de 1999 para o ano 2000, tornando pública a idéia de “primeiro os mais velhos”? Talvez discutindo, exaustivamente, o sentido desse lema em todos os ambientes e ocasiões possíveis.

Essas reflexões todas nos levam a perguntar: qual é o valor da experiência de vida? Eu me aposentei na Prefeitura de São Paulo depois de 25 anos de trabalho. Quando vi no Diário Oficial: “Aldaíza Sposati, registro tal, aposentada”, me perguntei: “Céus, trabalhei tanto nesses 25 anos, e agora só restou isso! É como

se algo tivesse acabado, sido descartado. E todas as minhas experiências? Se eu não fosse também professora, e se não estivesse também engajada nas lutas sociais, o que faria com a minha experiência na Prefeitura? Um álbum de fotos para alguém ver?

Considero importante termos a clareza de que a década de 90 é, sem dúvida alguma, um marco na história brasileira do crescimento e da luta da Terceira Idade. Se, no Conselho da Assistência Social e no Conselho da Criança e do Adolescente, os representantes são aqueles que falam pela criança e pela assistência social, assim também o movimento da Terceira Idade deve ser comandado pelos próprios idosos. Essa é uma conquista dessa década; portanto, quem deve tornar público, falar, exigir os direitos são as mesmas pessoas que têm esses direitos. Os Conselhos Municipais e Estaduais de Idosos constituem-se em importantes exemplos de organização política.

Temos hoje um outro espaço, a partir da Constituição de 88. Portanto, é uma conquista desta década o artigo 204 da Constituição. A sociedade civil pode, deve e sabe dizer o que quer, pode, deve e sabe dizer como as coisas devem ser geridas e governadas. Se ela não está sendo suficientemente ouvida, devemos lutar por isso. Precisamos ter uma agenda, e estratégias para levá-la à frente. O que sabemos, realmente, é que ainda não

conseguimos que a sociedade, a União, os Estados e os governos municipais respeitem os idosos de forma efetiva. A meu ver, esse deve ser realmente o grande eixo para o ano 2000: "primeiro, os mais velhos". Por quê? Porque temos um dado concreto: o aumento da população idosa no Brasil. Enquanto do ponto de vista do crescimento vegetativo, da procriação, o país se reduz, do ponto de vista geracional o país cresce. Hoje no Brasil conseguimos ter mais anos de vida; o que é um indicador de avanço no desenvolvimento humano. Ter desenvolvimento humano não é só crescer em educação, mas também em anos de vida, em esperança de vida. Ter esperança de vida significa poder ter um plano de viver. Os países mais desenvolvidos são os que têm mais esperança de viver; onde a maioria das pessoas tem acesso às conquistas da saúde e do desenvolvimento.

Há dois anos o censo mostrava que a Terceira Idade cresceu no Brasil: são 3,5 milhões de pessoas. Este índice representa cerca de 8,5% dos brasileiros. Sabemos também que na região sudeste (São Paulo, Rio e Minas) por exemplo, há mais esperança de vida do que no norte ou no nordeste. Isso significa que determinadas condições favorecem a esperança de vida. Os estudos que temos feito na cidade de São Paulo mostram que, embora hoje as pessoas consigam viver mais, somente nos bairros onde há mais infra-estrutura, isso é possível. Portanto, para que as pes-

soas da terceira idade possam viver mais e melhor precisamos melhorar os serviços para esse segmento etário; precisamos de uma cidade adaptada às necessidades dos idosos. Os serviços urbanos são pensados, pela tradição, para o jovem atlético que não tem nenhuma deficiência, e principalmente para os homens, porque as cidades, via de regra, não têm banheiros públicos, nem acessibilidade nas calçadas; não têm calçadas que permitem uma pessoa com problemas de locomoção andam com tranquilidade; e não têm transportes de fácil acesso. Os espaços urbanos devem ser concebidos não de forma padronizada, mas de modo a atender às características geracionais específicas.

Defato, a luta da Terceira Idade não é apenas a luta específica de um segmento. É uma luta geral da sociedade brasileira por um outro patamar de civilidade. O que isso quer dizer? Quando se luta pelos velhos não está em questão só um grupo determinado de 8,5%, 9,5% ou 10% da população, mas o modo pelo qual uma sociedade pensa e opera um indicador do padrão de civilidade dessa mesma sociedade. Tratar de forma descartável a Terceira Idade é afirmar que o nosso padrão de civilidade só serve para alguns; os outros podem ser descartados porque

não interessam mais à produção econômica. Não há valor cultural, nem simbólico, e nem transmissão de conhecimentos. Uma sociedade, que não tem presente e nem passado, não pode ter futuro, porque ela não tem história. O futuro não é só da criança. Romper essa segmentação na sociedade é fundamental.

Assim, por mais dificuldades que encontremos, precisamos ter o “inpowerment”, a força e o entendimento de que na vida nada se tem. Temos que construir e saber que a missão dos velhos brasileiros é trabalhar para que realmente tenham o direito de viver com dignidade. Isso significa introduzir na nossa história, no nosso país, uma cultura de respeito mútuo, uma cultura pública onde os mais velhos, em primeiro lugar, saiam do portão de casa para a praça pública, e saiam da conversa da sala para a decisão do Presidente ou do Governador. O que já se conseguiu, como a vacina em relação à gripe, como o não-pagamento de transporte público etc, seja considerado como o mínimo de conquista numa longa trajetória de muitos outros direitos.

As Relações Afetivas: Família, Amigos e Comunidade

Ruth G. da Costa Lopes
Psicóloga e Professora da PUC-SP

Quando me foi solicitado que abordasse o tema do afeto pensei que seria muito fácil, por duas razões: primeiro, por ser a matéria prima da minha atuação enquanto psicóloga; e segundo, por considerar um assunto do conhecimento de todos. Mas na ocasião de organizar esta reflexão, qual não foi o meu espanto ao perceber o quão complexo esse tema se apresenta.

No Dicionário Aurélio encontrei duas definições para AFETO. Uma se referia a afeição, simpatia, amizade, amor, sentimento, paixão, objeto de afeição; e a outra se referia a afeiçoado, dedicado, partidário, sectário. Como podem ver, a discórdia é incorporada à própria definição do termo; existem contradições e incoerências a serem administradas.

No vocabulário de Psicanálise, afeto “...expressa qualquer estado afetivo, penoso ou agradável, vago ou qualificado...”. Temos aqui a idéia do sofrimento, permeando o afeto. Portanto expressões comuns, do tipo “agora quero viver minha velhice tranquilamente, não quero mais sofrer”, referem-se a um desejo de impos-

sível realização. Enquanto estamos vivos, e como seres afetivos e desejantes que somos, continuamos tendo sofrimento e frustrações por não podermos dar o afeto, ou por não podermos receber o afeto que imaginamos merecer.

Por ser vago, impalpável, o afeto é totalmente subjetivo. Não podemos nem medi-lo, nem pesá-lo; mas todos sabemos quando não nos basta, ou quando ele nos sufoca. Isso não quer dizer que possamos estabelecer referências precisas e universais, mas temos expressões, usadas no cotidiano, que sinalizam os descompassos em relação as demandas afetivas: Você está chorando de barriga cheia; cada qual com sua cruz; cair das nuvens etc.

Podemos refletir sobre esse tema porque, apesar de ser um objeto de análise impalpável, todos sabemos que existe. E como existe! Que alimento é esse tão essencial à sobrevivência humana?

A Psicanálise, através de seus pressupostos (modelo formal teórico), pode nos ajudar a decifrar um pouco esse enigma. Hoje sabemos que os bebês



para se desenvolverem necessitam de carinho, de muito carinho; tanto quanto o atendimento às necessidades fisiológicas. Dizemos que é essa atenção cuidadosa, da mãe com relação aos primeiros cuidados com o bebê, que o ajudará a decifrar o que sente: frio, fome, necessidade de higiene.

Através do atento olhar materno, é retirada uma preciosa fonte desse “alimento”: o afeto. Somos para nossos pais “reizinhos” e “princesinhas”; e esse bom desejo sobre os filhos fará a grande diferença na construção da auto-estima de um indivíduo. Esses exemplos chamam a nossa atenção para a importância dos vínculos. O ser humano, para se caracterizar como tal, precisa de vínculos com os outros. Então, imaginem a tragédia que é uma velhice isolada, se a vida inteira precisarmos do olhar do outro.

Na nossa vida adulta iremos atrás desse olhar tão familiar e condutor; procuraremos encontrá-lo no amor, no trabalho, na atuação social, nas atividades culturais etc.

Retomando algumas noções da psicanálise, podemos afirmar que os primeiros anos de vida são estruturantes. Explicando melhor: o ser humano é um ser psíquico, que tem a capacidade de juntar prazer e desejo às necessidades fisiológicas. Nesse sentido, é a busca pela satisfação do desejo que mantém o bebê vivo, e que também nos manterá vivos em qualquer idade. Então, frente à angústia o bebê buscará criativamente novas ma-

neiras de superar o desconforto da perda, e preencher a lacuna, quando perceber que a mãe não está lá para suprir (e nem pode) todas as suas necessidades. Esta é uma vivência infantil importantíssima, na qual a vida adulta se assentará. Temos a fantasia de que éramos felizes na infância; ou de que as crianças é que sabem o que é felicidade, negando a angústia suscitada pela descoberta de que “o outro” não pode suprir as nossas demandas, nem pode nos completar. A educadora Fanny Abramovich, em seu livro “O mito da infância feliz”, aborda esse tema. O bebezinho, que de repente percebeu que a mãe não é só dele, sai à luta para compensar a frustração. Descobriu que a mãe gosta do pai, gosta de trabalhar, de participar de grupos de mulheres; pensava que aquele olhar significava: “Você é único, é exclusivo.” Ao buscar maneiras de preencher a insatisfação, que essa descoberta inicial introduziu na sua vida, horizontes se abrem e a criança vai ser alfabetizada, ter grupos de amigos, namorar etc. Estou salientando que se inicia uma busca de soluções criativas para preencher essas lacunas no decorrer da vida. Um idoso também precisará de estudo, de investimento na cultura e na atuação política para se reciclar.

Refletir sobre os vínculos é possibilitar novos significados para essa experiência primitiva; e para superar entraves precisamos falar das dificuldades. O afeto que não conseguimos administrar nos

empobrece. Quando estamos em crise afetiva, é como se ficássemos menos atentos à percepção de um novo conteúdo, à percepção dos outros; é como se ficássemos embotados. Uma autoestima rebaixada, em função de uma crise afetiva, faz com que sejamos menos atuantes politicamente; que reivindicemos menos os direitos na família e na sociedade. É preciso nos atentarmos para a importância dos vínculos, ou seja, a importância do outro para nos estruturarmos. Por essa razão a psicanálise também é chamada teoria da análise dos vínculos. Aí está a riqueza das possibilidades de existência do ser humano: colher esse alimento tão necessário à sua sobrevivência.

No entanto, como estamos sempre nos modificando, o que nos satisfazia pode não nos bastar mais, ou mudar a realidade à nossa volta. À medida que a vida nos priva do trabalho (com a aposentadoria), de entes queridos (com a morte); e, à medida que ocorram as alterações orgânicas (com as doenças), a crise se instala, reativando essas experiências mais primitivas. Antes, o colo da mãe era suficiente; agora, ele é pequeno para as nossas necessidades. Precisamos de muitos “colos” para satisfazer cada vez um número maior de partes. Sim, porque também nos tornamos múltiplos e as necessidades aumentam. Afinal crescemos!

Messy, um psicanalista francês, em “A pessoa idosa não existe” (1993), diz o seguinte: “O velho não se sente, não se

vê mais como objeto de desejo, impressão confirmada pela sociedade, que lhe sinaliza o quanto ele agora é improdutivo e inútil”. Mais adiante continua: “Embora colocado de escanteio, o sujeito ainda não se sente indesejável. Sobretudo se é apoiado por seu ambiente por investimentos adaptados à realidade”. E conclui: “Na circulação da libido não há jovem nem velho, o desejo não tem idade”.

Sempre procuramos esse olhar que nos confirme; nem sempre o achamos como desejávamos; às vezes os outros realmente não acham muita graça no que fazemos ou no que falamos. Problema de quem está olhando, no que falamos ou fazemos? A quem acusar? Não somos mais o lindo bebê do olhar da nossa mãe! Aí está a rica dinâmica das Relações Afetivas.

Tratarei agora das relações afetivas estabelecidas na família. Afinal, o que é uma família? A dificuldade começa pela própria definição. Se fizermos uma pequena pesquisa com os mil participantes desta Assembléia, vamos encontrar quase mil maneiras diferentes de estruturação do grupo familiar. Na nossa sociedade o modelo vigente é mãe, pai, filhos; de preferência um casal, de olhos X, com divisões (rígidas) do trabalho etc e tal. As exceções, segundo Eunice Durham, em Família e Reprodução Humana (1983), acabam sendo maiores do que a representação social que temos de família. Mas, esse é modelo que acaba permeando a nossa demanda afetiva.

Não é preciso dizer que não seja possível se manter esse modelo de família nuclear na velhice; a não ser a custa de muita neurose familiar; ou seja, de mecanismos que inviabilizem a maturidade e a independência dos filhos.

Mas, se isso aconteceu; se chegamos a construir esse modelo de família, em algum momento da nossa velhice, teremos que nos confrontar com essa nova realidade e lidar com o núcleo familiar expandido, distanciado espacial ou afetivamente.

Quero salientar que alguns filhos para se desenvolverem necessitam maior afastamento desse olhar familiar; e alguns pais não suportam ficar sem ter para quem olhar. Mas se ficamos muito presos a esse modelo, não permitindo que nada possa substituir esse vazio, corremos o risco de passarmos obsessivamente a exigir o retorno a este estado de complementação, que só o bebê encontra junto à mãe no início da sua vida. As relações ficam muito tensas e o afeto, que ainda pode ocorrer, não é reconhecido simplesmente porque não tem o “jeito” que achávamos que deveria se apresentar. Com isso não estou querendo me ater só à questão psicológica do afeto, mas mostrar que a sociedade precisa ter outras organizações para compensar essa inevitável mudança. Se a família não dá mais conta desse olhar, que necessitamos, quem vai dar? Onde estão as instituições e/ou profissionais para trabalharem essa crise? Onde estão os Centros de Convivência que fazem com

que o afeto continue saindo do indivíduo, passando por outro, e retornando para o próprio indivíduo com outro colorido?

Cito a seguir o lindo romance “Vá Onde Seu Coração Mandar”, de Susanna Tamaro, 1995. Duas vezes lindo: uma, pela sensibilidade da jovem escritora italiana para assuntos referentes ao envelhecimento; outra, pela descrição dos sentimentos da personagem central, a velha senhora, que busca reconstruir o afeto através da realização de um diário que deixará para a neta. Enquanto a neta viaja, a personagem realiza uma outra viagem, a viagem interna. Com isto ela reconstitui fatos passados; se reconcilia com ela mesma, com os afetos e com os desafetos de toda a sua vida.

Os núcleos familiares são de grande riqueza na elaboração das contradições emocionais. Não estou sendo irônica, mas somente colocando a minha posição de que são inevitáveis os confrontos; e que, se forem elaborados, são precioso material de crescimento psíquico.

Devemos considerar também as alterações físicas e os muitos anos de convivência interferindo nos relacionamentos conjugais. Simone de Beauvoir foi uma mulher que nunca se casou, dentro do padrão da família burguesa; teve um casamento alternativo com Sartre. No entanto, ela escreveu sobre a mulher casada; sobre a velhice e outros segmentos discriminados com muita sensibilidade. No seu pequeno conto “A idade da discricção”

(1968) descreve a relação de um casal de idosos frente ao conflito do filho, que tem outros valores. Em determinado momento da obra, fala dos conflitos, da mulher com o marido, na velhice: "É necessário dizer também que, outrora, tínhamos na cama reconciliações fofas; no desejo, na perturbação, no prazer, os agravos ociosos eram calcinados. Reencontrávamo-nos, um em frente do outro, novos e joviais. Agora, estávamos privados desse recurso".

O que dizer das relações afetivas, estabelecidas com os amigos? Sempre podemos encontrar nos amigos um OUTRO olhar; nem melhor, nem pior, simplesmente a oportunidade de um OUTRO olhar. Muitas vezes, quando estamos saindo de casa, nos dizem: "Você vai sair com essa roupa?". Chegamos em outro lugar de convivência, e escutamos: "Como você está bárbara; essa cor cai muito bem em você!". Diferentes olhares nos ajudam a ter uma dimensão mais ampla do nosso desejo. Quando a convivência avança, há uma tendência para reproduzir os vínculos familiares nessas relações; as expectativas emergem e os choques são inevitáveis. Os amigos, ao serem colocados no lugar do que consideramos faltar-nos, acabam tendo que carregar (mesmo sem saberem) as expectativas que temos. Imaginem as confusões decorrentes, quando o amigo não se encaixa no que entendemos que deva significar uma demonstração de afeto ou de cordialidade.

O que dizer das relações afetivas com a comunidade? A comunidade também é fonte de satisfação de desejos. Atuações coletivas, ou voltadas para a coletividade, permitem a realização de sonhos, de ideais, de solidariedade, de utilidade e de muito significado. É um grande olhar de reconhecimento do nosso pertencimento ao mundo.

Existem múltiplas formas de nos sentirmos seres desejantes; e isso nunca finda enquanto houver vida. O que muda é com quem, onde e com que intensidade cada um mais encontra satisfação/realização. Essa é a graça, o charme e o sofrimento dos encontros e desencontros. Gostaria de concluir, pontuando alguns aspectos:

- . Mistificar/ idealizar a família, os amigos e a comunidade como supridores das demandas afetivas, sempre será um problema.

- . A solidão faz parte da existência humana. Pode ser muito construtiva se não fugirmos dela.

- . Ao fugir, corremos o risco de criar uma vida artificial, não reconhecendo os conflitos inerentes às relações onde existe vínculo afetivo significativo.

- . Penso que o desejo sexual também deve ser mencionado nas trocas afetivas; e seria uma irresponsabilidade, como profissional, não incluir a prevenção à AIDS.

É preciso reinventar a vida sempre. A criatividade do bebezinho é a nossa matéria prima; é ela que vai nos possibilitar

viver a velhice de diferentes maneiras.

Encerro estas reflexões citando uma estrofe de uma poesia de Cecília Meireles, chamada Reinvenção:

“... Mas a vida, vida, a vida
a vida só é possível
reinventada ...”

e outra de Carlos Drummond de Andrade, em CERÂMICA:

“Os cacos da vida, colados, formam
uma estranha xícara Sem uso, Ela nos
espia do aparador.”

A Iniciativa Pública e Privada nos Serviços de Saúde, Educação, Cultura e Lazer

Maria José de Rocha Barroso

Assistente Social e Presidente da Associação Pró Idoso do Ceará.

Com imensa gratidão, agradeço ao SESC/SP por todo um passado de atenções e de oportunidades. O convite para participar desta Assembléia muito me honrou, e aumentou a chama aquecedora de um sonho antigo, perseguido, acalentado, exequível; de um sonho onde prima a dignidade, a cidadania, a valorização do ser envelhecendo num tempo efetivo de crescimento e do prazer saudável de vivenciar uma longevidade significativa de conquista e representativa de desenvolvimento. Longevidade agradável e segura em meio à família, em meio a uma sociedade sensível, justa, ética e, viabilizadora de espaços, de condições de vida, própria de uma país continente,

rico e orgulhoso de ser cristão.

Todos nós estamos felizes pela oportunidade de estarmos participando desta Assembléia Nacional em comemoração ao Ano Internacional do Idoso; de estarmos celebrando a nossa geração, e contribuindo para os nossos sucessores.

Um Resgate Histórico-Conceitual

Penso que é oportuno compartilhar a reflexão como um exercício livre, individual, com a certeza e a esperança de estarmos acrescentando hoje e amanhã mais informações e muito entusiasmo às nossas questões.

Sócrates já dizia: “A vida sem reflexão, não vale a pena ser vivida”. Pensando

assim, tentaremos uma revisão histórico-conceitual com o intuito de resgatar o ontem e aprofundar o hoje na perspectiva de construir um amanhã melhor. Devemos refletir, unir nossas forças e sairmos com uma missão de cumprir as tarefas impostas ante os novos desafios. Esta reflexão será conjunta, minha e de todos que aqui estamos; uma reflexão conceitual e histórica através dos tempos, sentindo o ontem e o hoje para podermos construir o amanhã. Muitos poderão dizer: "Por que vou pensar no amanhã, se o meu presente é agora, e o meu futuro também é agora?". Todos somos responsáveis pelo amanhã dos nossos filhos, netos e bisnetos; pelo amanhã das gerações vindouras. Devemos deixar plantadas sementes que, mesmo pequeninas, um dia florescerão.

Resgate Histórico

Há três marcos históricos de grande significação que evidenciam fatos a serem clarificados na atualidade; e atitudes advindas de uma herança cultural. As iniciativas públicas na área da Gerontologia nos remetem a um passado longínquo, 1794. Por iniciativa do Conde de Resende foi criada a Casa dos Inválidos; um gesto considerado como primeiro marco de humanismo aplicado à velhice no Brasil. Um gesto público, fruto da sensibilidade pessoal do Conde de Resende, preocupado com os velhos vindos da guerra. O termo inválido permaneceu 142 anos, caracterizando a velhice como invalidez.

Um segundo marco foi a atitude do 2º Conde de Resende, 5º Vice-Rei, com igual sensibilidade, que implantou um gesto cultural de amor e solidariedade aos idosos. Instituiu o Direito dos Velhos; uma atitude nobre, na tentativa de desvincular o conceito de caridade e compaixão, e dar o sentido de Direito. Foi a primeira ação de reconhecimento de cidadania. O Direito dos Idosos não foi criado neste século, mas no século passado. E até hoje não fomos beneficiados com esses direitos.

O terceiro marco foi a decisão da Corte de Portugal de não gastar dinheiro com os velhos. Passaram-se 74 anos para os Direitos dos Idosos serem parcialmente reconhecidos pelo governo do 2º Império. A iniciativa pública era desafiada, influenciada pela decisão pessoal de cada homem público. As decisões maiores não eram a favor da velhice. Em alguns registros contava o desprezo da Corte de Portugal para com os idosos; não se admitia "gastar dinheiro com velhos, pois os direitos não são para os velhos".

Com essas considerações fica patenteado o tratamento aos idosos, que nos levam a pensar na cronificação deste gesto no tempo. Observamos uma identificação comum ontem e hoje; não existem dotações orçamentárias para esta classe social. Sempre depende do nível de sensibilidade pessoal das autoridades. É um traço cultural, reproduzido ao longo dos anos.

A iniciativa pública se manifesta não



pelo cumprimento das Leis, pela intencionalidade do interesse coletivo e do bem com, mas pela visão pessoal dos gestores.

Uma revisão histórica nos leva a conclusões tristonhas, embaraçosas, como se o dever e a obrigação do Estado não fosse proteger e assistir aos cidadãos necessitados de apoio, de atenção em situações de risco, de pobreza extrema, de miséria, de doenças e outros infortúnios.

A Questão da Velhice

A questão da velhice, mesmo com o passar de séculos, ainda não mereceu a devida atenção, respeito e significado por parte do dever público. A Constituição da República de 1988, pela primeira vez na história, explicou a proteção social aos idosos como dever de Estado e direito do cidadão. Colocou em uma hierarquia gradual a obrigação do atendimento: em primeiro lugar a família, em segundo a sociedade, e em última instância o Estado. Seria válida esta graduação e não tivéssemos no país diversas situações condicionantes, incidindo também na questão da terceira idade. A grandeza territorial, a diversidade de desenvolvimento econômico-sócio-político-cultural, produziam desigualdades assintosas formando diversos tipos de envelhecimento, próprios do 1º ao 4º mundo. A Carta Magna consagrou o Direito à Vida sem prever condições mínimas de satisfação e qualidade. A proteção social, como dever do Estado, foi formatada em Leis

especiais como a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, nº 7882/93, e a Política Nacional do Idoso, nº 8842/94, contendo um conjunto de Projetos, Programas, Serviços e Benefícios.

Família e Sociedade

Algumas questões merecem a nossa reflexão:

- Como poderá a família oferecer atenção e assistência, se não dispõe de meios financeiros; se vive em habitações inadequadas, e não dispõe de um mínimo de informações sobre o processo de envelhecimento e de cuidados mínimos necessários?

- Onde recorrer nas ocorrências de saúde: atendimentos médicos em Postos, Hospitais, compra de medicamentos, se e quando as Políticas Públicas deixam de ser efetivas?

- Como buscar apoio nas situações eventuais de necessidades básicas e de sobrevivência?

- A Idade avançada exige as responsabilidades governamentais e as da sociedade?

- O ser envelhecendo, com perspectivas terminais, perde a cidadania? Deverá ficar à mercê da compaixão e caridade, exclusivas da área familiar ou dos serviços religiosos?

Sem Políticas Públicas como ferramentas, torna-se difícil a participação familiar no trato com pessoas idosas, dispensando-lhes tratamento condigno,

como cidadãos, e viabilizando padrões mínimos de satisfação existencial.

A sociedade também sofre as consequências ampliadas deste quadro referencial, acrescido de violência, drogas, sequestros etc... Deixa de contar com as Políticas Públicas competentes para dar segurança, tranquilidade e todos os atendimentos advindos dos Direitos Sociais. Insensibilidade e desconhecimento do processo de envelhecimento permeiam na sociedade. Inexiste uma consciência social de participação nas questões sociais; ela permanece ainda desatenta e embasada em preconceitos, mitos e estereótipos. O empobrecimento crescente é reflexo da priorização da Política econômica, do desequilíbrio cambial e de muitos outros problemas sociais, agravados pelo desembolso financeiro a Bancos falidos e pela corrupção oficial em estilo cascata.

A questão do envelhecimento populacional, apesar da velocidade com que ocorreu, não despertou significados públicos, nem novas alternativas para enfrentar uma questão social, inusitada para os técnicos do governo desatentos aos resultados dos censos. Há 3 décadas, aposentados e novos velhos vêm passando a uma nova classe social de “novos miseráveis”.

Políticas Públicas

Consubstanciada na Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social explicitou como Dever do

Estado e Direito do Cidadão a Política de Seguridade Social, como não contributiva, objetivando atender às necessidades básicas, através da iniciativa pública, em parceria com a sociedade. O universo de atenção alcança da gestante ao idoso; está pautada em princípios éticos, de supremacia do atendimento às necessidades básicas, através dos direitos sociais, prevalecendo a dignidade e autonomia do cidadão em qualquer idade. As formas de atendimento se compõem de Benefícios, Serviços, Programas de Assistência Social, Benefícios eventuais e Projetos de enfrentamento à pobreza. Apesar da concepção da Lei ser ética e humanística, encontramos uma imperfeição conflitante ao fixar o início do Benefício de Prestação Continuada em 70 anos, quando a expectativa da época era de 62 anos para a região Nordeste. No Piauí, se projetava em 59 anos. Este fato não poderia ser desconhecido oficialmente, pois a fonte advinha do IBGE.

A Lei da Política Nacional do Idoso, fundamentada em subsídios da sociedade civil, foi o momento áureo de esperança cidadã. A Associação Nacional de Gerontologia ouviu idosos, aposentados, profissionais, voluntários, dirigentes de Instituições em três Seminários Regionais e um Nacional. Estudos e discussões foram transformados em um documento técnico: “Recomendações de Políticas Sociais para Idosos nos Anos 90”. Como referência gerontológica foi entregue diretamente

ao Presidente da República, dando origem à Política Nacional do Idoso. Uma Política adulta, moderna e que confere cidadania. São passados 5 anos, e ainda aguardamos sua implantação efetiva. Apesar da proposta de integração dos Ministérios, do anúncio em Palácio na presença de representantes de quase duas dezenas de países, de uma divulgação internacional, expressando determinação e decisão política, nossa expectativa ainda não foi correspondida.

É possível identificarmos Saúde, Direito Social e Direito do Cidadão, como precários. O Ministério deixa de cumprir as atribuições previstas no PMI. Nestes dias de euforia, quando se divulga o Ano Internacional do Idoso, temos tido conhecimento de propostas inovadoras, como a Campanha de Vacinação contra a Gripe, Pneumonia e Tétano; uma Portaria instituindo uma assistência domiciliar para idosos internados em Hospitais da Rede Pública; um Plano Nacional de Cuidadores e uma Política Nacional de Saúde do Idoso. Esta última é uma atitude de duplicidade. Durante 24 anos foram feitas solicitações e propostas que não conseguiram convencer os Órgãos Públicos sobre sua responsabilidade, sobre a missão de promover, garantir e manter a saúde; mesmo os Órgãos de Fiscalização e a Vigilância Sanitária têm se mantido silenciosos. A Saúde, como questão fundamental para o país, principalmente, para crianças e idosos deve merecer

um cuidado especial no orçamento, no desempenho geral de todos. Isso, não pela vulnerabilidade dessas duas etapas da vida, mas por uma questão maior da dignidade do ser humano, e da cidadania de direitos.

Refletamos:

Se já existe uma Política específica, e o Ministério da Saúde faz parte dela, por que criar uma nova? Para que uma nova Lei com mais gastos, tempo, publicações e anúncios?

Os aposentados e idosos que dispõem de um Plano particular de Saúde estão garantidos; os que dependem do SUS estão no mesmo dilema da cidadania virtual, que está na televisão, nos palanques, e menos no cotidiano das periferias, onde residem os idosos e aposentados de baixa renda.

A indignância do idoso quanto à saúde dispensa maiores detalhes. Temos o exemplo da tragédia da Clínica Santa Genoveva, que reacende um clamor de indignação pela mortalidade de 102 idosos, imolados em um holocausto sem nenhuma culpa. Onde estão a Vigilância Sanitária e a fiscalização de Clínicas e estabelecimentos similares, elaborada pela SBBG e assumida pelo Ministério da Saúde? Onde está a proteção social do Estado, garantindo a vida dos idosos lá internados?

No que diz respeito à Educação, a omissão oficial tem sido formal. Se tudo perpassa pela Educação, onde ela

se situa numa Política que não aparece? A Educação, por suas inúmeras formas de atuação, teria possibilidades ímpares para informar, criar, incentivar, introduzir novos conceitos, e estimular valores morais como um suporte, uma janela viabilizadora de novas condições para uma vida prazerosa.

Através da alfabetização de idosos, sem dúvida, asseguraria um resgate da cidadania e um acréscimo de auto-estima, com segurança para saber identificar as palavras e deixar de apor o dedo com tinta no lugar de uma identificação pessoal.

Programas diversos, incluindo temas transversais nas Escolas de 1º e 2º graus contemplariam abordagens direcionadas a uma nova visão de envelhecimento humano, como um tempo satisfatório de triunfo pela ultrapassagem das etapas anteriores, dependendo da própria pessoa, da família, da sociedade e do acesso às Políticas Públicas.

Há duas décadas, espera-se das Universidades a inclusão da Geriatria e Gerontologia como disciplinas de Currículo, e o empenho com a preparação de Recursos Humanos.

A ausência da Educação no cenário efetivo da Política Nacional do Idoso vem ocasionando graves prejuízos ao avanço político, canal primordial para a construção de uma consciência gerontológica brasileira.

Continuando nossa reflexão, pensemos na cultura como fator importante

para a sociedade, que deve ser incluída no rol de direitos, e como integrante da Política Nacional do Idoso. A pessoa idosa, depositária de informações acumuladas, deveria ter oportunidades de ser transmissor de cultura, de tradição, de folclore, de dança, de canto etc; transmissor de toda uma memória cultural. Quase sempre o idoso não tem oportunidades, espaços de participação e fruição dos bens culturais. A ausência da Cultura no cenário de resgate da cidadania do idoso é grave. É de suma importância a abertura de novos espaços para o idoso contribuir, ocupar o tempo livre, e até mesmo condicionar melhor sua vida ativa de forma terapêutica. É preciso lembrar que o idoso é guardião de toda a cultura e história oral de uma comunidade.

O Ministério do Trabalho procura manter-se íntegro em seus propósitos de assegurar recursos para o desenvolvimento de cursos, através do FAT – Plano de Qualificação Profissional. O Ministério da Justiça deu um passo exemplar e democrático ao trazer, para seu auditório, a discussão e o pacto contra a violência intrafamiliar à pessoa idosa. Anuncia também uma série de medidas aliviadoras, reinstalando em nós um sopro de esperança.

O Ministério dos Esportes está iniciando um trabalho de capacitação de Recursos Humanos em atividades físicas, através do SESI; e a transformação de 6 Centros de Convivência em Centros de

Referência.

O lazer, entre seus múltiplos significados, propicia oportunidades de viver, de compartilhar, de se integrar e se ajustar socialmente, vivenciando novas situações e criando novos laços afetivos. Na velhice precisamos mais de amigos que não nos cobram e não se cansam com nossas repetições. Na área do lazer, o idoso pode ser considerado como uma força para o desenvolvimento de atividades criativas, passando de apenas consumidor para também produtor. O lazer é uma necessidade básica do homem; tempo que deve ser preenchido como um canal de ocupação, de construção e de expressão da criatividade individual.

Parcerias: Organizações Governamentais e Não Governamentais

Denominado de “Terceiro Setor”, cresce a rede de serviços de organizações não governamentais sem fins lucrativos, não situadas na esfera do mercado e nem subsidiárias de Órgãos Governamentais.

Surgem como uma nova modalidade de expressão social, congregando iniciativas da sociedade; com gestão própria, independente das normatizações estatais. Poderíamos até situar essa parceria como uma ação adulta de cidadania e com idealismo, através do serviço de voluntariado, de solidariedade e de amor cristão para com os marginalizados e esquecidos. Pode-se concretizar numa rede de serviços, auxiliando o Estado em suas obrigações de proteção social; uma

ação de muita visibilidade, embasada em critérios regulacionais de parceria sem nenhuma forma de imposição ou subordinação. As leis de interesse social tornam-se estereis, peças de retórica, quando não cumpridas, aumentando o nível de necessitados e excluídos. Deixam de produzir proteção e assistência social pela falta de decisão e vontade pública. As Políticas Públicas, mesmo exaustivamente discutidas com a sociedade, são profundamente efêmeras, de caráter virtual; existem, mas não são cumpridas. Deixar de ser respeitadas, perdem o valor intrínseco. E, o mais estranho, nada acontece.

A questão da velhice, como processo de envelhecimento, permanece secundarizada e sem decisão. Carências e exclusões deixam marginalizados ou em situação de risco, cidadãos que também são construtores deste país. O Governo impõe aos aposentados um novo imposto, uma recontribuição para a Previdência Social. O comportamento atual do poder público é muito ambíguo. Consagra Leis; não as cumpre, e nem pune quem não cumpre.

O século findante se caracterizou como o século da “explosão de medidas protetoras”, enfatizando a consciência dos direitos da mulher, do negro, do deficiente e do idoso. Reconheceu os direitos do 2º Império, porém ainda só no papel. Na realidade foram promulgadas Leis bené-

ficas, justas, valiosas; porém, muitas não tiveram aplicação prática, ficando apenas como exercício teórico. As relacionadas à velhice permanecem, ainda em caráter experimental de implantação, pela omissão dos diversos Ministérios.

Ao mesmo tempo, este século teve suas contradições. Propiciou uma longevidade sem qualidade, sem direitos, sem valorização humana; e uma velhice sem condições de segurança, apoio e dignidade.

Contemporaneamente tem sido discutido qual é o papel do Estado e da sociedade frente às questões sociais.

Iniciativa Privada

Nas iniciativas da área privada encontramos um selo secular de atuação sob o signo da caridade, da bondade, do espírito de compaixão e da solidariedade. Encontramos asilos, abrigos, atendimentos médicos em outras modalidades, Filhas da Caridade de São Vicente de Paula. Maçonaria, espíritas de Francisco de Assis, diversos ramos do protestantismo; enfim, todos irmanados, desejosos de acolher e atender idosos, abandonados, doentes etc. Sem a abnegação destes, certamente, o cenário seria mais cruel, de maior abandono e vergonha...

As iniciativas particulares foram, sem dúvida, o grande esteio, a grande rede de serviços. Talvez seja essa uma das razões pelas quais o poder público se omite, considerando as questões da

velhice como próprias de benesse e de caridade.

A rede existente da sociedade civil tem se esforçado para iniciar ações educativas de formação de recursos humanos, e do próprio aposentado e idoso. Algumas Entidades Sociais não precisaram de uma Lei, de uma Política oficial para justificar suas ações. Como exemplo, ressaltamos o Trabalho Social com Idosos do SESC – Serviço Social do Comércio, oferecendo através de seus programas muitas alternativas de saúde, cultura, esportes, recreação e lazer. A SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia desenvolve e aprimora atividades de caráter técnico-científico, além de outros objetivos a que se propõe. A ACEPI – Associação Cearense Pró-Idosos, a primeira do Brasil a se organizar em defesa dos direitos dos idosos, vem realizando inúmeros tipos de eventos com objetivos de sensibilizar a sociedade e reivindicar, junto às Políticas Públicas, os direitos consagrados em Leis. A Universidade de Santa Catarina, por iniciativa particular, criou o NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade que tem viabilizado múltiplas formas de contribuição aos idosos, à própria Unidade de Estudos, Pesquisa e Extensão, e à sociedade catarinense como um todo. Além destas muitas outras instituições da iniciativa privada têm investido em programas educacionais, recreativos e culturais, na perspectiva de oferecer apoio aos aposentados/idosos e incentivá-los a



um protagonismo ético-cristão.

Diversas entidades sociais também estão desenvolvendo programas e benefícios sociais. A cidadania é um direito para qualquer faixa etária. Os idosos exigem uma política pública de direitos conquistados; não favores, benesses, caridade e compaixão.

Refletamos:

- Sem condições de crescimento material e espiritual, o tempo da velhice será benéfico ao ser humano?

- A preservação da vida é um direito de todos. Juntos, poder público, sociedade e família, devem garantir esse direito ao idoso pobre ou rico. Onde entra a vontade política da República?

- A história mostra uma omissão

secular. Podemos continuar desprestigiados, secundarizados, sem direitos?

O cenário conceitual pouco avançou; as decisões, a vontade política funciona sob a ótica individual; depende ainda de sensibilidade, de solidariedade ainda de sensibilidade, de solidariedade, de caridade e de compaixão.

As iniciativas públicas na área da Gerontologia demonstraram falta de visão, de intenção e de determinação na busca do bem comum, do interesse coletivo. É importante ressaltar, nas duas últimas décadas, a participação da sociedade na elaboração da Constituição Federal de 1988, uma conquista social e política histórica, e nas Leis da Assistência Social, da Política Nacional do Idoso.

Se manifestações populares não tivessem ocorrido, o impasse do bem comum, do compromisso da população com os segmentos mais vulneráveis, como os idosos, a situação continuaria a mesma, e a sociedade permaneceria desatenta com um nível crescente de pobreza absoluta, causada pela subalteridade econômica social e política, pela falta de participação, sem a possibilidade de provimento das necessidades e de promoção humana.

Bobbio nos lembra que os direitos têm a marca da história. Constatou-se que, no passado, os direitos dos idosos existiram apenas na vontade do Conde de Resende ante a negação de Portugal, afirmando a proibição de se gastar dinheiro com velhos. A reprodução desse

comportamento acontece novamente hoje com os cortes do orçamento da Assistência Social, o não investimento em Políticas, em Programas e em Serviços.

Concluindo, consideramos condição sine qua non para que aposentados e idosos revertam a situação passada e presente, a adoção de uma nova postura. Assumir o seu tempo de vida, buscando tirar o melhor proveito da própria existência; assumir a questão do envelhecimento no país e a da própria idade como um tempo de triunfo; participar das organizações sociais, políticas e religiosas, no sentido de lutar pela garantia das conquistas alcançadas e de outras, necessárias e oportunas, deixando um legado de esperanças e providências para as gerações vindouras.

Painel de Debates

“ Políticas Governamentais de Atenção à Velhice para o Próximo Século”

Temas

Políticas do Ministério da Saúde

Políticas do Ministério da Justiça

Políticas do Ministério do Trabalho e Emprego

Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social



Políticas do Ministério da Saúde

Ana Maria Figueiredo

Como técnica do Ministério da Saúde, minha função é dirigir um departamento das áreas de saúde, dos antigos programas de saúde do Ministério, chamado Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas em Saúde. Está vinculado a uma Secretaria do Ministério da Saúde que se chama Secretaria de Políticas de Saúde. Atualmente a área de saúde do adulto é específica. Estou no ministério desde setembro do ano passado e, provavelmente, não tenho a história pregressa e as lutas específicas dessa área. Maria José Barroso me disse que foi uma reivindicação do movimento de idosos, feita há alguns meses em Fortaleza ao então Ministro da Saúde e já adotada pelo Ministério da Saúde, a criação de uma área específica de saúde do idoso, e não mais a saúde vinculada à área de doenças crônicas degenerativas. Fico feliz de, hoje, ser Diretora de um departamento que tem, na área da saúde do adulto, um projeto de promoção à saúde mais importante e mais fundamental do que só ações que pensem a saúde a partir do seu pólo negativo, a partir da doença.

Mas, ainda assim, o objetivo precípua do Ministério da Saúde é instrumentalizar e operacionalizar as questões que dizem respeito à assistência médica, assistência médica sanitária. O Departamento de Gestão de Políticas de Saúde, da Secretaria de Políticas e Saúde, pretende construir junto com a sociedade, Estados e Municípios um único sistema de saúde no Brasil, pois desde a criação do SUS por uma lei de 1990 ele é descentralizado. O Ministério da Saúde não cuida, atualmente, só de hospitais e de ambulatórios; cuida também das Diretrizes Gerais e das Políticas. Os Estados são os gestores que, junto com os Municípios, assumem a execução das atividades. O Ministério da Saúde, na realidade, ainda participa com 70% dos recursos financeiros; os outros 30% são mobilizados pelos Estados e Municípios. A luta de quem defende o sistema de saúde público no Brasil é pelo aumento de recursos financeiros em todas as instâncias, federal, estadual e municipal. Essas ações de saúde são resultado de uma dinâmica de discussão do Ministério da Saúde junto com outros

ministérios. Portarias assinadas no dia 07 de abril pelo Ministro da Saúde, junto com o Ministro da Previdência, fazem parte do resultado do esforço de muitas entidades que compõem o Comitê do Ano Internacional do Idoso.

O propósito da Política Nacional de Saúde do Idoso é promover a saúde do idoso, possibilitando ao máximo sua expectativa de vida ativa na comunidade, junto à sua família, e com altos níveis de função e autonomia. A Política Nacional de Saúde do Idoso é o detalhamento da Política Nacional do Idoso, que foi publicada em 94, regulamentada em 96. A Política Nacional de Saúde do Idoso procura instrumentalizar os artigos que já foram especificados na Lei maior, também de 94 e regulamentada em 96. Para nós do setor de saúde, trabalhar com o conceito de autonomia e altos níveis de função, e trabalhar com qualidade de vida e não com coeficientes de mortalidade, faz parte de uma postura nova que estamos desenvolvendo; assumindo que a saúde precisa ser compreendida na sua essência, não só como ausência de doenças, mas também como um espectro de ações, que não são específicas do setor saúde, do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual ou da Secretaria Municipal de Saúde. Pensar saúde enquanto promoção e qualidade de vida pressupõe pensar, não só na resolução ou no encaminhamento da recuperação da saúde, quando ela já foi comprometida pela doença,

mas sobretudo pensar em atividades de integração, de inter-setorialidade com outros Ministérios e com outras Políticas Públicas. É muito importante e oportuno a realização de debates, como estes, que possibilitam reunir representantes de vários Ministérios para falar sobre questões do idoso brasileiro. Eu não conseguiria mais falar da Política Nacional de Saúde do Idoso sem estabelecer relações, sobretudo com o Ministério da Assistência Social.

As diretrizes da Política Nacional de Saúde do Idoso são:

- a promoção de um envelhecimento saudável;
- a manutenção da capacidade funcional;
- a assistência às necessidades de saúde do idoso, contemplando a humanização do seu atendimento;
- a reabilitação da capacidade funcional comprometida;
- a capacitação de recursos humanos especializados;
- e o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais.

A promoção do envelhecimento saudável está sendo compreendida como orientação, aos idosos e às pessoas em processo de envelhecimento, sobre a importância da melhoria de suas habilidades funcionais mediante a adoção de hábitos de vida saudáveis, tais como: prática regular de exercícios físicos; nutrição saudável; convivência social estimulante; busca de uma ocupação

prazerosa, utilização de mecanismos de atenuação do stress, entre outros. Como o Ministério da Saúde pode ajudar para facilitar o acesso a esses hábitos? Como já foi comentado anteriormente, o acesso pode ser facilitado na medida em que estivermos trabalhando na construção desse conceito de qualidade de vida; trabalhar de fato e de forma integrada com as Políticas Governamentais. Precisamos induzir os Estados e os Municípios a construir agendas inter-setoriais; não restringir a saúde a hospitais e ambulatórios; e trabalhar efetivamente junto com a Promoção Social, com a Educação, com a Secretaria de Esportes etc. Há recursos para isso? Os recursos específicos do Ministério da Saúde estarão sendo dirigidos, prioritariamente, às atividades específicas da área de saúde. Está sendo implantado um Projeto de Promoção, que pretende trabalhar junto com Municípios e iniciativas inter-setoriais no sentido de construir, de começar a desenvolver, a partir de agora, uma concepção de política pública, relacionada à saúde, para a construção de Municípios, de Escolas, e de ambientes de trabalho mais saudáveis. O Brasil está chegando um pouco tarde nessa discussão. Vários países, como Canadá e México, trabalham nessa perspectiva inter-setorial. O Ministério da Saúde está discutindo, com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, a possibilidade de iniciar de forma mais visível as iniciativas de Município saudável. Um dos Estados

pioneiros é o Ceará através do Município de Sobral.

A manutenção da capacidade funcional e da prevenção de agravos é uma atividade específica do Ministério da Saúde. Citamos como exemplo a imunização e a vacinação de idosos. Foi lançada, no dia 07 de abril de 1999, a Campanha Nacional de Imunização. Essa é a atividade mais importante que o Ministério da Saúde vai realizar no ano. A Campanha Nacional de Imunização é dirigida a pessoas de 65 anos de idade, ou mais. Existe uma perspectiva de rapidamente baixarmos essa faixa etária para 60 anos. As vacinas serão distribuídas em todos os Postos, ou seja 25 mil Postos na rede pública dos Estados e municípios. As vacinas são as seguintes: vacina contra a gripe, que é anual; vacina antipneumocócica, que num primeiro momento vamos direcionar às pessoas mais suscetíveis à pneumonia (as que estão em hospitais ou asilos), mas com perspectiva de expandir progressivamente para outras clientelas; vacina antitetânica, porque o tétano ainda é uma doença importante no Brasil. Temos por ano, mais ou menos, 20 mil casos de morte ou de adoecimento por tétano. Cada vez mais, o tétano acomete a faixa etária acima de 60 anos. Aproveitaremos para atualizar quem já fez a imunização, e imunizar quem ainda não foi. Para essa faixa etária, esta imunização foi, talvez, a maior campanha nacional, mobilizada pelo setor público. O Ministério da Saúde

está comprando 9 milhões de vacinas. Ano após ano iremos ampliando a faixa etária dos destinatários, na medida em que os laboratórios produtores de vacina também se equipem para produzir a quantidade de vacina necessária. Isso demonstra como os laboratórios e toda a sociedade não estavam preparados para uma campanha dessa envergadura.

Outro conjunto de ações, que o Ministério da Saúde está mobilizando, está contido em Portarias específicas, também assinadas no dia 7 de abril. São aquelas relacionadas ao atendimento do idoso na rede pública.

Na perspectiva da humanização do atendimento ao idoso em hospitais públicos do SUS, foi criada a figura do acompanhante do idoso. Já existe na rede pública, há algum tempo, a possibilidade do acompanhante para a criança. Agora teremos a possibilidade de os idosos, internados na rede pública, estarem acompanhados por uma pessoa da família. A idéia não é a substituir a enfermagem, a idéia é de fato o idoso ter uma pessoa, um familiar, se for sua escolha, no momento da internação, que quase sempre é um momento de sofrimento, de stress, de dor. O custo da acomodação e da alimentação do acompanhante, será incluída na conta do hospital. Na conta da doença do paciente, da cirurgia, do atendimento que está sendo feito ao idoso, será acrescida a conta de hotelaria do acompanhante.

Sobre o atendimento preferencial

para o idoso na rede pública estamos reafirmando o que a lei já prevê. "Hospital Amigo do Idoso" é uma iniciativa, que também está sendo trabalhada pelo Ministério da Saúde, à semelhança de uma iniciativa que o Unicef teve há anos, criando o "Hospital Amigo da Criança". Estamos aproveitando, por assim dizer, a idéia de atenção à criança para adaptá-la ao idoso. Assim como os hotéis são classificados em estrelas (uma, duas, três etc), os hospitais também devem ser classificados segundo critérios de confiabilidade. Isso porque devemos trabalhar sempre na perspectiva de melhorar a qualidade da assistência. A intenção é que o hospital, que tiver o título de Hospital Amigo da Criança, deverá ser pontuado no processo de confiabilidade. Isto será levado em conta do ponto de vista da ação, da remuneração. Estamos atentos para não criarmos uma remuneração específica para o idoso, diferenciada das demais, para não estimularmos a internação. O que queremos nessa discussão de uma nova cultura, de uma nova forma de lidar com a saúde do idoso, é exatamente não estimular a internação. Internar somente em caso de patologias que obriguem a internação. Devemos usar cada vez mais outras modalidades assistenciais, como a casa do idoso e outras que a área de saúde tem trabalhado.

A assistência à saúde do idoso é diferente daquela dirigida a outras faixas etárias. Ela pressupõe uma consulta

geriátrica que pode ser ambulatorial ou domiciliar. As portas de entrada do sistema de saúde hoje no Brasil podem ser : o agente comunitário de saúde, nas cidades onde existe o Programa de Saúde da Família; a unidade básica de saúde da família ou as unidades básicas de saúde em geral. O gerente do sistema de saúde local é a Secretaria Municipal de Saúde; no âmbito estadual, é a Secretaria Estadual de Saúde. O Ministério da Saúde hoje é o órgão regulador do sistema de saúde no Brasil. Também estamos criando modalidades diferenciadas de internação. Atualmente há a possibilidade de remuneração específica para internação domiciliar no caso de problemas crônicos. A criação do Hospital Dia Geriátrico é uma modalidade em que o paciente fica durante o dia no hospital, e à noite vai para a casa, dependendo da patologia. As modalidades diferenciadas de assistência hospitalar e de assistência geral ao idoso não existiam. Estão sendo criadas agora; e podem cobrar do SUS se o município tiver equipe técnica para isso, e se for uma política do Secretário Municipal e Estadual de Saúde. O SUS remunera essas formas de assistências diferenciadas. Por que isso não existe no Brasil todo? Porque precisamos criar a cobrança também para os vários níveis de gestão do sistema de saúde. Não basta somente o Ministério da Saúde criar a modalidade de pagamento; é preciso que os Estados e os Municípios, obviamente com a par-

ticipação dos Conselhos de Saúde e da sociedade civil, pressionem para que isso seja criado. Se o sistema for implantado, existe a possibilidade de ser remunerado. A essa Lei me referia no começo. O atendimento preferencial aos idosos nos órgãos públicos não é específica da saúde; é um preceito criado por essa lei. A Portaria ministerial, seguindo o texto da lei, cria essa orientação para os hospitais. A autorização para o acompanhamento familiar ao idoso também é dessa Portaria, que foi publicada há dois dias.

A mobilização nacional de intolerância aos maus tratos tem a participação do Ministério da Saúde em conjunto com vários outros ministérios. O Ministério da Saúde também está bastante sensibilizado e mobilizado para essa campanha, criando a notificação compulsória de suspeita de maus tratos, e uma campanha de esclarecimento sobre os tipos de maus tratos por negligência ou por abuso específico.

Além da vacinação anti-tetânica, a partir de uma portaria do ministério, publicada há dois dias, estamos criando ainda mutirões de cirurgias para tentar acabar com as filas de espera. Estamos mobilizando um conjunto de recursos, e entrando em contato com todas as Universidades, para diminuirmos as filas de espera para todas as cirurgias eletivas, específicas para a faixa etária dos 60 anos ou mais. Estão incluídos aqui: a cirurgia de catarata, incluindo os óculos (porque não

adianta só fazer a cirurgia); a cirurgia de hérnia; e a cirurgia de próstata. O Ministério da Saúde, junto com universidades, vai fazer uma espécie de mutirão, mobilizando sobretudo os grandes hospitais, os hospitais universitários, para intensificar a atividade cirúrgica, tendo como objetivo acabar com a lista de espera para essas patologias.

Há um outro trabalho que passaremos a desenvolver junto com o Ministério da Previdência, o MPAS. Na realidade pretendemos potencializar uma ação que o Ministério da Previdência Social já está fazendo. Os Ministérios da Saúde e da Previdência Social assinaram, também no dia sete, uma Portaria conjunta para ampliar a capacitação dos cuidadores dos idosos. Esta é uma experiência já mobilizada pelo Ministério da Previdência; e a entrada do Ministério da Saúde tem o objetivo de ajudar a expandir essa atividade de capacitação dos cuidadores de idosos para o território nacional, usando a capilaridade do sistema de saúde; e usando Estados e Municípios como portadores dessa ação junto a Universidades e ONGs; junto com

as Entidades Não Governamentais que já trabalham essa modalidade. A intenção do Projeto é promover cursos de capacitação de cuidadores de idosos domiciliares, que podem ser familiar, não familiar, e institucional. Precisamos também melhorar a capacitação do pessoal que trabalha com idoso em hospitais, em ambulatórios e em todos os lugares. Temos a avaliação de que os profissionais de saúde não estão devidamente capacitados para atuar com a especificidade dessa faixa etária.

Finalizando, estamos com grande entusiasmo e esperança nesse trabalho. A Campanha Nacional de Imunização vai demonstrar a esse conjunto de profissionais, que serão mobilizados para essas duas semanas de imunização, a necessidade do aperfeiçoamento da capacitação para um melhor atendimento ao idoso. A discussão e a operacionalização da campanha já identificou necessidade de se equipar adequadamente as salas de vacinação.





Políticas do Ministério da Justiça

Herbert Borges Barros

O Programa Nacional de Direitos Humanos surgiu a partir de uma ampla discussão com a sociedade civil e com os governos estaduais, municipais e o Governo Federal. Foram realizados diversos encontros onde foram apresentadas propostas e no final mais um encontro onde se discutiu a minuta do programa nacional, que foi lançado em maio de 1996. O programa é um cumprimento de compromissos que o nosso governo firmou na Conferência das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e também a soma de experiências vividas pelo Dr. José Gregori, Secretário Nacional de Direitos Humanos, que foi quem coordenou esse trabalho de uma forma muito organizada, e do presidente da República, já que ambos tiveram suas vidas marcadas pela luta em defesa dos direitos humanos. Mais do que isso, esse programa reflete a voz do nosso povo, que clamava por ações mais definidas na área dos direitos humanos. A Secretaria foi criada em 1997 para funcionar como órgão articulador da política de direitos humanos do Programa Nacional de Direitos Humanos. Ela é um

órgão articulador porque não é a responsável direta pela execução de cada uma das 228 metas que o programa contém. O Estado e não só o Governo Federal, representado no Executivo e a sociedade são chamados a fazer valer as metas do programa. A Secretaria funciona como articuladora e catalisadora das ações que foram propostas.

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos é dividida em quatro departamentos, um cuida de pessoas portadoras de deficiências, outro cuida da área da criança e do adolescente, há também o departamento dos direitos humanos, ao qual pertencem e, o mais novo, que é o de proteção a testemunhas e vítimas de crime e o departamento dos direitos humanos. Há, ainda, os Conselhos da Mulher, da Criança e do Adolescente e da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Dentro dessa estrutura, o Departamento dos Direitos Humanos é o responsável pelas atividades na área da Terceira Idade. A preocupação com a Terceira Idade é um tema prioritário na agenda da Secretaria dos Direitos Humanos, re-

conhecendo que esse é um assunto de direitos humanos sim e que passa a ser tratado como parte importante dessa política. Tal prioridade deve-se à observação do desenvolvimento da nossa sociedade, verificando e reconhecendo a existência de problemas como a discriminação, a violência e o desconhecimento da legislação existente. A medida em que a humanidade se desenvolve e alcança avanços tecnológicos e científicos, homens e mulheres passam a ter a expectativa de vida aumentada, A esse fenômeno soma-se a evolução no campo da nutrição e da produção de medicamentos, que permite às sociedades mais desenvolvidas a melhoria na qualidade de vida do seu povo. E o Brasil, como outros países, tem enfrentado problemas decorrentes do aumento da expectativa de vida. Sociedades como a japonesa e muitas sociedades européias já enfrentam problemas ainda mais sérios com o sistema previdenciário e de saúde, que deve dar atenção cada vez maior à geriatria.

O Brasil tem se conscientizado que situações como as enfrentadas pelo Japão já ocorrem entre nós. No campo das leis, podemos dizer que a legislação pertinente à população idosa tem se espalhado por todo o país. No nível federal, temos a lei 8.842, de 94, que instituiu a Política Nacional do Idoso, e o decreto 1.948, de 96, que a regulamentou e indicou a cada um dos órgãos do governo quais são as suas competências. Nos níveis estadual e

municipal a legislação em prol do idoso também tem se multiplicado. O nosso departamento, o Departamento dos Direitos Humanos, realizou há algum tempo uma pesquisa junto aos Estados e municípios com a intenção de reconhecer qual era a legislação existente e quão grande ela era nesses níveis. E verificamos que existe uma quantidade muito grande de dispositivos legais que vão desde artigos das constituições estaduais até leis propriamente ditas e decretos que são instituídos nos Estados e nos municípios, desde aqueles que concedem passe livre aos maiores de 65 anos, que criam os conselhos de idosos, que permitem o livre ingresso a teatros e cinemas. Há, enfim, uma vastidão de assuntos relacionados à Terceira Idade.

Este ano, especificamente, nós estamos atualizando essa pesquisa. A intenção do nosso departamento é tornar essa legislação conhecida, porque as demandas dos senhores e das senhoras virão a partir do reconhecimento das leis e é isso que vai fazer o Estado agir mais intensamente nessa área. Eis aí um dos grandes problemas que a população idosa enfrenta: o desconhecimento dos seus direitos e deveres segundo a lei. Em 1998 foram distribuídos 250 mil exemplares de um livreto que contem a Política Nacional do Idoso, o Programa Nacional dos Direitos Humanos e a Declaração Universal, aos quais muitos dos senhores devem ter tido acesso. Mas, essa

grande edição já está esgotada, por isso há a intenção de publicar uma nova edição contendo algumas leis a mais, num total de 500 mil exemplares ainda este ano. Outra ênfase que tem sido dada tem relação com a discriminação e a violência e mais particularmente com a violência intra-familiar.

Apesar de não dispormos de números confiáveis a respeito desse assunto, sabemos que é em casa, no lar, que muitas vezes começa a discriminação e mesmo a agressão física e os maus tratos aos idosos. Para lidar com esse assunto, o Ministério da Justiça por intermédio da Secretaria Nacional Dos Direitos Humanos, no último dia 16 de março convocou os membros do Governo, de todo o Estado e da sociedade, para aderirem ao Pacto Comunitário Contra a Violência Intra-familiar. O Pacto é parte de uma campanha da Organização das Nações Unidas, chamada “Uma Vida Sem Violência é um Direito Nosso”. No Brasil essa campanha tem dado ênfase à violência intra-familiar, principalmente através do Pacto. Num primeiro momento a campanha priorizou mulheres e crianças. Percebemos que era importantíssimo envolver também que a Terceira Idade nesse pacto. Foi organizado um evento, no qual segmentos significativos da sociedade civil e membros e autoridades do governo demonstraram a preocupação em agir na defesa da Terceira Idade, e mais especificamente sobre a violência que começa em casa. No entan-

to, esse tema deve ser preocupação primeiramente das famílias e não do Estado; deve ser uma preocupação dos familiares que maltratam seus velhos, esquecendo que eles também serão velhos. Uso a palavra “velho” propositadamente, porque muitos a usam de forma a discriminar as pessoas idosas chamando-as de velhos, como se velho fosse um termo pejorativo. Ser velho é ter experiência e mostrar como o futuro deve ser construído. O papel do próprio idoso também foi fundamental; foi fundamental porque não basta se preocupar com esse problema depois que se chega a uma idade mais avançada; é um problema que deve ser tratado desde o berço. O vovô e a vovó devem deixar de ser aquelas pessoas boazinhas, que dão presentes ou que preparam lanches gostosos para os seus netinhos. O vovô e a vovó precisam ser respeitados pela vida que construíram; pela experiência que acumularam. Os idosos são fontes de sabedoria e conhecimento; e os jovens devem aproveitar essas experiências para não errar no que os idosos erraram, e continuar acertando naquilo que os idosos já demonstraram ser bom e o melhor a ser feito.

Quanto à violência e à discriminação sofridas fora de casa, o Departamento dos Direitos Humanos tem procurado investir na realização de cursos sobre os direitos humanos e, mais especificamente, sobre os direitos humanos dos idosos; tem atuado junto às polícias Civil



e Militar já no momento da formação nas Academias de Polícia. O respeito que os agentes do Estado devem ter para com cada cidadão, e particularmente para com o idoso, deve direcionar a sua ação como servidor público. Lamentavelmente, muitos acham que por serem servidores, autoridade, merecem mais respeito do que o cidadão comum; essa é a mentalidade que estamos tentando mudar. É essa cultura formada que devemos quebrar, lembrando essas autoridades que, além de autoridades, também são servidores de cada cidadão do nosso país.

Temos buscado uma articulação também com o Ministério Público, atingindo assim os Órgãos que fiscalizam as leis. Em São Paulo os idosos já dispõem de uma promotoria especializada, e com a qual o Departamento tem se unido, visando divulgar essa experiência para outros Estados da Federação. Se é importante que os idosos conheçam seus direitos e as leis que lhe concedem direitos, também é fundamental que o Ministério Público, o Órgão que defende o cidadão no seu papel de fiscal da lei, tome conhecimento da legislação existente; e que, ao conhecê-la, tenha meios de fazê-la valer. É importante conhecer o que diz o Decreto que estabelece as competências, quando fala do Ministério da Justiça. Ele diz que o Ministério deve encaminhar denúncias

ao Órgão competente do Poder Executivo ou do Ministério Público para defender os direitos da pessoa idosa junto ao Poder Judiciário, e deve zelar pela aplicação de normas sobre o idoso, determinando ações para evitar abusos e lesões aos seus direitos. Mas quero dar destaque ao que diz o parágrafo único desse artigo: "Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso." O papel de cada idoso e de cada idosa nessa luta é tremendamente importante. A sociedade civil tem grande possibilidade de avançar, a passos muito largos, na promoção e defesa dos direitos humanos dos idosos. É necessário, entretanto, que os próprios idosos se organizem para conhecer as leis; a partir daí lutem pelos seus direitos e pelo exercício de uma cidadania plena. O Governo age de acordo com a vontade do povo. Cabe ao povo e à sociedade portanto se organizarem, e mostrar ao Governo o que e que áreas devem ser mais valorizados. Os idosos também são responsáveis pelo direcionamento da ação do Governo; à medida em que mais se organizarem, suas vitórias serão maiores; suas carências serão supridas e seus direitos serão respeitados.

Políticas do Ministério do Trabalho e Emprego

Atílio Machado Peppe

O Ministério do Trabalho e do Emprego possui três instrumentos relacionados à população idosa. São três grandes programas: o Proger - Programa de Geração de Emprego e Renda, que financia pequenos empreendimentos; o Planfor - Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador; e o Seguro Desemprego. Nos três setores existe uma participação razoável dos idosos com relação aos recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é recolhido nas empresas pelo PIS/Pasep, destinado a esse fundo, e que abastece o funcionamento dos três Programas. O Proger financia pequenos negócios, micro e pequenas empresas, associações, cooperativas, negócios familiares e informais, que estão começando ou querendo se expandir. São financiamentos mais facilitados em termos de pagamento de juros, de amortização e assim por diante. Está disponível em todo o Brasil através dos seguintes agentes financeiros: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Atualmente, essa é uma iniciativa cada vez mais freqüente e

um campo onde os idosos tenham, talvez, até um pouco mais de traquejo, porque já têm toda uma experiência de vida e de trabalho para montar negócios próprios não só para eles, mas também associados a outros. Claro que o programa não se direciona especificamente para a faixa dos idosos, dos negros ou das mulheres. Não é esse o critério. O critério é justamente incentivar as iniciativas, as cooperativas, as associações de produção etc. Então, sempre é possível que um idoso ou um grupo de idosos, assessorados por uma entidade ou uma associação, recorram a esse tipo de financiamento. Os juros estão na faixa de 4%, 5% ao ano, e amortização vai ser feita depois de seis meses ou até um ano. Alguém sempre poderá se interessar por esse tipo de financiamento. Cada ano são destinados quase R\$ 2 bilhões a esses financiamentos em todo o país.

O Planfor - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – é um programa que procura articular a capacidade do país, em relação à educação profissional em todos os âmbitos, não só no governamental (nível federal, estadual, municipal)

como também no sistema “S” (SENAI, SENAC, SESI e SESC), e no das escolas profissionais. O objetivo, enfim, do programa é articular toda essa grande capacidade, que o país possui, de oferecer qualificação profissional sistemática para todas as áreas e para todas as faixas de idade. O Planfor funciona com dois mecanismos básicos. Existe um lado descentralizado do Planfor, os PEQs - Programas Estaduais de Qualificação, que estão ligados às Secretarias Estaduais de Trabalho. Todas essas Secretarias, nos 27 Estados Brasileiros, estão conveniadas com a Secretaria de Formação Profissional, do Ministério do Trabalho, para selecionar projetos de capacitação profissional nos municípios dos Estados, apresentados por entidades, Organizações Não Governamentais, etc. Mais de 80% dos recursos do Planfor, algo na faixa de 300 milhões de reais por ano, vão para essa finalidade.

Há algumas parcerias nacionais estabelecidas diretamente com o Ministério do Trabalho; o SESC é uma delas. É importante notar que tanto o Planfor como os outros programas dependem fundamentalmente das demandas da sociedade. Embora o Governo esteja oferecendo essa política, ele não pode definir por si mesmo o dinheiro que vai para esta ou aquela entidade. Não. É a capacidade de mobilização das entidades, ligadas às comissões municipais de emprego, constituídas em mais de 2 mil municípios e ligadas às comissões

estaduais de emprego, que funcionam em todos os Estados; é esse trabalho propositivo de demandas que vai levar à seleção dos projetos mais interessantes, mais urgentes e mais necessários. É muito importante estar atento ao funcionamento dessas comissões de emprego. Comissões paritárias e tripartites que contam com representação governamental, mas também de trabalhadores e empregados em cada lugar onde funcionam. Estamos estudando no Ministério a possibilidade de incentivar associações de idosos em todo o Brasil a colocar representantes, que ainda estão ligados ao trabalho, na composição dessas comissões, para que elas, também na seleção dos projetos, possam direcionar verbas para os interesses da Terceira Idade.

Há um protocolo de intenção, firmado em 1997 entre o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Ação Social do Ministério da Previdência, para trabalhar na educação profissional em Gerontologia Social. Ou seja, tanto formar os idosos que ainda querem se requalificar profissionalmente nos diversos municípios do país, quanto capacitar os cuidadores de idosos, esses acompanhantes que cada vez mais têm se tornado uma categoria ocupacional importante, e que precisa de treinamento e de reconhecimento oficial do seu status profissional. Nosso Ministério vem trabalhando, há três anos, em diversos níveis de apoio junto com a Secretaria de Assistência Social e da Previdência, para

a formação desses cuidadores; inclusive, já aconteceram vários seminários nesse sentido. O mais importante foi realizado em Pirinópolis, no Estado de Goiás, que além da formação de cuidadores de idosos, também treinaram os multiplicadores, aqueles que vão dar continuidade ao trabalho. Também as Secretarias de Trabalho dos Estados já estão montando os seus próprios programas de acompanhamento das necessidades dos idosos, ou com recursos do Ministério do Trabalho ou não. Recebemos recentemente uma farta documentação das experiências das Secretarias de Trabalho de Brasília, da Bahia e do Ceará, que estão com projetos maravilhosos voltados para essa questão. Sentimos que isso já é uma irradiação do Planfor, desse programa nacional do Governo Federal que vai criando raízes nas bases, além de várias outras experiências inovadoras que vão surgindo dentro dos planos estaduais de qualificação.

O programa do Seguro Desemprego é o mais conhecido. É um sistema integrado de ações e recursos que paga três, quatro, ou cinco salários para o desempregado em período de transição. São mais de 4 milhões de beneficiários do Seguro Desemprego por ano que recebem esse recurso do FAT. Aqui há uma pequena participação também dos idosos. Cerca de 5% dos beneficiários do Seguro Desemprego, em 1998, foram idosos acima de 65 anos. Mais de 200 mil idosos receberam parcelas de seguro desemprego enquanto

estavam transitando de uma situação de trabalho para outra. Receberam também alguma ajuda em termos de qualificação profissional, de orientação para montar negócios próprios e ainda em termos de colocação no mercado de trabalho. Por que o programa do Seguro Desemprego contempla esse conjunto de coisas? Não basta pagar o seguro? Considera também importante o apoio e a orientação para a recolocação profissional. Com isso apresentei as três linhas de ação do Ministério do Trabalho que contemplam o segmento da terceira idade.

O ponto de referência de nosso trabalho tem sido exatamente a Política Nacional do Idoso, da qual participamos e ajudamos a elaborar. É o nosso guia, o nosso marco de referência desde 1994, e que depois, através do Plano Integrado de Ação Governamental se concretizou de forma interministerial. Não podemos perder a memória desse esforço que vem sendo feito de forma coletiva. Observei a familiaridade com que algumas lideranças presentes nesta Assembléia lidam com a Lei e com o Plano Integrado. Nós estamos também no Comitê Interministerial de preparação do Ano Internacional, que está sendo uma experiência muito rica. Já tivemos cinco encontros que estão resultando em ações setoriais voltadas para o idoso. Em maio, o Ministério do Trabalho vai ter uma participação no Congresso Mundial de Gerontologia do Mercosul em Foz de Iguaçu; onde estará

dialogando com os outros países do Mercosul sobre as políticas para os idosos em cada um dos países membros.

Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social

Jurilza Maria Barros de Mendonça

Minha intenção é o de apresentar as Políticas Governamentais de Atenção à Velhice no âmbito da Assistência Social.

Em um mundo dinâmico, em constantes mudanças, o processo de envelhecimento ainda é uma das poucas realidades que une as pessoas e onde o sentimento humano e de solidariedade estão presentes.

Nesta última década muito se tem falado e teorizado sobre a questão do envelhecimento humano; muitos artigos e histórias foram produzidos pela mídia, alguns escritos ou repassados por especialistas, outra grande parte veiculada pela mídia popular.

O envelhecimento faz parte do ciclo de vida das pessoas, assim como a infância e a juventude. Significa, antes de mais nada, um processo natural e di-

nâmico, não uma doença. Ao reconhecer o envelhecimento como um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes, que normalmente acompanham esse processo, podem ser prevenidas ou retardadas não só através de intervenções da área médica, mas também da social, econômica e ambiental. No âmbito das Políticas Públicas apontamos duas perspectivas que devem estar presentes na implementação da Política Nacional do Idoso. Uma é a formulação de Políticas Públicas constituída de benefícios, de serviços, de programas e de projetos que visam a melhoria das condições de vida e de cidadania da população idosa; a segunda da participação e da inclusão do idoso no processo de formulação, realização e efetivação dessas políticas.

Na sociedade moderna as Políticas Públicas, destinadas à população idosa, encontram dificuldades para sua implementação e apontam duas atitudes: a primeira, negativa, é de desgaste, de enfraquecimento e de discriminação; a Segunda, positiva, é de maturação, de experiência e de acréscimo do conhecimento, sabedoria e sensibilidade. Estamos portanto diante de uma contradição: a sociedade moderna privilegia valores como respeito à vida, singularidade pessoal e direito à cidadania e à felicidade, mas não os aplica aos idosos. Ao invés disso convida-os a ceder seus lugares aos mais jovens. A sociedade atual vem se conscientizando quanto ao papel que a pessoa idosa deve ocupar na sociedade, principalmente no que diz respeito à valorização, ao compromisso e à sua participação no processo de distribuição de riquezas, isto é, dos bens e serviços sociais básicos destinados ao segmento idoso.

A Política Nacional do Idoso X Políticas Públicas está sendo implementada; e as questões que acabamos de pontuar estão mudando em decorrência do esforço do Governo e da sociedade como um todo. A percepção que se tem da velhice está mudando. Existe hoje no Brasil uma política para o idoso: é a Lei 8.842. Ela representa um passo inicial no sentido de reconhecer a importância desse segmento populacional. Esta política foi construída e alicerçada a partir de demandas da sociedade brasileira.

Segundo especialistas, essa lei é reconhecida como uma das mais avançadas do mundo, e orienta-se pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e também pelos princípios das Nações Unidas: independência, participação, assistência, auto-realização e dignidade.

A Política Nacional do Idoso, desde sua promulgação e implantação, tem sido um documento importante para a população idosa. É importante que todos a conheçam. Nesse contexto a política, conforme regulamentada em lei, visa tratar as questões dos idosos pautada pelos seguintes princípios: a) o idoso é um sujeito de direito, de cidadania, é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado assegurá-lo em toda a sua abrangência; b) o idoso é um ser total, conseqüentemente, a proteção que lhe é devida deve compreender todas as dimensões do ser humano; c) o idoso é sujeito de relação, portanto, não deve sofrer discriminação e marginalização de qualquer natureza, com a conseqüente perda dos vínculos relacionais; d) e finalmente o idoso é sujeito único e, portanto, os programas e serviços devem reconhecer a múltipla dimensão do envelhecimento.

A Assistência Social no Brasil prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é uma política pública.

É política pública porque não é

uma atividades exclusiva do Estado. “A palavra pública, associada à política, não é sinônimo de ação estatal, ou de ingerência governamental, mas tem identificação com a “res-publica”, isto é, coisa de todos, do povo, e, por isso, afigura-se como espaço de atuação tanto do Estado como da sociedade. É, em outras palavras, ação pública onde, além do Estado, a sociedade passa ter responsabilidade, poder decisório e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado”. (Pereira, 1997).

Portanto, a PNI enquanto política pública está implícito às relações entre Estado e Sociedade, relação que implica mudanças nos campos das concepções e das práticas, entretanto não desresponsabiliza o Estado pelo seu financiamento.

Neste Encontro é importante destacar as mudanças que consideramos necessárias de serem incluídas na agenda de discussão da PNI, na sua atual conjuntura. Referidas mudanças devem estar centradas especificamente em 3 (três) pressupostos, quais sejam: parceria com a família, a sociedade e o Estado, articulação intra-estatal e co-financiamento dos benefícios, serviços programas e projetos das três esferas de governo e pelos ministérios setoriais.

Parceria: Família – Sociedade - Estado

No que tange ao primeiro pressuposto a PNI tem como princípio que corresponde “a família, a sociedade e o Estado que têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida”. Portanto, é necessário frisar que a “questão do idoso” não diz respeito somente ao Estado. A ação do Estado por si só não é suficiente se não levar em conta a participação e a parceria da sociedade no enfrentamento dos principais problemas que atingem esse segmento social.

Vale dizer que nesse período de implementação da PNI, que vem ocorrendo de forma mais efetiva a partir de 1996 com a regulamentação da Lei, a participação das organizações governamentais e não governamentais (como Universidades, Ministérios Setoriais, Conselhos e Fóruns do Idoso, SBGG, ANG, SESC, Pastoral entre outras) têm sido fundamental na conquista e nos avanços alcançados, tais como:

- CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA;
- REVITALIZAÇÃO DE ASILOS;
- CONSTRUÇÃO DE CASAS LARES;
- PUBLICAÇÕES NA ÁREA DO IDOSO;
- CAMINHADA PELO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Por outro lado, percebemos que se faz urgente a necessidade de incluir nesse processo a FAMÍLIA, com ações concretas

em prol do idoso

Articulação Estatal

O segundo pressuposto requerer uma intervenção eficiente do Estado na área do idoso exigindo para tanto uma articulação mais eficiente nas 3 (três) esferas de governo (federal, estadual e municipal), assim como os órgãos governamentais em cada uma destas esferas. A articulação compreende:

a) integração das diversas políticas públicas (saúde, educação, habitação, dentre outras);

b) corresponsabilidade no financiamento dos programas e ações, tanto no âmbito estadual e municipal;

c) participação dos estados e municípios, por intermédio dos diversos atores envolvidos no âmbito desta política, na elaboração de projetos, definição de prioridades, levantamento de estratégias, que respondam de uma maneira mais próxima e imediata às necessidades dos idosos no âmbito local

Após estas considerações gerais em torno da PNI e suas relações com as demais políticas públicas e a sociedade civil, vale salientar que o termo mais empregado no momento é o de PARCERIA.

Parceria entendida como um instrumento complementar aos existentes, e que traduz a relação entre instituições com fins públicos, de origem diversa

(estatal e social) e de natureza diferente (pública e privada).

A Parceria é fundamental regida pelos princípios de transparência, de cooperação e de responsabilidade pública.

CO-Financiamento

Artigo 30 da LOAS – Construção de uma Rede de Proteção Social ao Idoso, financiada pelas três esferas de governo.

A Política Nacional do Idoso vem sendo implementada em parceria com oito Ministérios e para tanto foi elaborado o Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso. A coordenação é do Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Estado da Assistência Social, sendo os seguintes Ministérios que integram: Esporte e Turismo, Cultura, Justiça, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Urbanismo, Saúde, Educação e Trabalho e Emprego. É importante que as ações concernentes ao idoso e contempladas no Plano sejam desenvolvidas em parcerias, onde, cada Ministério tem a sua parcela de contribuição em estreita articulação com Estados e Municípios. Assim, como nós desenvolvemos essas ações forma integrada no âmbito do Governo Federal, é importante que as mesmas sejam desenvolvidas também no âmbito dos Estados e dos Municípios. O Governo Federal constrói as diretrizes, mas não operacionaliza os

serviços, programas e projetos locais. É importante destacar que esse Plano Integrado tem por objetivo promover ações setoriais integradas de forma a viabilizar a implementação da Política Nacional do Idoso. Como objetivos específicos estão: definir ações e estratégias para cada órgão setorial; negociar recursos financeiros entre as três esferas do governo; acompanhar, controlar e avaliar as ações desenvolvidas; mobilizar a sociedade; ampliar o alcance social das políticas públicas de atenção ao idoso; modernizar a gestão e criar mecanismos de controle social, tais como: Fóruns, Conselhos e outros.

Em parceria com o Ministério da Previdência, foi assinada a portaria interministerial nº 5.153, de 07 de abril de 1999, instituindo o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos. Por que essa portaria e por que o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos? Ocorre que no Brasil está acontecendo capacitação de cuidadores de idosos, cada um seguindo uma linha diferente. A proposta desse programa é uniformizar para que as pessoas ou instituições que desenvolvem atividades nesse campo, no seu Estado, no seu município procure adequar à realidade, a partir de uma diretriz maior, uniformizada, moderna e competente. A título de informação, no ano de 1998, o MPAS fez uma parceria com a Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Geriatria e

Gerontologia e Associação Nacional de Gerontologia, em função da realização do primeiro curso de capacitação para multiplicadores de cuidadores de idosos, com o título: "Curso de Aperfeiçoamento: o processo de cuidar do idoso", com carga horária de 180 horas. Em um primeiro momento foi desenvolvida a parte teórica e, em um segundo, teórico-prática, a terceira prática e o quarto foi a avaliação. Participaram representantes de 12 Estados e o Distrito Federal. A parte financeira ficou a cargo dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Secretaria de Estado da Assistência Social. Vale ressaltar que foram capacitados 39 técnicos com a função de multiplicadores nos seus Estados. Assim sendo, foram capacitados 500 cuidadores de idosos. Para o ano de 1999, a proposta da SEAS é expandir aos demais Estados e, de acordo com a Portaria Interministerial que se encontra em fase de regulamentação.

Ano Internacional do Idoso

Foi instituído o decreto de primeiro de outubro de 1998, que instituiu o Comitê Organizador do Ano Internacional do Idoso, com a participação de organizações governamentais e não-governamentais. Entre as não-governamentais estão o SESC, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o SESI, a Associação Na-

cional de Gerontologia e a Pastoral da Terceira Idade. O Comitê vem se reunindo sistematicamente e definindo as ações a serem desenvolvidas não só este ano, mas também lutando para que elas tenham continuidade. Dentro das ações podemos citar a assinatura do Pacto de Combate à Violência Intra-familiar contra o Idoso, uma promoção do Ministério da Justiça. Durante todo o ano de 1999 acontecerão outras atividades relacionadas com a área do Idoso sob a responsabilidade de cada órgão que compõe o Comitê.

Em setembro será realizado um grande seminário em Brasília: Intitulado "Perspectiva Para uma Sociedade que Envelhece", no período de 27 a 30 de setembro do corrente ano.

Em outubro acontecerá "A Caminhada de Abraço ao Mundo", em todas as capitais do Brasil e também nos municípios que aderirem a esse evento.

Cabe ressaltar que para a implantação da Política Nacional do Idoso-PNI foram criados os Fóruns Regionais, constituindo-se em espaços de reivindicações das questões relacionadas com os direitos da pessoa idosa. Inicialmente

foram implantados nas cinco regiões do país, sendo a Região Sul a primeira a implantar nos 3 (três) Estados.

Apontamos algumas dificuldades na implementação da PNI: ausência de divulgação da Política Nacional do Idoso nos meios de comunicação de massa; o descumprimento da legislação; falta de financiamento adequado; escassez de dados estatísticos para o desenvolvimento das ações de governo e a inexistência de banco de dados.

Finalmente temos plena convicção que hoje o nosso país tem um arcabouço legal, fruto de conquista de direitos dos idosos, e temos certeza que os "idosos de hoje" estão dando exemplo a gerações futuras de como se organizar, de como "dialogar", de como trabalhar para a construção de um País mais justo com financiamento adequado de serviços e programas que aprimorem a qualidade de vida não só dos Idosos mas de todas as gerações.

Conferência

“Globalização e Qualidade de Vida” *

MÁRIO SÉRGIO CORTELLA

FILÓSOFO E DOUTOR EM EDUCAÇÃO,
DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E
DO PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (CURRÍCULO) DA PUC-SP

* Esta conferência é uma elaboração ampliada e modificada de outra feita pelo autor (Repensando o Envelhecer: entre o Mito e a Razão) no Seminário Nacional “O Brasil e os Idosos” (SESC-SP. 1996); resultante de uma exposição oral, guarda o caráter coloquial.

Qualidade de vida é o grande tema deste século. Quando falamos em final de século, estamos nos referindo a algo que está muito próximo de nós. Há pessoas que olham o mundo atual e dizem: “Esse mundo está mudando”. Aliás, tem gente que diz coisa pior: “Esse mundo está perdido”. Eu costumo inclusive dizer que quem fala demais essa frase é porque começou a se perder nesse mundo, e a perder as referências. Quanta gente diz “esse mundo está mudando”, e quantas vezes falamos isso para os nossos filhos, assim como nossos pais falaram para nós? O mundo sempre esteve mudando, não há novidade nenhuma nisso. Mas há, sim, uma novidade.

A novidade não é a mudança do mundo. A novidade é a velocidade da mudança. Nunca o mundo mudou tão velozmente quanto muda hoje. A tal ponto que acabamos nos perdendo dentro das relações. Um exemplo concreto: choque de gerações. Durante séculos e séculos, o choque de gerações era choque entre pais e filhos. Geração era entendida como um período de 25 anos, porque supostamente aos 25 anos as pessoas já teriam descendentes, isto é, uma outra geração. Hoje, choque de gerações é imediato. Por exemplo, meu filho de 21 anos é considerado ultrapassado pela minha filha de 19 anos. Por sua vez, o de 21 e a de 19 são considerados ultrapassados pelo meu filho de 15 anos. Imaginem como eu sou considerado por eles! Aliás, eles demons-

tram isso na linguagem. Eles se referem, por exemplo, ao tempo em que eu tinha 20 anos, que para mim foi agora, sempre como antigamente. Aliás, eles falam: “Pai, é verdade que antigamente...”. Quando eu era criança, antigamente era um termo que a gente usava para se referir a gregos e troianos na antiguidade clássica. Eles falam em antigamente fazendo referência ao agora e sentem isso, não apenas falam. Aliás, quando eles querem desqualificar alguma coisa, como algo já ultrapassado, dizem: “Ah, pai, você está falando isso porque você é de outra década”. Até o dia em que descobri a resposta e nunca mais eles falaram. Na última vez que eles falaram isso, eu disse: “Ah filho, fica sossegado porque o seu filho vai dizer que você é de outro século ou, pior ainda, de outro milênio”.

Quando líamos a biografia do Machado de Assis, aparecia algo assim: “Machado de Assis, nascido em meados do século passado”. Daqui a dois anos, serei apresentado assim: “Mário Sérgio Cortella, nascido em meados do século passado”. Isso tem um peso. Aqui neste auditório há dezenas de pessoas que nasceram antes da Segunda Guerra Mundial. Se alguém falar para um jovem que nasceu antes da Segunda Guerra Mundial, guerra que acabou há 54 anos, há mais de meio século, ele não vai acreditar porque para ele a Segunda Guerra Mundial é passado longínquo. Está tão longe para ele quanto para nós está a Guerra do Paraguai, a luta



napoleônica na Europa, etc.

As coisas mudam com tanta velocidade que acabamos perdendo as referências. Muitos de nós tínhamos como referência de coisas do nosso dia-a-dia o fim da Segunda Guerra ou a chegada do homem à Lua. Faz 30 anos que o homem chegou à Lua. Se falarmos isso para um jovem, ele achará que se trata de um fato antiqüíssimo. Hoje, a sucessão dos acontecimentos é tão veloz que freqüentemente não lembramos mais deles. Querem um exemplo? Vocês se lembram do assassinato do primeiro-ministro de Israel, o Itzak Rabin, que comoveu a humanidade? Em que ano foi? Vocês se lembram do terremoto em Colbi, no Japão? Em que ano foi? Vocês se lembram do escândalo dos anões do orçamento no Congresso Nacional? Em que ano foi? Ah, isso é todo ano! Mas, quando foi aquele que teve uma CPI? Vocês se lembram? Daqui a alguns meses vai fazer dois anos que morreu a Lady Di. Já? Quando foi que morreram os Mamonas Assassinas, em 96 ou 97? Já estamos de novo perto do dia de Tiradentes, e daqui a pouco é Natal outra vez. Acabamos de sair do Nata! Muita atenção nisso: quem não prestar atenção a esse fenômeno não conseguirá entender algumas coisas que estão acontecendo.

A velocidade das mudanças é tão grande que nós mudamos até a nossa noção de tempo. Por exemplo, antigamente, ou seja, há 20 anos atrás, olhávamos o

relógio para ver que horas eram. Hoje, olhamos o relógio para ver quanto falta. Temos outra idéia de tempo. Atualmente estamos sempre correndo. More alguém numa cidade como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte; more alguém no interior de Rondônia, no interior do Amapá ou de Santa Catarina, está correndo. O dia é mais curto. Por exemplo, na cidade onde eu moro há 30 anos, que é São Paulo, as pessoas sabe quem não é de São Paulo. Sabem por quê? Porque a pessoa faz uma coisa inacreditável quando está andando na rua: ela para! Ela para e fica olhando ao redor e atrapalha. Sabemos quem não é de São Paulo no metrô, porque no metrô tem escada-rolante. A pessoa de fora sobe junto com a escada! E a lógica aqui é que se vá pulando os degraus enquanto se sobe, senão perde-se tempo. Não temos paciência nem para esperar elevador, ficamos apertando o botão várias vezes. Se o telefone demora para discar, a pessoa se irrita. Caixa automático? Tem gente que já está numa correria tamanha, independente da idade, que fica irritado como se o caixa automático realmente demorasse para entregar o dinheiro. Não quer perder tempo com aquilo.

Sou do Interior, caipira de Londrina, no Paraná. Mas, vivo em São Paulo há 30 anos. Londrina é uma cidade grande, que perto de São Paulo é pequena. Me acostumei com a correria de São Paulo. Quando vou visitar parentes meus no Interior do Estado de São Paulo, numa

cidade de 30 mil habitantes, não agüento três dias, porque tudo lá é devagar, é lento. No primeiro dia ainda tenho o que fazer. No segundo dia fica devagar. No terceiro é insuportável. Por quê? Porque é lento. Levanto cedo, que é o meu hábito, e tomo café. Leio o jornal inteirinho, olho no relógio: 8h05. E o almoço está longe. Aí saio, dou uma volta na praça; volto e sento outra vez: 9h10. Leio o jornal de novo, até anúncio fúnebre e anúncio de carro. Olho no relógio: 9h40. Aí encontro um parente que mora ali e ele fala assim: “Não agüento mais essa cidade, é uma correria sem fim. Não tenho tempo para nada, estou louco para chegar o fim de semana para ir para a chácara descansar um pouco”. Descansar do quê? Ele corre? Corre. Ele corre numa cidade de 30 mil habitantes, assim como eu corro numa cidade de 12 milhões de habitantes; assim como alguém corre numa cidade como Londrina com 470 mil habitantes; assim como uma pessoa corre em Xavantes, perto da fronteira do Estado de São Paulo e do Paraná; assim como outra corre em Cacoal, em Vilhena, em Mossoró etc.

Estamos vivendo um período de muitas transformações. Somos a geração tem vivido a maior velocidade de mudança das sociedades humanas de toda a história. Por isso muitos de nós nos perdemos. Querem ver um exemplo concreto? Nós corremos, aceleramos, fazemos, tudo tem que ser rápido. Comida? Fast-food. Aliás, quando eu era criança, uma comida

boa era aquela que demorava para ser preparada. Sou filho de italianos, macarrão bom era aquele cujo molho ficava dois dias fervendo para sair toda a acidez. O doce de abóbora ficava horas e horas no tacho. Hoje, temos redes de fast-foods que se orgulha e faz propaganda na televisão de que, se não entregar a comida em 40 segundos, dá um prêmio. Isso é uma mudança, é a comida rápida para não se perder tempo. Vou dizer uma coisa aqui que só quem é tão idoso quanto eu vai lembrar. Houve um tempo em que nós, humanos, aqui na nossa sociedade, na hora do almoço, por incrível que pareça, almoçávamos sentados junto à família. Depois “evoluímos”, passamos a comer fora de casa com colegas de trabalho. “Avançamos” mais, passamos a comer fora de casa, sentados, sem os colegas de trabalho. “Avançamos” mais, passamos a comer fora de casa, em pé num balcão. “Avançamos” mais, passamos a comer fora de casa, em 15 minutos, em pé num balcão de frente para uma parede. “Avançamos” mais ainda, passamos a comer com a mão, que é uma forma de voltar ao primeiro estágio da evolução da espécie. Hoje, podemos entrar num fast-food em São Paulo, numa coisa fantástica chamada Drive Thru, que é para se entrar com o carro. Isso é fantástico: entrar com o carro, falar com a máquina, dar a volta e do lado de lá o sujeito entrega um saco com comida, uma bebida, e a pessoa sai guiando, comendo e bebendo, feliz da

vida, e cheio de qualidade de vida. Tudo é rápido, é fast-food. Alguém já levou o carro para lavar num lugar chamado Lava Lerdo, Lava Lento? Não, embora saibamos que um carro bem lavado é aquele que demora para ser lavado. Mas, preferimos o lava rápido e o fast-food. Sabem o que mudou nas grandes cidades? Até o velório é fast. Antigamente, o velório era na casa da pessoa, a noite toda com os amigos e parentes, as mulheres na sala em volta do corpo fazendo orações, os homens do lado de fora contando piada, bebendo cachaça etc. O velório era uma cerimônia. Hoje, nas grandes cidades, o velório é fast-velório. Hoje é muito comum se ouvir dizer: “Eu vou dar uma passada lá”. Uma passada significa: paro ao lado do corpo, faço alguma homenagem e saio porque não tenho tempo. Não posso homenagear as pessoas que gosto. Tem que ser rápido. Olha a frase: “Eu vou dar uma passada lá”. É como se velório fosse igual a hospital em que se dá uma passada para visitar alguém. Isso é novidade. Mudou o nosso modo de compreender a morte, o nosso modo de compreender a comida, o nosso modo de compreender a vida, o nosso modo de compreender qualidade de vida.

Um outro exemplo. Como era a sala da minha casa em Londrina, há 30 anos? Num canto tinha uma mesa com cadeiras em voltas e nela fazíamos uma coisa inacreditável na hora do almoço: almoçávamos juntos, pais e filhos. No

fundo tinha um guarda-comida, um armário onde a minha mãe guardava tudo o que ela tinha ganhado no casamento para usar num dia especial, que nunca chegou; mas guardava. e com o tempo foi sendo distribuído para filhos e netos. Na sala tinha uma área de circulação para chegar na cozinha e num cantinho havia um altarzinho com uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Havia ainda quatro poltronas. Por incrível que pareça, uma de frente para a outra de maneira que as pessoas, quando sentassem, pudessem fazer uma coisa antiga, que era se ver. E sabem o que fazíamos em casa, à noite? Só quem é idoso como eu vai saber. Sabem o que fazíamos? Conversávamos!. Conversavam pais com filhos, vinham os parentes. Vizinho era bem-vindo. Alguém se lembra desse tempo em que vizinho era bem-vindo? Ele vinha, trazia um bolo, conversava. Tinha que tomar café, comer um bolo, uma tapioca, o que fosse.

Um dia, há 30 anos, numa sexta-feira à tarde, tocou a buzina do jipe como meu pai fazia todo dia no fim da tarde (no Paraná se usava jipe na época, jipe de capota de lona) e nós, os filhos, saímos correndo e fomos lá para ver. Dentro tinha uma caixa grandona. Ele tirou a caixa e a colocou em cima da mesa da sala. Abriu e dentro tinha um aparelho de televisão Telefunken, preto e branco, à válvula, com os pezinhos de madeira. A partir desse dia, nossa vida mudou. Primeira modificação: saiu a imagem de Nossa Senhora Apare-

cida e em seu lugar entrou a Telefunken. Segunda modificação: as poltronas mudaram de lugar, ficaram todas de frente para aquilo. Terceira modificação: nunca mais nós conversamos. Aliás, nem podia. Pensamos estar ligando a televisão? A televisão é que nos liga. Todo dia à noite, 80 milhões de pessoas estão paradas defronte a um aparelho de TV, olhando, com um jornal no colo, um prato ou um tricô no colo, todas de boca aberta. De repente, faz plim-plim e levanta-se o jornal, pega-se o prato e sai. Aí faz plim-plim de novo, volta-se e fica-se ali até dormir. E se alguém resolve conversar? Não pode. Aí o filho fala: "Sabe, pai, hoje eu...". "Psiu, fica quieto. Você não está vendo que eu estou vendo o noticiário?". O sujeito quer saber de notícia que está acontecendo lá na Indochina, e não faz a mínima questão de saber o que está acontecendo à sua volta. "Olha, mãe, eu queria...". "Psiu, estou vendo a novela. Trabalho o dia inteiro, já estou por aqui. Agora você fica falando comigo?". Se o vizinho chegar é um inferno! Sabe por quê? Porque vai atrapalhar aquele nosso imenso ato de convivência, que é ficar cinco ou seis de boca aberta, olhando para um aparelho. Tem gente que nem desliga a televisão quando chega uma visita. Aí fica aquela coisa horrível, olho na TV e olho na visita; depois de dez minutos ela também está assistindo televisão.

O erro está na televisão? Não. Televisão é uma coisa maravilhosa, informa,

distrai. O erro está na tecnologia que nos faz correr? Não. O erro está na concepção, no modo entendemos a qualidade da nossa existência. Não são apenas os idosos que vivem assim. São gerações que estão vivendo desse modo, sem que a gente dê uma parada e fale: basta. Tecnologia é ferramenta, não é finalidade. Aparelho eletrônico é para melhorar a vida coletiva, e não para isolar as pessoas cada vez mais. Por que o idoso se dedica muito a assistir televisão? Porque não tem o convívio e aí tem que se limitar a ela. O grande escritor Fernando Sabino dizia que a televisão é o "chiclete dos olhos". Mesmo quando já se perdeu o sabor, continua sendo mastigado. As pessoas dizem: a televisão e o rádio são modos de fazer companhia. Isso é necessário em uma sociedade que tem milhões de pessoas? Para se sentir acompanhado, precisa-se de uma coisa eletrônica, que é ótima, mas que não precisaria ter essa função?

Mais outro exemplo. Para quem mora em cidade grande e se lembra como era uma casa de classe média, ou de gente pobre com recursos mínimos, há 30 anos? A casa tinha na frente uma sala. O que tinha na sala? Sofá, às vezes uma TV, aparelho de som, radiola, vitrola, e em alguns lugares era até um móvel que tinha bar dentro com espelho. No fundo havia vários quartos. O que tinha dentro do quarto? Um guarda-roupa e uma cama. No fim da tarde, lá pelas sete horas, alguém passava pela sala, ia até

o quarto, trocava de roupa, punha um chinelo, uma bermuda ou um vestido mais leve, e voltava para a sala. Outros chegavam, iam para o quarto e voltavam para a sala. O que acontecia na sala? Uma coisa milagrosa, uma coisa chamada convivência, um viver junto. Hoje, a tecnologia avançou e barateou tanto que o que é que se tem na sala? A sala. E o que mais tem na casa? Tocas, tocas e tocas. O que se tem em cada toca, que antigamente era um quarto? Um aparelho de TV, às vezes um aparelho de som, um micro system. A pessoa chega do trabalho, seis ou sete horas da noite, passa pela sala, vai para a toca e fica. O outro passa, vai para a toca e fica. Mais outro passa, vai para a toca e fica. Quando essa família se encontra? Antigamente, ela se encontraria na hora da refeição, porque para esquentar a comida toda de uma vez só tinha que se juntar. Com o microondas, cada um come na hora que quiser e, de preferência, na toca. Essa família não se encontra. Sabe quando ela se encontra? No final de semana, na viagem, no casamento ou no batizado. Aí ela “quebra o pau”, porque não mais se conhece. Chegamos a um ponto tal de distanciamento que uma das coisas que se instituiu em muitos lugares é que, no momento de uma festa ou de um aniversário, em vez de dar um presente para alguém, se dê para ele um vale-disco. Sabe qual é o argumento? É que a pessoa deve escolher. Eu não aceito vale-disco. Se alguém quiser me dar um

vale-disco, que me dê dinheiro, porque aí eu decido se é disco ou não o que quero. O vale-disco é um jeito prático de não precisarmos pensar no outro.

Muitos podem estar pensando: que conferência maluca é esta, falando de má qualidade de vida? Não. Estamos falando do que perdemos e da velocidade do mundo atual. Há um outro lado: muitos de nós ainda não nos dispusemos a entrar nessa velocidade para poder olhar um pouco esse mundo de outro modo. Afinal de contas, muita coisa mudou nos últimos 30 anos. Só para termos uma idéia, a ciência calcula que nos últimos 50 anos a humanidade teve mais desenvolvimento tecnológico do que em toda a história anterior. Nos últimos 50 anos, houve mais mudança na tecnologia do que nos 39.950 anos anteriores. E nós nos perdemos muito nisso. Vamos fazer um passeio rápido de cabeça. O que não tinha dentro das casas há 30 anos? Microondas. Quantos anos tem o microondas? Tem dez anos aqui no Brasil, em larga escala. E tem gente que não sabe usá-lo até hoje, só usando como se fosse uma espiriteira eletrônica. Para aprender como manuseá-lo tentamos recorrer ao manual. Mas quem nos ensina é o neto, que ainda nos diz: “Ah, vô, só um tonto tem que ler manual para instalar uma coisinha dessa”. Ele nasceu sabendo? Não. O que mais não tinha há 30 anos? Videocassete. De quando é o videocassete? Em larga escala no Brasil é de 1983; tem portanto 15 anos e era muito

caro. E logo o videocassete acaba. Algumas TVs já estão saindo com ele embutido e com o DVD - Digital Vídeo Disc. Daqui a três anos vamos ter Internet a cabo, que vai conectar direto na locadora; não vai mais ter a fita, e o filme passa direto na TV. As coisas mudaram. Muitas pessoas não sabem programar videocassete. Quando estão viajando. O que se faz quando se quer gravar alguma coisa? É só se chamar o neto e pedir: "Arruma essa porcaria para mim". Como se sabe que numa casa não tem criança? Quando tem videocassete e o relóginho fica piscando. Tem gente que joga um lençol ou uma toalha em cima para aquilo não atrapalhar o sono, porque não sabe arrumar. Tem gente que não consegue lidar com um relógio digital ou um despertador. Tem gente que diz: "Eu não quero esse negócio de rádio-relógio para despertar; gosto daquele que dá corda". Porque não sabe programar aquilo. Aí vem um moleque de 12 anos e arruma tudo.

Onde ele aprendeu? Ele não nasceu sabendo. É que ele não tem medo de aprender. Aliás, ele não tem medo da novidade, que muitos de nós temos. Ele não tem medo de errar, por isso ele erra, mas faz. O computador tem 15 anos, e muita gente ainda tem medo dele, achando que não pode usar porque não sabe como funciona. Isso não tem nexo. Muitos não sabem como é feito um livro, todas as fases da edição, como é recolhido o petróleo para fazer tinta; não entendem de gráfica

e mesmo assim lê um livro. Quando alguém lê uma revista, não sabe como é feita, não entende nada de confecção de revista, mesmo assim usa a revista.

O que mais não tinha há 30 anos, e tem hoje no nosso dia-a-dia? Secretária eletrônica, telefone celular etc. Quando eu era criança em Londrina, o telefone tinha manivela, duas baterias de carbureto atrás; girava a manivela e a telefonista atendia. Nos anos 60 não tinha mais manivela. Depois passou a ter uma coisa revolucionária, um disco. Avançou, e nos anos 80 apareceu o telefone de tecla. Hoje, um telefone com disco te irrita porque demora demais. Nos anos 90 surgiu o celular; daqui a dois anos os japoneses estarão lançando no mercado o celular no relógio, e com imagem. Nem os Jetsons tinham isso! Apareceu o freezer. Antigamente, a humanidade guardava comida salgando-a ou, como acontece ainda com muita gente do interior, em uma grande lata de banha. Pegava-se um porco inteiro, fritava ele todo e o jogava numa latona de 60 litros; ali ficava um ano. Na hora de comer, a gordura era retirada com uma concha e jogada direto na frigideira; era só comer e as artérias iam estalando de colesterol. No entanto, nessa época andávamos e nos movimentávamos mais. Hoje, com a tecnologia à disposição, tem gente que, para ir à padaria que fica a três quarteirões de casa, é capaz de tirar o carro da garagem e ir de carro. Como é que alguém desloca duas toneladas de

ferro para buscar 100 gramas de pão? E chamamos isso de conforto! Um dia, meus filhos me perguntaram: “Pai, é verdade que antigamente não tinha controle remoto? É verdade que você se levantava para mudar de canal?”. Lembram? Levantava e girava o seletor. O controle remoto apareceu no Brasil em 1982. As TVs no máximo tinham um fio, grudado nela e se trocava só o canal. Hoje é impossível imaginar isso. É uma perda de tempo ter que levantar para mudar um canal.

Por que todas essas colocações? Porque muita coisa mudou, e hoje de fato nem sempre aprendemos com essas mudanças. Teve coisa que não foi mudada e precisaria mudar. Mas tem um dado concreto. Hoje, mundos diferentes convivem, gerações convivem. E aí tem uma realidade bem concreta: nem sempre sabemos conviver com as outras gerações. Precisamos abrir a porta para entrar nesses mundos. E aqui dou um conselho para quem tem filho ou neto jovem: nunca, jamais, em tempo algum, jogue videogame com eles. Você vai ser humilhado, triturado, arrasado; eles vão acabar com você. Eles até podem convidá-lo e, provavelmente, você dirá: “Ah, não. Isso não é para mim”. Olhem que frase. Aí eles vão insistir e você aceitará o convite. Na primeira partida, é claro, eles ganham. Ficam achando que você deixou eles ganharem porque você é avô ou avó deles. Na segunda, ganham de novo e começam a ficar desconfiados. Na terceira vez que

ganham, eles têm certeza de que você é um idiota; que você com 60 anos de idade não consegue, com uma mão só, mexer num console que tem 12 botões, três chaves e um manche. Eles já começaram a jogar e você ainda está olhando o que é o botão A ou o X. Sabe o que você faz? Larga aquilo e fala: “Isso é uma porcaria. Bom era no meu tempo, que a gente jogava bolinha de gude, empinava pipa, jogava pião, que fazia subir na fieira, punha na mão”. Fazia uma coisa ultra-sofisticada que era correr com uma vareta e uma rodinha para lá e para cá. Jogava bilboquê, que é uma coisa com uma “tecnologia de alto nível”: um pedaço de pau com uma bola de pau. Ou brincavam com ioiô e bambolê. É bom isso? Quantos daqui usaram bambolê e as cinturas ficaram melhores. Atenção: não estou dizendo que esses brinquedos, a pipa, o pião, o bilboquê são velharia. São coisas de um outro tempo que não conseguimos trazer para cá, e é importante trazer. Sabem por que não conseguimos trazer esses brinquedos antigos para cá? Porque muitos de nós não conseguem fazer com que as crianças tragam as coisas com que elas brincam; porque não queremos aprender o que elas fazem. Só queremos que eles saibam o que nós fizemos, e esse é o primeiro passo para não conseguirmos lidar com uma relação. Queremos que eles saibam o quão importante é o pião, o bilboquê, a boneca de pano, mas não queremos participar do mundo deles.



Porque estamos falando em globalização e qualidade de vida? Porque boa parte dessas coisas mencionadas facilitam muito a nossa existência. A tecnologia, os remédios são resultantes sim de uma nova organização do mundo e também da ideia de globalização como uma integração mundial. Outro dia me perguntaram o que era globalização, mas queriam uma explicação simples. Globalização é um sistema de integração econômica, tão forte entre os principais países, que todo mundo depende de todo o mundo. É claro que os poderosos continuam poderosos. Aliás, com a globalização do jeito que está, ficarão mais ainda. A globalização é um sistema que descarta, coloca muita gente fora. Alguém tem ouvido falar em África? Acabou, porque não importa mais. Com a globalização a África não precisa ser incluída no processo capitalista; pode ficar de fora. Só se ouve falar em África quando se fala em doença ou em guerra. Com a tecnologia se pode produzir muito e vender muito sem necessidade dos africanos. Por que o mundo está se unindo em blocos econômicos? Porque quem não fizer isso cai, perece. Aí me perguntaram: "O que eu tenho a ver com a Bolsa de Valores de Tóquio, com o dólar na Tailândia, com a taxa de desemprego na Espanha?". Hoje, da maneira como a economia está organizada, tem muito a ver; porque o sistema é de tamanha interdependência com o controle, dos que já tinham controle, que uma coisa

que mexe aqui afeta o outro canto do planeta. O exemplo para se saber o que é globalização e interdependência é assim: hoje de manhã o se chefe levantou e brigou com a sogra, que mora com ele; "quebraram o pau", discutiram, e ele já saiu bravo para trabalhar. No caminho o pneu do carro furou; ele teve que trocar o pneu e depois entrou na firma. Qual foi a primeira pessoa que encontrou? Você, que, alegre e feliz, chegou para ele e falou: "Chefe, dá para eu faltar hoje à tarde porque tenho uma consulta médica?". Era tudo o que ele precisava: "Você é um safado, vive faltando, vive pedindo coisas. Por que não marcou isso nas férias?". Isso é globalização. A sogra do seu chefe é também sua sogra. Esse é o sistema de interdependência. Não tem mais sogras individuais, a sogra de um é sogra de todos. Com um grande prejuízo: muitas pessoas acham que a globalização, do modo como está colocada, é inevitável. E não é, porque hoje a globalização da economia é o privilegiamento de alguns grupos econômicos e a exclusão de uma grande massa de pessoas. Tem vantagens? Tem. Quais? Tecnologia mais avançada, produtos a nossa disposição; uma sedução perigosa, a do consumo, do produto importado, do produto rápido. Basta observar que a indústria, de que muito se fala no Brasil e move as coisas, é a automobilística, da qual boa parte da população brasileira está fora, ou não tem carro ou tem um transporte coletivo de

qualidade negativa; mas é o que move.

A Globalização tem vantagens? Tem. A vantagem dela é facilitar a vida, a chegada de medicamentos, as pesquisas, e permitir um intercâmbio cultural maior. Mas ela tem uma grande desvantagem da qual muita gente ainda não se deu conta: não colocou em discussão a qualidade de vida do conjunto da humanidade. Colocou em pauta a qualidade de vida só de uma pequena parcela da humanidade; e isso não é qualidade de vida. Aliás, muitas pessoas falam que precisam de qualidade total. Costumo dizer que numa sociedade igualitária, numa humanidade justa, uma pessoa só terá qualidade se tiver quantidade total. Sem quantidade total não existe qualidade. Se não tiver quantidade atendida na área de saúde, não tem qualidade. Não se pode falar em qualidade da educação se todos não estiverem freqüentando as escolas. Não se pode falar em qualidade de habitação se todas as pessoas ainda não estiverem morando adequadamente.

O que é qualidade de vida no final do século XX? O século XX nos trouxe algumas coisas muito interessantes. A maior delas talvez seja, neste final de século, a revolta dos idosos. É mais do que revolta, é uma rebelião dos idosos que, de repente, ou não tão de repente, decidiram se manifestar: "Nós não somos descartáveis". Isso é muito interessante. Tem um princípio, uma frase, que vigora na nossa sociedade, que é um absurdo:

ninguém é insubstituível. Isso é um absurdo humano. Ninguém é substituível. O que é substituível é o que eu faço, porque isso outro pode fazer. A função de professor pode ser feita por outro. Cada ser humano, cada homem e cada mulher representa um dos arranjos da vida, desse maravilhoso mistério que é a vida, e é insubstituível. Querem ver um exemplo? O assassinato do Itzak Rabin, o primeiro-ministro de Israel. Uma das cenas que mais me emocionou foi a do enterro. Todos os governantes do mundo estavam lá. A última pessoa a falar foi a neta do Itzak Rabin. Ela subiu ao palanque e disse: "Aqui já falaram todos os grandes homens do mundo, os grandes presidentes, os grandes reis, os grandes governantes, os grandes líderes". Ela apontava para o caixão: "Já falaram sobre o grande líder militar Itzak Rabin; já falaram sobre o grande estrategista político Itzak Rabin; já falaram sobre o grande sionista Itzak Rabin; já falaram sobre o grande primeiro-ministro Itzak Rabin. Agora eu queria pedir desculpas a todos para falar um pouco sobre o meu avô Itzak Rabin". Aí ela falou sobre o seu avô. O avô é insubstituível. O primeiro-ministro é substituível, tanto que tem outro. O líder político é substituível, tanto que tem outro. O líder militar é substituível, tanto que tem outro. O Itzak Rabin é insubstituível, assim como cada um nós é insubstituível.

Precisamos pensar isso inclusive a

partir de uma referência. Há pessoas que dizem: "Eu já estou muito velho para essas coisas; não dá para ficar pensando em convivência, em mundos". Outra frase, falsa e circulando no dia-a-dia das pessoas, é a que diz que uma pessoa, quanto mais vive, mais velha fica. Isso é um absurdo, não faz sentido filosófico. Para que alguém quanto mais vivesse mais velho ficasse teria que ter nascido pronto e vir se gastando. Isso não acontece com gente; acontece com sapato, com fogão, com geladeira. Sapato, fogão e geladeira vêm prontos e vão se gastando. Humanos nascem não-prontos e vão se fazendo. Eu, Mário Sérgio, não nasci pronto e vim me gastando. Sou em 1999 a minha mais nova edição, revista, um pouco ampliada mas a minha mais nova edição. O Mário Sérgio que sou hoje não é aquele que nasceu pronto e veio gastando. Sou em 1999 um Mário Sérgio inédito, que nunca existiu. Não sou totalmente original, porque muito do que sou eu trouxe; mas não sou o mesmo de antes.

A maior dificuldade para as pessoas pensarem em qualidade de vida é acharem que têm que ser como sempre foram. A coisa mais difícil na vida é mudar um ser humano. Sabem por que? Porque mudar exige coragem para se desequilibrar. Um exemplo concreto: estou aqui agora em pé, estável, seguro, equilibrado e parado. Se eu quiser mudar de lugar, ou se precisar mudar de lugar, a primeira coisa que tenho que fazer é tirar uma perna do chão

e ficar desequilibrado por alguns segundos. Aí ponho a perna no chão e levanto a outra. O ato de andar é um ato de correr o risco do desequilíbrio. Tanto que nós não nascemos sabendo andar, tivemos que ser ensinados. Como se ensina um filho ou um neto a andar? O pai de um lado, a mãe do outro, o avô de um lado, a avó do outro, largam a criança e ela vai. Qual é o lugar mais cômodo? O berço. Mas o berço é um lugarzinho do mundo; o berço não é a vida. Temos muita dificuldade para mudar. Temos tanta dificuldade que somos apegados às coisas, porque é isso que nos dá segurança. Exemplo: tem gente que come no mesmo lugar à mesa há 40, 50 anos; dorme do mesmo lado da cama. Tem gente que viaja, vai para Rondônia chega lá e na hora de almoçar procura uma comida idêntica a que comeria na cidade onde mora. Não é interessante viver a novidade, experimentar, comer alguma coisa diferente? Um sujeito entra num restaurante, em Belém do Pará por exemplo, e em vez de experimentar alguma coisa com cupuaçu ou com tucupi, pede um filé com fritas, porque aquilo dá segurança para ele. Não dá segurança, aquilo o imobiliza.

Ora, o que é qualidade de vida? Qualidade de vida não é a qualidade individual para um, ou para outro. Qualidade de vida é aquela que parte de uma idéia. Qualidade de vida é a idéia da qualidade coletiva da vida. Tem uma frase que diz: a minha liberdade acaba quando começa

a do outro. Isso é um absurdo. Ser humano é ser junto. A minha liberdade acaba quando acaba a do outro. Nenhum ser humano é livre. Se algum ser humano não é livre da fome, ninguém é livre da fome. Se algum ser humano não é livre da falta de remédio, ninguém é livre da falta de remédio. Se alguma mulher não for livre da opressão, nenhum homem e nenhuma mulher são livres. Se alguma criança não for livre da falta de escola, da falta de lazer, da falta de amor, ninguém é livre. A minha liberdade não acaba quando começa a do outro. A minha liberdade acaba quando acaba a do outro. Se algum ser humano não for livre, ninguém é livre. Se algum idoso não for livre, nenhuma criança é livre. Se alguma criança não for livre da violência, da falta de lar, ninguém é livre. Ser humano, repito, é ser junto.

Vou contar uma historinha rápida. Talvez, para entender melhor a nossa realidade, precisemos do olhar do outro, de alguém que não é daqui. Conto sempre essa história; gosto de contá-la. Imagine que nós estejamos agora num local como esta belíssima Colônia de Férias do SESC, que é uma das entidades neste País que auxilia a rebelião dos idosos, porque a entende como uma luta correta de combater o bom combate, como diz uma das religiões. Estamos nesse campo, e de repente atrás de nós baixa uma nave do planeta Marte. Saem de lá dois marcianos; vêm a nós, nos olham e perguntam: "Onde estamos?". Aí dizemos:

"Vocês estão na Terra, vizinha de vocês no sistema solar". Eles falam: "Sim, mas na Terra, onde estamos?". Aí começamos a descrever o nosso país e dizemos: "Este é um país chamado Brasil. É o quinto país deste planeta em tamanho; menor do que a Rússia, a China, o Canadá e os Estados Unidos, mas é o primeiro em terras aproveitáveis. Tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados e apenas 160 milhões de habitantes. Extremamente favorecido, portanto, na relação demográfica. Tem 8 mil quilômetros de costa marítima; tem as duas maiores reservas de biodiversidade do planeta Terra, que são a Amazônia e a Mata Atlântica; tem as maiores reservas de minério, ainda não exploradas, no planeta Terra; tem as maiores bacias hidrográficas para a geração de vida, de energia e de transporte; tem as maiores reservas de petróleo para consumo próprio que, se parassem hoje no planeta, dariam para 30 anos ainda". Já imaginaram o olhar dos marcianos? Onde eles imaginariam ter baixado a sua nave? Num paraíso! E aí a gente continua descrevendo para os marcianos: "Este é um país que não tem terremoto forte, não tem vulcão, não tem maremoto, não tem ciclone, não tem deserto, não tem nevasca, não tem tufão, não tem geleira, não tem escola, não tem hospital, não tem comida". Os marcianos olhariam para nós e provavelmente abririam os 14 olhos, que cada um deles deve ter, e nos perguntariam: "Como é possível? Como aqui pode ser desse jeito?". Se a

gente contasse para eles que no nosso país diariamente 20 milhões de pessoas passam fome, sendo que metade dos que passam fome, 10 milhões, estão na produção de alimentos, eles não compreenderiam. E nós compreendemos? Se compreendemos, o que fazemos? Se não compreendemos, por que não compreendemos? Como é possível? Talvez a nossa resposta para os marcianos fosse: “É desse jeito”.

Não precisamos pegar o olhar dos marcianos; podemos pegar uma outra sociedade para nos olhar. Uma história real, verdadeira: os índios. Em 1974, dois caciques da nação Xavante vieram visitar a cidade de São Paulo. Na época, os xavantes não usavam o dinheiro como meio de troca. Para eles qualidade de vida era comida porque eles não costumavam acumular comida. Imaginem o impacto que tiveram quando sobrevoaram a cidade de avião. É o impacto que nós temos ao olhar a Amazônia de cima. Foram dormir num hotel na Vila Clementino, um bairro na cidade de São Paulo; e no dia seguinte foram levados a passear. Onde levaríamos dois caciques da nação xavante para passear? Nem ao Ibirapuera, nem ao zoológico, é claro! Levaríamos para conhecer uma novidade: um shopping. Já havia dois em São Paulo naquela época. Hoje tem dezenas. Foram levados à avenida Paulista com aquelas catedrais financeiras imensas; para andar de metrô, que tinha acabado de

ser inaugurado; foram levados também num lugar belíssimo no centro de São Paulo, o Mercado Municipal, uma espécie de Ceasa ou Ceagesp. É uma belíssima construção, obra do Ramos de Azevedo, o mesmo arquiteto que projetou o Teatro Municipal. Foram levados lá porque tinha uma coisa que a gente queria que eles vissem: comida acumulada. Imaginem a cena: os dois caciques entraram; deram alguns passos e ficaram boquiabertos. O que eles viram? Pilhas de alface, de cenoura, de laranja, de tomate. Ficaram com o olhar que cada um de nós ficaria entrasse no cofre de um banco, porque para nós o dinheiro é meio de qualidade de vida. Começaram a andar, a andar... até que, de repente, um deles viu uma coisa que nenhum de nós veria: notaram um menino negro, pobre (nós sabemos que era pobre pela roupa; eles não saberiam), guardando restos de verduras num saquinho. Nenhum de nós notaria isso, porque isso para nós é normal; mas eles viram e quiseram saber porque o garoto estava pegando essa comida do chão. Alguém explicou: “Porque ele precisa comer”. Ficaram calados durante algum tempo, até que um deles disse: “Não entendi. Por que ele está pegando essa comida podre se aqui tem pilhas de comida boa?”. Alguém tentou explicar: “É que para pegar comida das pilhas precisa de dinheiro”. “E ele não tem dinheiro?” perguntou o cacique. “Não, ele não tem dinheiro”. “Porque ele não tem dinheiro? insistiu”. Onde o cacique estava

mexendo? Na nossa base de qualidade de vida, no que nós entendemos como qualidade de vida. Aí falamos: "Ele não tem dinheiro porque é criança". "Ah, e o pai dele tem?". "Não, o pai dele não tem". "Então não entendi. Por que você, que é grande, tem dinheiro e o pai dele, que é grande, não tem?". A única resposta possível para o cacique, naquele momento, foi: "Sabe o que é? É que aqui é assim". Aí eles disseram uma frase inesquecível: "Vamos embora". E foram embora de São Paulo. Não conseguiram compreender essa coisa tão banal, que é uma criança com fome ter que comer uma comida podre, mesmo que esteja em frente a uma comida boa. Não conseguiram entender. Por isso eles são selvagens, não são civilizados. Talvez compreenderiam se tivessem nascido em muitas das nossas famílias, freqüentado muitas das nossas escolas, ido a muitas das nossas igrejas, assistido a muitas das nossas Tvs. Aí Talvez um dia, ao passar frente a uma criança pegando comida estragada para poder se alimentar, eles achassem normal. Aqui é assim.

Existe globalização, mas ela não é fatal. Nós só podemos aceitar a idéia de globalização quando ela puder favorecer a vida coletiva. Não adianta dizer que aqui é assim. E a globalização? Ela é assim, não tem jeito, somos vítimas, sempre vai ter desemprego? Não, não é verdade. Nós podemos ser diferentes. Queria encaminhar exatamente esse raciocínio: ser humano é ser capaz de dizer não à ditadura dos

fatos; ser humano é ser capaz de recusar aquilo que parece impossível de ser transformado; ser humano é ser capaz de se rebelar contra aquilo que parece não ter saída. Qual é a primeira palavra que um ser humano aprende a dizer na vida? Não é mamãe. Mamãe é a Segunda, porque a mãe treina, e papai é a terceira, porque a mãe fica com dor na consciência e treina também a criança. Mas a primeira palavra que um ser humano aprende a falar e entender na vida é "não". Alguém vai com a mamadeira e ele: "Não". Força e ele cospe. Se alguém quer levá-lo, e ele não quer ir, esperneia, berra. Ele é livre. Só quem pode dizer "não", pode dizer "sim". Se um gato encostar a pata numa tomada e levar um choque, nunca mais põe a pata nessa tomada. Um ser humano, não. Uma criança vem, alguém fala: "Cuidado com a tomada, não põe o dedinho". Ela põe o dedo e toma um choque. Alguém fala: "Está vendo? Faz dodói". No dia seguinte, ela põe o dedo de novo. Coloca-se um protetor de tomada, ela arranca e põe o dedo outra vez. Põe-se uma fita crepe, ela puxa e coloca o dedo outra vez. Aquele ditado, que diz que gato escaldado tem medo de água fria, vale para gato; não vale para humano. Ser humano, é ser capaz de ter utopia. Ser humano é ser capaz de recusar aquilo que parece não ter alternativa. Ser humano é ser capaz de sonhar.

Como diz muito bem o teólogo Leonardo Boff: é a utopia que impede o

absurdo de tomar conta da História. É um absurdo crianças não terem casa, família, comida e lazer. É um absurdo homens e mulheres não terem trabalho, hospital, casa e saneamento. É um absurdo idosos não terem a proteção mínima numa sociedade que deles tanto exauriu. É a utopia que impede esse absurdo de tomar conta da História. E a prova da utopia está nesta Assembléia, nessas centenas de pessoas que vieram de todos os lugares, dos 8,5 milhões de quilômetros que temos, para dizer não. Não ao massacre da dignidade da nossa vida; não a uma globalização que exclui e humilha; não a uma sociedade que não protege os seus; não a uma situação em que se imagina que o idoso não tem mais utilidade; não a uma sociedade que acha que as crianças podem ser massacradas pelo abandono, pela falta de escola, pela falta de comida. Esta Assembléia Nacional é uma utopia; e é disso que a humanidade vive. É isso que faz com que o mundo seja diferente. Cuidado para não cair na armadilha de que utopia é uma coisa negativa e impossível. A palavra utopia, na origem, não significa lugar nenhum. A palavra utopia significa ainda não. Este encontro fortalece a utopia. Qual utopia? A utopia apoiada em uma idéia pequenininha: a idéia de que fomos feitos para ser felizes.

Concluo lembrando que, de vez em quando, nós desanimamos, cansamos. Vamos para encontros, para assembleias, aqui, ali; lutamos e as coisas, muitas vezes,

não andam. Mas temos que sempre ter esperança; só que a esperança do verbo esperar. Muita gente tem esperança do verbo esperar; e esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. “Eu espero que resolvam”, “eu espero que dê certo”; “eu espero que o governo faça”. Isso não é esperança, é espera. Esperançar é ir atrás; é buscar; é arrancar. Muitos dizem: “Mas eu não consigo sozinho”. Claro que não. Tem gente que olha a situação do jeito que está e diz: “Do jeito que a coisa está, se ficar o bicho come, se correr o bicho pega”. Falta a terceira parte. É essa terceira parte que define a vida humana. De fato, se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. Mas, se juntar, o bicho foge.

Mas eu também desanimo, e concluo exatamente com isso. Sempre conto essa história. Quando quero desanimar, lembro de uma pessoa que conheci em 1991, uma das pessoas mais importantes da História. Em 1991, tive a honra de conhecer Nelson Mandela pessoalmente, e de conversar com ele. Quando encontrei com Nelson Mandela, aquele negro bonito de 70 anos de idade, cabelos brancos, alto, digno, e quando apertei a mão de Nelson Mandela, as minhas pernas bambearam. Sabem por que? Porque eu não estava apertando a mão do homem; estava apertando a mão da esperança. Mandela ficou 27 anos preso, e 18 anos numa solidária, em nome de uma idéia: as pessoas não são diferentes por causa da cor da pele. Ficou vinte e sete anos

preso, e não desistiu. Talvez tenham dito a ele: “Nelson, faz cinco anos que você está preso, deixa disso, assina lá os papéis, uma hora vai acabar o Apartheid, a segregação racial”. Ele não desistiu. “Nelson, faz 15 anos que você está preso, larga disso, nós não vamos vencer. Eles são os donos das leis, os donos das armas, os donos do dinheiro”. Ele não desistiu. “Nelson, faz 25 anos que você está preso, um quarto de século. Espera, outros virão, uma hora acaba o Apartheid. Eles são os donos da política, os donos das fábricas, os donos dos juízes”. E ele não desistiu; ficou 27 anos preso, e hoje é o Presidente da África do Sul. Começou a destruição de um dos maiores nojos da história humana, o da segregação e discriminação de qualquer tipo, a discriminação racial, religiosa, política, de etnia.

Qual é a nossa tarefa na vida? Temos uma tarefa na vida: transformar em verbo as pessoas que a gente acha que encarnam a esperança. Nossa tarefa na vida é “mandelar”: eu mandelo, tu mandelas, ele mandela, nós mandelamos; eu Jesus Cristo, tu Jesus Cristas, ele Jesus Crista; eu Sidarta Gautama, tu Sidarta Gautamas, ele Sidarta Gautama; eu Martinho Lutero, tu Martinho Luteras, ele Martinho Lutera; eu madre Teresa de Calcuteio, tu madre Teresa de Calcuteias, ela madre Teresa de Calcuteia.

Transformar em verbo e não desistir por uma razão. Aos domingos tem visita na penitenciária em São Paulo. Pavilhão

11, marginais, assassinos, estupradores. É dia de visita. Quero que eles fiquem lá para sempre. Pena de morte não, porque sou contrário, mas quero que eles fiquem lá. Há fila na hora da visita ao pior preso que está lá dentro. Sabe o que vai acontecer amanhã à tarde? O pai já não vai mais visitar, os filhos desistiram, os amigos desapareceram há anos, a mulher já não quer nem saber, e os parentes também não vão. Sabem quem está lá na fila, às três horas da tarde, para ser revistada e com uma sacolinha na mão? A mãe. Quem ama não desiste. Se alguém desistiu de algo, é porque deixou de amar. Sabem quando um preso é perigoso? Quando nem a mãe vai visitá-lo mais. Aliás, em rebelião essa é uma das técnicas de controle; identificam os presos para saber se eles têm mãe, e se elas vão visitá-los. Se um preso tem mãe e ela não vai visitá-lo, ele não tem mais nada a perder na vida. E não é só porque é a mãe dele; é porque ele não tem a última ligação que tinha com a humanidade, ou seja, o fato de que alguém não desistiu dele. Quem ama não desiste, e nós não desistiremos. Vamos mandelar, esperar e fazer.

Concluo deixando duas idéias. Uma é a do grande médico europeu Albert Schaitzer. Jovem recém-formado, teria uma brilhante carreira na Europa, mas foi para a África, onde ficou 50 anos trabalhando com pessoas necessitadas. Schweitzer (pensando sobre o fato de que a verdadeira tragédia não é quando

um homem morre) disse o seguinte: “A tragédia do homem é o que morre dentro dele, enquanto ele ainda está vivo”. E o que não pode morrer? A esperança, a recusa à ditadura dos fatos. Não pode morrer a rebelião contra aquilo que parece não ter alternativa. Porque está acontecendo esta assembléia? Porque as pessoas presentes têm um documento que vai ser lido e aprovado. Porque aqui estão homens e mulheres de muitas idades que não desistiram da vida e da sacralidade da vida; homens e mulheres que acreditam concretamente que aquilo que alguém tem é o presente que Deus deu para esse alguém. Aquilo que alguém faz, como o que tem, é o presente que dá a Deus. Cada homem e cada mulher recebeu a vida como um dom sagrado; e pode devolver esse dom lutando pela dignidade da vida de todos e de todas.

Não vamos desistir, porque amamos a vida; a vida de todos, a vida coletiva como algo sagrado. Termine com um ditado chinês. Quero deixá-lo como mensagem. Isso é importante, principalmente quando os marcianos ou os xavantes voltarem, para podermos dizer a eles que aqui não é mais assim. O ditado diz: “Dois homens vêm andando por uma estrada, cada um carregando um pão; quando se encontram, se eles trocarem os pães, cada um vai embora com um pão. Mas, se dois homens vêm andando por uma estrada, cada um com uma idéia; quando se encontram, se eles trocarem as idéias, cada um vai embora com duas idéias”. É o que todos nós estamos fazendo neste encontro: trocar idéias para que todos tenham pão. Essa é a função da vida e a nossa função na vida...

Síntese de Temas Apresentados pelos Grupos de Idosos nas Seguintes Áreas:

Saúde

Previdência e Assistência Social

Educação e Cidadania

Esporte e Atividades Físicas

Cultura e Lazer

Relações Sociais

Trabalho

Habitação

Urbanização e Transportes

Tecnologia e Meios de Comunicação



Saúde

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos do SESC Consolação, SESC Pinheiros e SESC Pompéia – São Paulo/SP; Associação Amapaense Pró-Idosos – Macapá/AP; Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho e SESC Campo Grande/MS)

Segundo a Organização Mundial da Saúde “A saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade”.

Para ampliar a longevidade e melhorar o estado de saúde temos que tomar medidas preventivas; utilizar as atividades cotidianas como exercícios para construir uma vida digna, com aumento e melhoria da qualidade.

Constata-se que, ainda hoje, na realidade brasileira a preocupação com a saúde pública, especialmente com a terceira idade, é quase inexistente. Fatores importantes como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o acesso à informação, ao lazer, ao esporte, e acima de tudo aos serviços de saúde com equipes multiprofissionais, são ainda relegados a um segundo plano. O Brasil aplica apenas 5% do PIB em saúde.

Segundo a Constituição Federal, artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem

a redução do risco de doença e de outros agravos, e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Foram criados o SUS (Sistema Único de Saúde), o PAB (Plano de Assistência Básica) e o PAS (Plano de Assistência à Saúde). Existe uma lei específica na Política Nacional de Prevenção à Saúde do Idoso que é quase perfeita na teoria, mas na prática é inoperante.

Cabe ao idoso, em particular e em conjunto, buscar formas de melhorar sua qualidade de vida. Nesse sentido sugerimos:

- cobrar sistematicamente das autoridades competentes providências definitivas no sentido de que sejam, real e efetivamente, colocadas em prática as leis que tratam da preservação da saúde; e a implantação urgente da Lei 8.842, que criou a Política Nacional do Idoso.

- desenvolver sistematicamente práticas diárias de saúde preventiva, tais como: acompanhamento de um geriatra experiente, evitando a auto-medicação; ingerir uma alimentação balanceada; manter um programa constante de modalidades físicas, de preferência com supervisão e orientação de profissionais da área. Exemplos: caminhadas, natação, esportes adaptados etc; buscar formas para aliviar as tensões psíquicas e emocio-

nais; viver a afetividade e a sexualidade de modo pleno; manter-se ativo; nunca aposentar os sentidos, as emoções, a expressão, o aprendizado etc; cuidar da pele, evitando o sol das 10 às 16 horas; estar atento aos acidentes domésticos provocados por eletricidade, tapetes, gás etc; fazer profilaxia das varizes, seguindo orientações médicas, usando calçados adequados e meias elásticas.

Segundo a ONU, o período de 1975-2025 é considerado “Era do Envelhecimento”. Isso significa que a taxa de crescimento da população global nos países desenvolvidos será de 21%, a geriátrica de 54%; e nos países em desenvolvimento a global de 88% e a geriátrica de 123%.

Ante esse quadro populacional geriátrico e a real situação do precário atendimento público brasileiro, Associações regionais não governamentais e Entidades civís criam e desenvolvem programas alternativos de saúde para manter um nível mínimo de qualidade de vida das pessoas idosas. A Associação Amapaense, por exemplo, mantém vários programas que oferecem o mínimo necessário para um atendimento regular de saúde a idosos carentes. A saúde é tratada de forma global, considerando o

envelhecimento com suas implicações sociais, econômicas e biopsíquicas. Nesse sentido, são incluídas nos programas ações preventivas como: atendimento domiciliar, orientação médica, serviços de enfermagem, cuidados higiênicos, além de alfabetização e educação continuada.

Ainda referente à saúde, é importante ressaltar a importância do tratamento da depressão, que afeta mais de 25% da população idosa (faixa dos 61 aos 87 anos) e que, conforme pesquisa realizada na Clínica de Geriatria “Dr. José Roberto Pelegrino”, quando bem diagnosticada e tratada apresenta um resultado bastante favorável.

Além da responsabilidade individual de cada idoso quanto a uma educação da saúde, é indispensável que se promova uma ação conjunta para conscientizar a sociedade e alertar as autoridades de que o Brasil não é mais um país jovem. Segundo uma recente pesquisa da ONU, já nos primeiros anos da virada do novo milênio, o Brasil terá a sexta maior população de idosos do mundo, o que vai provocar, portanto, uma demanda maior por serviços de saúde.

Previdência e Assistência Social

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos do SESC Carmo, SESC Ipiranga – São Paulo/SP, do SESC São Caetano, SESC São Carlos, SESC Ribeirão Preto – SP, e do SESC João Pessoa/PB)

A aposentadoria é uma das mais importantes conquistas do trabalhador, um reconhecimento do seu valor como cidadão. É uma justa recompensa pelos longos anos de cooperação para com o progresso social.

Não obstante, quando o tempo da aposentadoria se aproxima, o trabalhador começa a sofrer angústias e aflições, ao invés de satisfação e tranquilidade. Seu poder aquisitivo diminui de forma irreversível e suas preocupações aumentam.

Nossa Previdência Social está em crise há muito tempo. Os recursos de que dispõe são utilizados para todos os fins, exceto para os propostos. Três fontes alimentam o sistema da Previdência:

a) A contribuição dos trabalhadores, sendo trinta anos para as mulheres e trinta e cinco para os homens. Os funcionários públicos municipais, estaduais e federais, são regidos por uma legislação específica;

b) A contribuição das empresas, embora muitas delas não cumpram esse compromisso, depositando seu percentual relativo ao INSS;

c) O governo, que tem de-

monstrado ineficiência na administração do sistema previdenciário.

Antes, existiam vários Institutos de Aposentadorias: IAPI (industrialistas), IAPC (comerciantes), IAPB (bancários), IAPTEC (transportes), que adotavam políticas mais transparentes onde os segurados tinham maior representatividade e benefícios mais condizentes.

Hoje, esses institutos foram extintos e o sistema previdenciário unificado. Regime que deu ao governo ampla competência para arrecadar, fiscalizar, auditar e controlar a administração do Instituto. A partir daí torna-se responsável por todas as mazelas que destroem o sistema previdenciário.

Hoje, o aposentado é visto como um mal a ser erradicado. A administração financeira exige cada vez mais a supressão dos benefícios adquiridos, e pressiona para que os próprios segurados voltem a contribuir para financiar os rombos da Previdência. Deficit esse que penaliza não apenas os aposentados, mas também os assalariados.

A desigualdade social é um fator determinante para a reforma da Previdência, que se faz urgente num país onde 85% da arrecadação vai para 15% da população.

A criação de novos impostos não resolve enquanto não houver uma política voltada para o aperfeiçoamento e o cumprimento das regras do Instituto Previdenciário, que encaminhe adequa-

damente os recursos, que evite o desvio de verbas, que impeça anistias indevidas e que prove maior eficiência no combate à sonegação em todos os níveis. Além do que, os representantes do povo no Governo há muito deixaram de se preocupar com a realidade da Previdência. Votam reformas, discutidas em gabinetes, que atendem mais a seus interesses do que aos dos aposentados.

A solução dessa crise depende de um Congresso forte, que tenha a coragem de aprovar mudanças que realmente coloquem o país num caminho de justiça social e desenvolvimento. Cabe também aos aposentados de todos os setores se unirem na defesa de seus direitos e de sua dignidade, para que as gerações futuras tenham melhores oportunidades.

Exercendo nosso direito de cidadão participante, propomos algumas sugestões que, se devidamente incorporadas na Constituição vigente, poderão melhorar os direitos já adquiridos pelos atuais beneficiários:

a) Descentralização dos recursos financeiros por categorias; recursos a serem administrados por entidades privadas, com a participação de aposentados no gerenciamento, através de um Banco da Previdência, de uma Cooperativa ou de uma Fundação. Esses recursos financeiros poderão ser obtidos através: 1) de uma contribuição específica para o aposentado, cobrada sobre todas as operações de compra e venda, ficando

extinta as atuais; 2) de rendas extraordinárias como Loteria da Previdência (sem desconto de impostos para o governo); 3) de uma porcentagem da arrecadação nos ingressos de show, cinema, teatro, jogos de futebol, corrida de Formula 1, outras competições esportivas; 4) do sorteio 0900 e bingos.

b) Fixação de três salários mínimos com piso para os benefícios.

c) Alteração dos Códigos Civil e Penal, inclusive tratados internacionais, estabelecendo-se prisão imediata e perda de bens e valores por cometimento de crimes de sonegação, fraude e outros, sem prejuízo de responsabilidade civil. Alterações essas que deverão ser extensivas a herdeiros e/ou sucessores.

d) Criação de uma Corregedoria com a participação de aposentados ou representantes.

Quanto à Previdência Privada, ela surgiu com o objetivo de instituir e manter planos privados de concessão de benefícios complementares, ou semelhantes aos da Previdência Oficial. É extensiva àqueles cidadãos que podem se adaptar aos seus planos.

Enquanto em países do primeiro mundo a Previdência Privada existe há mais tempo, no Brasil sua regulamentação é muito recente; mais precisamente de 15/07/1977, através da Lei 6.435. Lei que formaliza e institucionaliza iniciativas existentes em empresas e funcionários a fim de promover a complementação dos



benefícios da Previdência mantida pelo Governo Federal.

Atualmente há dois tipos de Previdência Privada:

a) Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP). Constituem uma forma de poupança das economias de pessoas que contribuem, isoladamente ou em conjunto, com a empresa para a formação de fundos individualizados. Seu funcionamento é regulamentado na esfera da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);

b) Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP). São também denominadas de Fundos de Pensão. Constituem os planos de benefícios complementares, semelhantes ao sistema oficial de Previdência e Assistência Social, destinados a empregados de empresas públicas e privadas. Seus serviços se enquadram na área de competência da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social – SPC/MPAS.

Tendo em vista a crise por que pas-

sa a Previdência Social e a consequente queda dos rendimentos do trabalhador quando se aposenta, e já que existe um teto máximo assumido pela Previdência Oficial, os planos de Previdência Privada representam garantia de um futuro tranquilo, principalmente porque essa tranquilidade econômica é fator importante para a qualidade de vida. Ao escolher um bom plano, o participante estará garantindo um futuro digno para si e para seus familiares.

Nascemos para ser felizes. Após uma vida de trabalho, ajudando a fazer a história de nossas famílias, de nossa cidade e de nosso país, merecemos respeito, proteção e uma velhice digna. Sabemos que os jovens de hoje serão os idosos do Terceiro Milênio. Nossa participação hoje pode ajudá-los a construir um futuro melhor.

Educação e Cidadania

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos do Centro de Referência do idoso – Diadema/SP; SESC Belém/PA; Conselho Municipal do Idoso de Santos/SP; SESC Rondônia/RO)

Pelas informações do Instituto de

Geografia e Estatística – IBGE a partir de 2010 nascerão cada vez menos crianças, quase 80% dos brasileiros serão adultos. Em 2020, já seremos 18 milhões de maiores de 65 anos e 32 milhões acima de 60 anos de idade. Esse fato nos obriga a uma séria reflexão sobre a questão

educacional. É necessária a inserção de conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto, conforme estabelece a Lei 8842 de 1994. Nesse sentido é de fundamental importância a capacitação de recursos humanos.

Em nossa sociedade constata-se ainda hoje como causas de marginalização do idoso o grande índice de analfabetismo e a incapacidade, que a grande maioria tem, de se adequar aos avanços tecnológicos e científicos.

Com objetivos de minimizar esse quadro muitas experiências educacionais já foram implantadas com resultados bastante satisfatórios. São exemplos: as Escolas e Universidades Abertas para a Terceira Idade, os Cursos de reciclagem de conhecimentos, as Cartilhas e Guias informativos etc. Ainda devem ser ressaltadas iniciativas e programas que procuram atender a carências e necessidades regionais dos diversos tipos de grupos de idosos, atendidos quer por Associações e Entidades particulares, quer pelos organismos públicos. Citamos, por exemplo, o projeto de inserção de conteúdos transversais sobre o envelhecimento nos currículos do ensino fundamental e médio, apresentado à Secretaria de Educação por 12 entidades governamentais e não governamentais, que compõem o Fórum Permanente da Pessoa Idosa do Estado do Pará.

Tanto esse projeto como todos os programas de aprendizado informal ou de educação específica partem do princípio de que, somente através da Educação pode-se garantir que os indivíduos se preparem para um envelhecimento consciente; e que os conhecimentos científicos e tecnológicos proporcionem uma vida mais digna e qualitativa.

Discutir e refletir sobre o exercício da cidadania, sobre a contribuição de cada cidadão para a melhoria da sociedade, é também uma questão educacional vital em qualquer tipo de programa desenvolvido com pessoas e/ou grupos da terceira idade.

Sobre cidadania Thiago de Mello diz o seguinte: "Cidadania é dever do povo. Só é cidadão quem conquista o seu lugar na perseverante luta do sonho de uma nação. É também obrigação: a de ajudar a construir a claridão na consciência de quem merece o poder. Força gloriosa que faz um homem para outro homem, caminho do mesmo chão, luz solidária e canção".

Estar aposentado para o trabalho não significa que os idosos estão aposentados para a vida. Cidadania é ter vida participativa, criar espaços para reivindicar direitos, garantir conquistas, exigir justiça etc. mas sempre com uma consciência de dever cumprido.

Uma questão importante a ser considerada, também vinculada ao exercício da cidadania e a um processo amplo de

educação ambiental, é a da preservação da ecologia urbana.

A urbanização dos municípios vem se dando de forma predatória, gerando graves problemas ambientais e comprometendo a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Essa degradação pode ser evidenciada pelos seguintes fatores: contaminação da água, exiguidade da rede de esgoto, descarga de dejetos tóxicos industriais e transtornos ligados à destinação do lixo doméstico e hospitalar. Problemas relativos à poluição do ar, maiores e mais abrangentes, exigem soluções metropolitanas.

O grande desafio é o de fortalecer, junto à população, a idéia sobre a importância da noção de qualidade de vida como um conjunto de fatores mais amplo que possibilita o desenvolvimento de uma consciência ambiental.

Nesse sentido, a experiência da participação dos idosos da cidade de Santos/SP é um exemplo positivo. A concentração de idosos na cidade é expressiva. No ano 2000 terá cerca de 1 idoso por 4 habitantes.

Através de movimentos organizados, campanhas de preservação ecológica, manifestos etc, conseguiram mostrar força coletiva e pressionar organismos públicos e a população para questões ambientais importantes como: a balneabilidade das praias, coleta e tratamento do lixo, manutenção dos manguesais etc.

A consciência da responsabilidade

coletiva e o prazer de contribuir para tornar o meio ambiente mais habitável são potentes alavancas que os idosos podem utilizar como contribuição para uma ecologia urbana futura mais saudável. Para isso é necessário também o fortalecimento dos Conselhos e movimentos na busca de uma maior participação comunitária na formulação e execução de políticas ambientais.

Também vinculados à questão ambiental, os programas de turismo ecológico não podem ignorar a contribuição do segmento idoso. A preservação e conservação da natureza são a base desse tipo de atividade. As pessoas mais velhas, pelo seu maior tempo de amor dedicado a uma natureza menos depredada, podem servir como referências oculares e informativas, além de contribuir para a manutenção e continuidade de programas como os de turismo ecológico. O Estado de Rondônia foi citado como um dos muitos exemplos onde a contribuição dos idosos tem sido muito eficiente na execução de projetos e programas voltados à divulgação do turismo ecológico.

Hoje as perspectivas de envolvimento e contribuição do idoso se ampliaram significativamente. No entanto, há muito ainda para ser feito. O Brasil está em processo de envelhecimento, onde a expectativa de vida cresce rapidamente. Faz-se necessária uma tomada de consciência, também do idoso, acerca de suas capacidades de contribuição para as

transformações sociais. É necessária uma nova concepção de envelhecimento para uma sociedade que pretenda ser menos preconceituosa e discriminatória. É preciso que se tome medidas a curto, médio e longo prazo, objetivando a qualidade de vida não só do idoso, mas de toda a sociedade brasileira.

Somos todos iguais perante a lei. Deve haver uma responsabilidade con-

junta e uma participação efetiva nas diferentes formas de organizações políticas e sociais. O exercício pleno da cidadania é capaz de desenvolver e assegurar um regime democrático que gere condições de vida satisfatórias. Através da informação e da reflexão vamos tomando consciência da importância da luta por um mundo melhor, menos violento, mais solidário.

Cultura e Lazer

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos do SESC Fortaleza/CE; SESC Maceió/AL; SESC Aracaju/SE; SESC Salvador/BA; Grupo Ponto de Encontro e Secret. Mun. do Bem Estar Social de Bauru/SP)

Nas últimas décadas, passamos por radicais transformações econômicas, políticas e culturais, permitindo-nos falar sobre uma nova ordem mundial, e apontando para um novo projeto civilizatório, onde o envelhecimento populacional constitui-se na grande conquista desse final de século.

Com a expansão do capitalismo, surgiu a necessidade de uma força de trabalho melhor informada e de aumentar o consumo dos bens e serviços, como forma de se obter maior lucro. A

alternativa encontrada foi a massificação dos produtos e serviços, tornando-os acessíveis às classes menos favorecidas economicamente.

O idoso, enquanto ser integrante da sociedade, não pode ser colocado à margem desse processo. Observa-se no entanto que, ainda hoje, ele sofre discriminação social, justamente pelo não reconhecimento da sua importância e do seu potencial como elemento gerador de fatos culturais. Nesse sentido, o depoimento de um integrante do Grupo "Nova Vida" do SESC de Aracaju/SE é muito oportuno: "O idoso é um agente cultural executor de cânticos, danças, formas de vestir, modos de agir; pregador de idéias e ideologias; escritor de histórias, narrativas, poesias e toadas; pintor de imagens e matizes; realizador de atos folclóricos

e populares”. E complementa: “Uma sociedade que não percebe a importância do idoso não consegue ver a sua própria identidade. Ele é um elemento gerador de fatos culturais e também um potencial consumidor de cultura. É dotado de sabedoria e experiência de vida. É grande conhecedor e participante da economia e cultura de um povo”.

O crescimento da população idosa em todo o mundo, consequência dos avanços das ciências e recursos das modernas tecnologias, tem despertado a atenção e passa a ser também um alvo consumidor importante para os interesses do mercado capitalista. A população idosa aumentou em quantidade e, se crescer também em condição econômica, em breve deverá exigir e consumir melhor qualidade. Hoje, percebe-se que indústrias farmacêuticas, de cosméticos, a moda, as editoras, as gravadoras etc estão investindo no segmento idoso, prevendo ser ele, num futuro bem próximo, um excelente mercado consumidor.

No entanto, o acesso a esses bens e serviços ainda é restrito a uma minoria privilegiada, em detrimento do grande número de idosos que ainda reivindica condições básicas de sobrevivência. A grande maioria dos idosos brasileiros só tem acesso às programações dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão.

Após anos de incessantes manifestações, reivindicações e outras formas de

cobrar direitos e serviços, hoje os idosos de todo o Brasil já podem contar com algumas conquistas. São benefícios que têm ajudado no acesso e consumo de manifestações culturais e centros de lazer. Em muitos Estados e Municípios existem Leis e Decretos que garantem a gratuidade no transporte coletivo e a entrada nas casas de espetáculos, reduzida no preço ou até gratuita, para todas as pessoas com mais de 65 anos.

Outro fenômeno, crescente hoje, que vem contribuindo para melhorar o acesso dos idosos à cultura e ao lazer, é o esforço conjunto de Associações, Entidades de prestação de serviços públicas e/ou privadas, Universidades Federais e Estaduais, Núcleos de Pesquisa e Apoio, Agências de Turismo, agentes culturais etc, no sentido de proporcionar ao segmento idoso a oportunidade de serem produtores e consumidores de cultura e lazer, além de favorecer o acesso a serviços, antes inacessíveis. Através de programas abertos, com atividades educativas, culturais, sociais, físicas, recreativas e de lazer, favorecem a aquisição e ampliação de conhecimentos, a mudança de valores e hábitos, a interação grupal e social; mas, principal e simultaneamente, ajudam a melhorar a auto-estima e a qualidade de vida.

O acesso à cultura e ao lazer, independentemente da faixa etária de qualquer cidadão, é um fator de crescimento, de conhecimento, de interação,



de descoberta e vivência de emoções, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável. Também consideradas como formas de cultura são as atividades de lazer realizadas na ocupação do tempo livre. Caracterizam esse tipo de lazer todos aqueles aprendizados adquiridos através de práticas informais, prazerosas, e geralmente vivenciadas de forma lúdica, grupal, cooperativa e muito satisfatória.

Considerado como uma das boas opções de ocupação do tempo livre do aposentado, o turismo é hoje uma das áreas de consumo que apostam na clientela idosa. Além de consumidores, os idosos podem contribuir muito para tornar os roteiros turísticos mais dinâmicos e participativos.

Constata-se, no entanto, que mesmo trazendo benefícios culturais, físicos

e emocionais, a precária condição financeira de grande parte dos nossos idosos ainda limita sua participação. Enquanto essa condição não melhora, resta às Agências de turismo e/ou Organismos, incentivadores desse tipo de lazer e cultura, encontrar formas mais acessíveis de participação.

Aliada a questão econômica está a contribuição histórica e cultural. O idoso é memória viva de um povo; ajuda a transmitir culturas regionais; traz para as novas gerações seus conhecimentos e suas experiências.

No Ano Internacional do Idoso, verifica-se que ainda carecemos de uma política de valorização do ser velho, que estimule sua reciclagem, sua participação social, e uma educação continuada que favoreça a abertura de espaços para a aplicação dos conhecimentos acumulados.

Esporte e Atividades Físicas

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos do SESC Campinas, SESC Piracicaba, SESC Sorocaba/SP; CREATI – Passo Fundo/RS)

O crescimento acelerado da população idosa, alterando a fisionomia demográfica das sociedades, modifica também o conceito político de velhice.

Nas últimas décadas, a idade média de vida aumentou em quase 50 anos nos países mais desenvolvidos.

O isolamento dos idosos, sobretudo os aposentados, é uma das consequências do envelhecimento demográfico, resultado das sucessivas transformações sociais ocorridas na maioria das sociedades.



O envelhecimento, como fato biológico, não pode ser contido. É possível, no entanto, impedir suas manifestações patológicas. Por isso os velhos não podem continuar sendo marginalizados e impedidos de participação na sociedade.

O avanço em idade traz uma série de limitações que podem deteriorar a qualidade de vida, uma vez que a sociedade não fornece os meios adequados para contorná-las. Conviver com o envelhecimento exige práticas constantes de conhecimento e controle de si mesmo; exige o exercício incansável de cidadania ante todos os desafios, uma vez que os poderes públicos não têm uma política social que atenda satisfatoriamente as necessidades reais das pessoas idosas.

A nova concepção de velhice, como etapa particular do ciclo de vida e sujeita a limites e possibilidades, exige políticas sociais específicas direcionadas para:

- a criação de serviços úteis e de baixo custo;
- a implantação de centros abertos, de fácil acesso, onde os idosos encontrem serviços médicos, psicológicos e de lazer;
- a implantação de centros de convivência, onde os idosos possam restabelecer papéis e contatos sociais através de atividades esportivas e socio-culturais.

Quanto às atividades esportivas na terceira idade, alguns aspectos devem ser considerados:

- potencialidade e a capacidade física de cada participante ;

- estímulo à convivência e solidariedade grupal;
- modalidades esportivas adaptadas;
- equipamentos adequados e eficientes;
- supervisão e acompanhamento de técnicos especializados na área;
- diversificar e ampliar atividades conforme expectativas e necessidades dos idosos envolvidos nas programações.

Todas as práticas devem convergir sempre para o objetivo de melhoria da qualidade de vida do idoso. Para tanto é necessário levar em consideração a adaptação individual e grupal conforme as condições físicas, o tônus muscular, a resistência aeróbica e a mobilidade exigida por cada modalidade.

Recomendada pelos seus benefícios lúdicos, pelos benefícios à saúde física e mental, e à convivência, a prática esportiva pode ainda ser estimulada como alternativa terapêutica.

Quando orientada e supervisionada por profissionais, especializados e conscientes das limitações e necessidades dos idosos, a prática esportiva altera estados de saúde e comportamentos. Melhora a vida do idoso como um todo.

O aspecto terapêutico aparece quando uma modalidade física e/ou esportiva é praticada de forma prazerosa, e sem excessiva estimulação competitiva. Auxilia o idoso a combater as tensões, o isolamento, a depressão etc, além de melhorar a auto-estima e reforçar a auto-confiança.

A terapia, entendida nessa dimensão de saúde global, só traz benefícios ao idoso: melhora o funcionamento orgânico; desenvolve a concentração, a coordenação e o equilíbrio psico-social; auxilia a superar

estigmas preconceituosos; enfim, ajuda o idoso a estar mais integrado consigo mesmo, com a família, com os grupos de convivência e com a sociedade como um todo.

Relações Sociais

(Principais idéias apresentadas pelo grupo “Fim de Tarde” de Belo Horizonte/MG; e grupos do SESC do Vale do Paraíba/Litoral Norte/Alto Tietê/SP; FABES – Pref. Mun. de São Paulo/SP)

A importância do relacionamento afetivo e da vivência de uma sexualidade em todos os níveis é uma condição vital para que o idoso se posicione positivamente, se fortaleça por inteiro e descubra novas motivações para viver intensamente seu último ciclo de existência.

Foi citado o exemplo de uma senhora que, após ter desempenhado todas as suas funções na rede dos relacionamentos familiares, e sentindo-se sozinha na velhice, encontrou novas motivações e um sentido para a vida quando passou a conviver com um grupo de novos amigos. Ela gostava também de estar com os filhos e os netos. No grupo, porém, descobriu um espaço só seu; uma convivência em que podia se expressar sem a repressão

e brincadeiras irônicas dos netos muito mais jovens. No grupo não tinha motivos para depressões; colocava para fora suas tristezas e brincava sem se preocupar com a censura e crítica de filhos e netos. Passou a cuidar mais de si mesma e a considerar que, antes de ser esposa, mãe e avó, era também mulher. O afeto e o carinho das pessoas do grupo ajudaram-na a perceber e sentir que, mesmo idosa, a sexualidade continuava a mesma.

O exemplo dessa idosa mostra que, mesmo considerando a relativa especificidade de uma história de vida, para a grande maioria dos idosos a convivência em grupo pode reanimar todo o potencial adormecido de afeto e sexualidade.

A convivência com pessoas da mesma idade ajuda a fortalecer cada idoso e o grupo como um todo. Tornam-se mais resistentes às agressões verbais ou até físicas, procurando fazer valer os seus direitos, fazendo ouvir a sua voz, e mostrando que são seres humanos muito

vivos e ainda muito capazes de amar.

Assim como a convivência em grupo traz benefícios ao idoso em particular, também a força do grupo tem contribuído muito para a aceitação, afirmação, e para uma nova relação dos idosos junto à comunidade e à sociedade em geral. Melhorando sua condição individual, grupal, o idoso melhora também suas relações sociais. Convivências e experiências, acumuladas durante muitos anos, levam o indivíduo a reflexões que possibilitam a conquista de formas mais elevadas de convívio e contribuição social. Assim um indivíduo caminha para a terceira idade imbuído de um cabedal imenso de conhecimentos práticos que podem lhe proporcionar uma convivência mais saudável.

Se o idoso, por um lado, colabora com conhecimentos para a prosperidade do grupo, por outro lado traz também opiniões arraigadas, jeitos e trejeitos dos quais nem sempre abre mão. É por isso que ainda busca uma maneira mais satisfatória de relacionamento social, de igual para igual, tentando superar a marginalização e os preconceitos.

No mundo moderno, de sucessivas e rápidas mudanças, como estão as relações dos idosos com outros segmentos da sociedade?

O isolamento não resolve. É preciso se informar, entender as transformações, acompanhar a realidade atual, estar receptivo para as novas experiências e

refletir sobre a importância de conservar a mente e o corpo em atividade permanente. Os grupos e centros de convivência oferecem condições favoráveis para relacionamentos saudáveis, tanto para os idosos do grupo, como destes para com a sociedade.

Para um bom funcionamento dos grupos e centros de convivência de idosos foi lembrada e reafirmada a importância da coordenação. Função esta que, tanto desempenhada por profissionais como pelos próprios idosos, organizados em comissões e/ou diretorias, é indispensável para a manutenção da ordem e direcionamento equilibrado das relações interpessoais, no grupo e do grupo para com as ideologias mantenedoras e para com a sociedade.

Foi citado como exemplo o trabalho desenvolvido na região da Capela do Socorro, periferia da zona sul da cidade de São Paulo. A função do coordenador, pressupondo já definidos os objetivos e a metodologia, é a de extrair o máximo de informações dos próprios idosos sobre as questões e os temas abordados. Novos conhecimentos são acrescentados através de palestras, pesquisas em livros, revistas, jornais, fotos etc.

O coordenador deve ter clareza de seu papel no grupo, enquanto um facilitador para o desenvolvimento dos participantes como sujeitos do processo; estar aberto para ouvir e ser flexível ante novas propostas. Divergências e diferen-



ças estão presentes e devem ser encaminhadas para somar e não para dividir o grupo. Enfim, os métodos e dinâmicas utilizadas pela coordenação só conseguirão resultados positivos se orientados

para o resgate do auto-conhecimento, da história de vida, da riqueza pessoal de cada idoso, contribuindo assim para melhorar as relações internas e externas do grupo.

Trabalho

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos da Associação Cearense Pró-Idosos e SESC Fortaleza/CE; da Universidade Aberta à Terceira Idade de Recife e Universidade Federal do Pernambuco/PE)

A sensação do sentir-se ainda útil, comprometendo-se com valores filantrópicos, é uma forte motivação alternativa que leva um idoso a ocupar seu tempo livre com um trabalho voluntário.

A ação voluntária surge como uma oportunidade de praticar uma boa ação, estar integrado num grupo, ajudar a comunidade, e melhorar a própria disposição vital. Voluntário é aquele que, espontaneamente, presta benefícios a grupos e/ou terceiros sem receber remuneração. Visa apenas a satisfação de estar ocupando o tempo ocioso em favor de causas nobres e humanitárias.

Para chegar a esse nível de satisfação o idoso precisa estar preparado, ter

independência econômica, disponibilidade de tempo, dedicação, perseverança e organização.

De um modo geral, a ocupação do tempo livre torna o envelhecimento mais equilibrado e harmonioso. Traz sensíveis benefícios, ajuda na prevenção e tratamento da saúde, a descobrir objetivos e perspectivas novas, a manter equilíbrio nas alterações físicas e comportamentais, a encontrar enfim mais satisfações para a vida afetiva e sexual.

A disponibilidade dos idosos que querem uma ocupação voluntária pode ser melhor aproveitada quando organizada por entidades e associações ou pelos próprios grupos de convivência. Podem enriquecer esse tipo de vivência os programas de intercâmbio voluntário, onde os idosos podem trocar experiências, se confraternizar, expressar a criatividade e desenvolver talentos de forma solidária e útil à sociedade.

O trabalho voluntário é uma das

fortes alavancas para melhorar o astral de qualquer idoso: tira da solidão, do isolamento, das depressões; melhora a auto-estima; traz o reconhecimento da comunidade; abre perspectivas de novas amizades, além de muitas outras gratificações psico-emocionais. Enfim, como diz um velho ditado: "O trabalho voluntário, na maioria das vezes, traz mais benefícios para quem o faz, do que para quem o recebe".

Como colocar a questão do trabalho remunerado após a aposentadoria? Qual o sentido desse tipo de ocupação por uma pessoa idosa? Vários questionamentos e colocações foram refletidos durante a Assembléia.

Na história das sociedades humanas, o trabalho passou por vários significados, desde punição até sinônimo de poder. Observamos em nossa sociedade dois tipos de trabalhadores: um que trabalha por necessidade e/ou obrigação, e outro por prazer, por satisfação, porque se realiza naquilo que faz.

No contexto atual da realidade econômica brasileira, onde ter um emprego passa a ser uma necessidade básica prioritária, uma ocupação remunerada prazerosa passa a ser um privilégio de poucos.

E ainda neste contexto, como e onde o aposentado vai encontrar trabalho remunerado? Quando encontra, qual é o tipo de ocupação mais comum: obrigatória ou prazerosa?

O trabalho após a aposentadoria não tem merecido uma devida atenção por causa de uma série de estereótipos, que nossa sociedade ainda mantém sobre o envelhecimento. Um desses estereótipos é que um indivíduo, ao se aposentar, passa de uma fase produtiva para outra de total tempo livre; passa para uma fase passiva, sem obrigações, sem compromissos, e até mesmo sem outros objetivos.

Outro estereótipo é o de que um indivíduo, ao envelhecer, torna-se mais vulnerável às doenças e acidentes, perdendo assim sua força produtiva. Como o ritmo de produção hoje é mais acelerado, a preferência vai para os trabalhadores mais jovens.

Quanto a este aspecto, uma pesquisa na Inglaterra mostrou que, mesmo sendo mais lenta que a dos jovens, a produção de uma pessoa mais velha compensa pela qualidade final do produto. Comprova também que os índices de acidentes e faltas são menores com trabalhadores mais velhos.

Segundo dados do IBGE (1997), das pessoas com mais de 60 anos 32% são economicamente ativas. Destes, 67% são homens e 33% mulheres. Destes que estão trabalhando 73% de homens e 44% de mulheres são aposentados.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em dez anos a participação de homens idosos no mercado de trabalho cresceu 10%, e a de mulheres idosas 30%, sendo que 79% nas cidades



e 21% em zonas rurais.

Que funções desempenham os idosos nessa nova ocupação? Segundo o IBGE as mais frequentes atividades dos homens são: trabalhos por conta própria; empregos formais na administração pública ou outras organizações; e as de empregadores. As mais frequentes desempenhadas pelas mulheres são: trabalhos domésticos; trabalhos não remunerados; produções para consumo próprio; empregos formais na administração pública ou outras organizações.

Através destes dados nota-se uma grande discrepância entre o trabalho dos homens e o das mulheres idosas. Enquanto os homens desempenham funções de maior valor social e concomitante autonomia econômica e pessoal, as mulheres realizam atividades de menor valor, tanto econômico como social.

Outro dado interessante mostrado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é que, ao retornar ao trabalho remunerado, o homem aumenta sua renda mais de um salário mínimo; a mulher

não consegue chegara um salário mínimo de aumento.

Diante destes dados, o que levaria pessoas aposentadas a buscarem novamente um trabalho remunerado? As razões variam conforme situações específicas de cada aposentado. As justificativas mais comuns são: complementar uma aposentadoria insuficiente para o sustento próprio e o da família; ocupar o tempo com uma atividade útil e de algum valor social; sair da solidão e encontrar um novo sentido para a vida, ou como é comum ouvir idosos dizer que estão fazendo aquilo que sempre tiveram vontade, mas nunca a oportunidade. Agora é a hora.

O trabalho remunerado após aposentadoria, além dos aspectos apresentados, só se justifica numa sociedade que remunera mal seus trabalhadores. Mesmo mal remunerados, os trabalhadores idosos brasileiros tentam com isso garantir um pouco da qualidade de vida que já deveria ter sido garantida por direito e pelo longo e precioso tempo de contribuição produtiva.



Habitação

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos da Associação dos Idosos do Brasil – Goiânia/GO; FABES – Regional Sé-Lapa da Secret. Pref. Mun. de São Paulo/SP; Secret. Mun. do Bem Estar e SESC de Cuiabá/MT)

Habitar é uma das necessidades básicas indispensáveis para que um cidadão viva em sociedade.

Na sociedade brasileira cerca de 10 milhões de habitantes não têm onde morar; entre estes incluem-se também os velhos. E uma parcela significativa da população idosa reside em moradias bastante precárias.

Constata-se que, ainda hoje, mesmo com o amparo da Constituição, de Leis específicas e Portarias especiais, a questão habitacional do idoso brasileiro não é levada a sério.

O artigo 230, do capítulo VI da Constituição Brasileira, reza o seguinte: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar. E garantindo-lhes o direito à vida.

Parágrafo 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente, em seus lares".

Baseado na Lei 8.842 e no Decreto nº 1948, que regulamenta esta Lei, o

Ministro do Planejamento e Orçamento, através da Portaria nº 26, de 20 de junho de 1996, resolve:

"Art. 1º - Determinar que os agentes executores de programas habitacionais, lastreados com recursos da União, sugeridos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, por intermédio de sua Secretaria de Política Urbana, buscarão o atendimento ao cidadão idoso, assim considerada toda pessoa maior de 60 anos de idade, por meio das seguintes ações:

I – Identificação, dentro da área de abrangência do empreendimento, da população idosa existente e suas necessidades habitacionais e/ou urbanísticas;

II – adoção de projetos e tecnologia que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas ao cidadão idoso;

III – previsão e execução, quando couber, de equipamentos comunitários públicos voltados ao atendimento da população idosa.

Art. 2º - Estabelecer que os agentes executores, qualificados na forma do art. 1º, visando atuar preventivamente a favor do futuro idoso, incluirão critérios de atendimento, no que tange a concessão de financiamento, objetivando favorecer propostas que atendam ao cidadão maior de 60 anos de idade".

Essas referências legais alusivas

ao direito à moradia da pessoa idosa, além de normalmente ficarem restritas ao papel, não levam em consideração características específicas de uma pessoa envelhecida, como limitações físicas, dependência, insegurança etc.

Para o idoso moradia não significa apenas estar abrigado sob um teto. Tem que ser um espaço que o permita viver, respirar, conviver, estar seguro e ter perspectivas de futuro. Em Malta, por exemplo, um país da Europa que proporcionalmente tem o maior número de idosos do mundo, os velhos vivem numa condição privilegiada. São oferecidas oportunidades de melhoria, ampliação, reformas e adaptações para que os idosos fiquem em suas casas sem depender de instituições ou abrigos públicos.

No Brasil muitas iniciativas já têm investido na melhoria das condições de moradia das pessoas idosas. Em Goiânia especificamente, graças ao trabalho persistente de associações e da AIB, foram criados programas de melhoria das construções de casas lares, em conjuntos para idosos, que oferecem moderna tecnologia e proporcionam conforto e segurança. É o caso do conjunto “Vila Vida”, onde o Governo do Estado com o apoio de técnicos construiu 30 casas para 60 residentes lares de idosos. São pequenas casas com quintal, que têm infra-estrutura para atividades de ginástica, trabalhos manuais, fisioterapia, pequenas hortas, piscina, salão de beleza, salão de festas

e diversos outros atendimentos.

Iniciativa parecida vem sendo desenvolvida pela Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social da cidade de São Paulo, supervisão regional Sé/Lapa, através do Programa “Casa-Lar e Núcleo de Convivência”. O atendimento é prioritário ao idoso que mora nas ruas, e que tenha mais de 60 anos. A Casa-Lar é uma residência provisória, em sistema participativo, destinada a atender o idoso de rua em situação de abandono familiar, independente e socialmente ativo, podendo cuidar de si mesmo e colaborar na manutenção da casa. O Núcleo de Convivência é um espaço de convivência que propicia a participação do idoso na comunidade, divulgando seus direitos, estimulando sua organização e integração inter e extrageracional através de atividades culturais, artesanais, esportivas, de lazer etc.

Também pertinentes a ampla questão residencial do idoso, as reflexões sobre a co-habitação familiar mostraram que fatores econômicos, formas diferenciadas de atenção e relacionamento, moradia próxima à dos filhos etc ainda apresentam um quadro não satisfatório para a maioria dos idosos que vivem nessas condições. Autonomia, sentimento de utilidade, atenção, respeito e outras necessidades são vitais para uma convivência saudável com as pessoas mais idosas.

O mesmo pode-se afirmar quanto aos Asilos, Clínicas, Casas de Repouso,

Pensões de Idosos etc. A qualidade de vida não se limita, na maioria das vezes, às condições físicas e de conforto material, mas depende principalmente da forma de tratamento, do tipo de relação e convivência.

Quanto a esses aspectos, nossa realidade ainda é precária. No entanto, observa-se hoje uma gradativa melhoria de percepção e consciência, por parte de profissionais, entidades e associações, quanto a importância desses cuidados para se chegar a uma realidade mais dig-

nificante do envelhecimento brasileiro.

Finalizando esta reflexão sugerimos aos poderes públicos que implementem, através dos profissionais que atuam com idosos e/ou grupos de idosos, um trabalho de conscientização da população brasileira a fim de que todos possam ter um novo olhar sobre os velhos; e ainda que implementem políticas mais eficientes e adequadas que contribuam realmente para um envelhecimento mais saudável e digno do idoso brasileiro.

Urbanização e Transportes

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos da Associação Riograndense Pró-Idosos de Natal/RN; SESC e SENAC de Curitiba/PR)

Em relação a condições planejadas e mais apropriadas às limitações das pessoas idosas no tocante a espaços públicos, locomoção e transportes, pouco se tem avançado em nosso país. Isso se deve a fatores, já citados nos temas anteriores, que não consideram ou dão pouca importância a esse segmento populacional. A prioridade de atenção por parte de Órgãos Públicos, Administrações e Empresas Privadas etc está direcionada para gerenciar problemas das outras faixas etárias da sociedade.

Idéias interessantes foram comentadas sobre essas questões. Os idosos, como cidadãos que querem ajudar e contribuir com a melhoria de vida dos outros segmentos, gostariam que suas condições de locomoção, acesso a bens comunitários e transporte mais confortável também fossem considerados, e realmente efetivados pelas políticas públicas competentes.

Quanto a isso apresentam algumas reivindicações:

- incluir todos os Projetos urbanísticos e de transporte coletivo um estudo de viabilidades, considerando especialmente as condições de uma pessoa idosa;
- que os idealizadores e executo-

res de peças informativas, da comunicação visual de interesse público, não menosprezem o crescente número de idosos transeuntes, que hoje precisam muito desse tipo de orientação (avisos, comunicados, slogans, out-doors, sinais, placas, alertas, faixas, luminosos e assim por diante);

- quanto aos lugares de circulação e acesso, lembrar que está aumentando o número de idosos circulantes e que já estão exigindo conforto e segurança quanto ao piso, escadas, calçadas, banheiros etc.

Com relação aos transportes as exigências vão na mesma direção: o idoso é um cidadão com os mesmos direitos de ir e vir, e para isso merece que suas limitações sejam respeitadas com dignidade e não por compaixão. Foram apresentadas as seguintes sugestões:

- que as empresas de transporte coletivo criem algumas adaptações favoráveis ao idoso, como degraus antiderrapantes, corrimão interno de segurança, degraus maiores e menos verticais; além de placas, indicativas dos pontos de parada, mais favoráveis;

- que, simultaneamente às adaptações nos veículos, as empresas promovam treinamentos periódicos para motoristas

e cobradores sobre formas de comportamento respeitoso ao público em geral, e ao idoso em especial.

Foi citado como um exemplo de avanço, e modelo de urbanização e transportes coletivos, a cidade de Curitiba/PR. Um sistema de linhas interligadas de diversos tipos de ônibus transportam diariamente milhares de pessoas, de todas as idades; pessoas circulando pelas mais diversas regiões urbanas e periféricas com rapidez, conforto e segurança. Mesmo nos trajetos de longa distância e muitas conexões, as condições são bastante favoráveis no preço, na eficiência, nas plataformas de acesso, nas comunicações e informações visuais, no tratamento pessoal etc. Todos os ônibus possuem bancos preferenciais para idosos, gestantes e deficientes. Motoristas e cobradores são treinados para atender mais adequadamente idosos e deficientes.

Como em todos os outros temas apresentados e debatidos pelos participantes da Assembléia, a conclusão de que "há muito ainda para melhorar" vale também para a questão dos transportes e de uma urbanização mais humanizada, não só para os idosos, mas para cada cidadão em qualquer idade.



Tecnologia e Meios de Comunicação

(Principais idéias apresentadas pelos grupos de idosos do SESC Bauru, SESC Catanduva, SESC Rio Preto, SESC Santos/SP; e SESC Copacabana/RJ)

A tecnologia, por si só, não é vilã nem heroína. Ela oferece novos meios de relacionamentos com o cotidiano, mas não é isenta de valores nem é amoral. O homem a constrói. Algumas questões merecem uma consideração especial: Ele a constrói e emprega para que e para quem? Qual é o novo sentido existencial de que é portadora? Que transformações provoca no comportamento das pessoas, de um modo geral; e dos idosos, em particular?

É imprescindível hoje, que os idosos se juntem aos outros segmentos da população brasileira na luta pela utilização dos avanços tecnológicos a favor dos interesses da maioria dos cidadãos de todas as idades. De modo que a tecnologia possa gerar qualidade de vida, traduzida em conforto, desenvolvimento cultural, independência pessoal e participação comunitária, ao invés de desemprego e exclusão social.

As pessoas idosas sentem necessidade de acompanhar a evolução tecnológica. O fax, a internet, o telefone celular etc facilitam e ampliam a comunicação;

e podem ainda representar um poderoso instrumento de integração social do idoso, principalmente se atentarmos para o fato de que muitos idosos vivem sozinhos. No entanto, por falta de estímulos e, muitas vezes, de condições econômicas os velhos não têm conseguido acesso a tais inovações da moderna tecnologia.

Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão e o rádio, ainda veiculam muitos preconceitos em relação aos velhos. Diversos programas humorísticos os ridicularizam tanto por suas limitações físicas, alterações mentais, como por comportamentos morais. Nas novelas é muito comum vermos idosos desempenhando papéis secundários, banais, inexpressivos, e até pejorativos com relação à velhice. A imprensa escrita, muitas vezes, trata os assuntos relativos ao envelhecimento sem dar a devida importância, o devido aprofundamento, ou até mesmo o devido mínimo de respeito. Os valores positivos do processo de envelhecimento não são suficientemente analisados.

Os profissionais dos meios de comunicação precisam estar sensibilizados e conscientes dos valores de uma velhice saudável, para assim poderem mostrar o idoso como um cidadão que sabe o que quer, e que tem deveres e direitos;

e, portanto, passar uma imagem positiva e respeitosa. Para isso é preciso que tenham a oportunidade de demonstrar sua experiência de vida. Por outro lado, é igualmente importante que os veículos de comunicação prestem serviços relevantes à terceira idade, por exemplo, informações e orientações nas áreas jurídica, previdenciária, de saúde, educação, lazer, transporte, habitação e cultura. A ampla divulgação desses serviços é fundamental para o benefício dos milhões de idosos brasileiros.

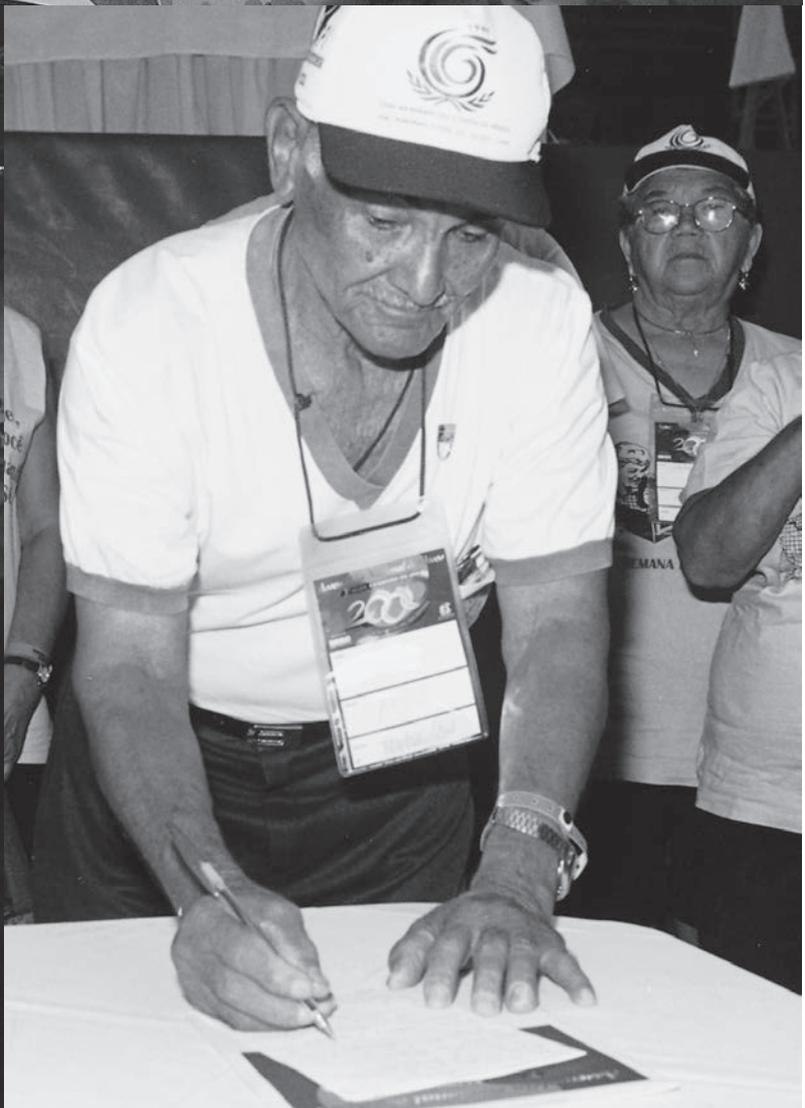
A sociedade deve encarar o envelhecimento de modo positivo, resgatando perante as gerações mais jovens uma imagem mais digna de velhice. A televisão, o rádio e a imprensa escrita devem mostrar que o cidadão mais velho ainda é capaz de contribuir de modo efetivo para a melhoria de nosso futuro.

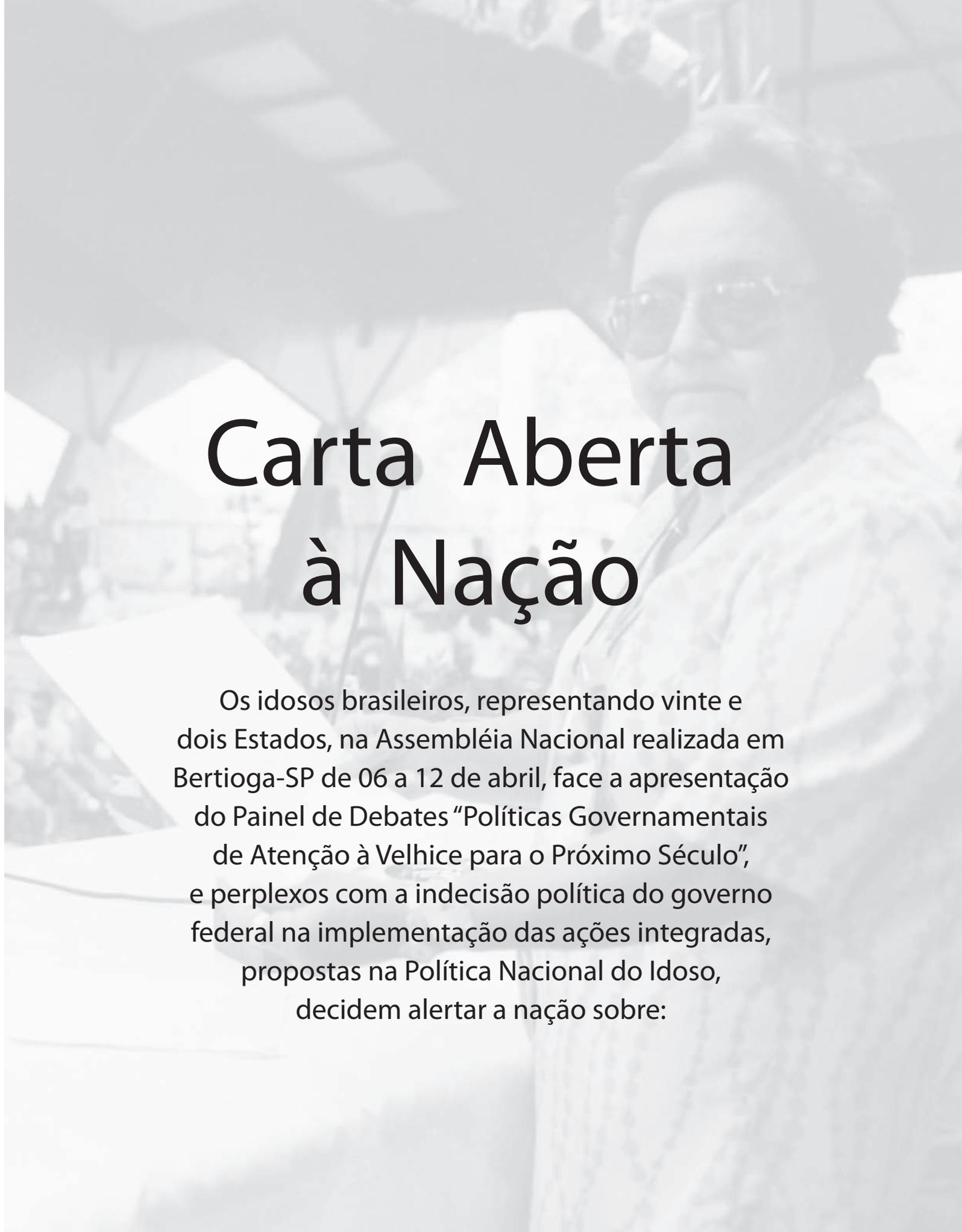
Os idosos não devem se acomodar

na incômoda posição de meros espectadores e consumidores daquilo que é produzido pela mídia. Ao contrário, devem descobrir, de todas as formas possíveis, como chegar até às programações e conseguir inserir contribuições no sentido de convencer os formadores de opinião pública sobre a importância e a utilidade do idoso para a vida nacional.

Finalmente, é importante lembrar o que diz o Decreto-Lei Federal nº 1948, de 03/07/96, no seu artigo 10º, ítem IV, assinado pelo Presidente da República, e que regulamenta a Lei nº 8.842 de 04/01/94, chamada de "O Estatuto do Idoso": "Ao Ministério da Educação, em articulação com órgãos federais, estaduais e municipais de educação, compete incentivar o desenvolvimento de programas educativos voltados para a comunidade, ao idoso e sua família, mediante os meios de comunicação de massa".







Carta Aberta à Nação

Os idosos brasileiros, representando vinte e dois Estados, na Assembléia Nacional realizada em Bertioga-SP de 06 a 12 de abril, face a apresentação do Painel de Debates “Políticas Governamentais de Atenção à Velhice para o Próximo Século”, e perplexos com a indecisão política do governo federal na implementação das ações integradas, propostas na Política Nacional do Idoso, decidem alertar a nação sobre:

1 - O desconhecimento da PNI por representantes governamentais;

2 - A não divulgação da PNI pela Secretaria de Estado de Assistência Social, conforme foi proposto, dando amplo conhecimento a toda a população;

3 - A proposta de duplicidade de ações, por parte do Ministério da Saúde, em criar um novo programa nacional de saúde do idoso, desconhecendo as atribuições já definidas na Lei nº 8.842/94;

4 - A vacinação para idosos, estabelecida a partir de 65 anos, representa um desrespeito à PNI que definiu a idade de 60 anos;

5 - A não integração efetiva dos diversos ministérios na execução da PNI;

6 - O descaso do Ministério de Educação em integrar a PNI, não cumprindo as atribuições previstas em Lei, e permanentemente ausente em todos os eventos nacionais para os quais tem sido convidado;

07 - A omissão do Ministério da Cultura, Esporte e Turismo, bem

como a Secretaria Nacional de Políticas Urbanas, de cumprir a Lei nº 8.842/94;

8 - A inconstitucionalidade da recontribuição dos aposentados, ferindo a ética, a justiça e os direitos humanos, causa indignação e descrédito nas autoridades;

9 - A ausência de autoridades do nível federal e estadual nesta 1ª Assembléia de Idosos, no Ano Internacional do Idoso, evidencia o desrespeito ao cidadão idoso brasileiro;

10 - O crescimento da população idosa brasileira, no ritmo mais acelerado do mundo, exige a tomada de providências imediatas para concretizar a PNI, enquanto uma questão ética, de justiça e de direito;

11 - Os cortes no reduzido orçamento da área social impedem a ampliação e a operacionalização da PNI e da LOAS;

Finalizando, desejamos os idosos brasileiros alertar:

- O segmento idoso está organizado e mobilizado em todo o país;
- Estão predispostos a fazer valer a sua cidadania nos próximos

Bertioga, 09 de abril de 1999.



CONSELHO
REGIONAL DO
SESC
DE SÃO PAULO

Presidente
Abram Szajman

Membros Efetivos: Antonio Funari Filho, Cícero Bueno, Brandão Júnior, Dante Ancona Montagnana, Eduardo Vampré do Nascimento, Eládio Arroyo Martins, Ivo Dall'acqua Júnior, José Maria de Faria, Luciano Figliolia, Luís Eduardo dos Santos, Manuel Henrique Farias Ramos, Orlando Rodrigues, Paulo Fernandes Lucânia, Pedro Labate, Roberto Bacil, Wallace Garroux Sampaio. Suplentes: Amadeu Castanheira, Arnaldo José Pieralini, Fernando Soranz, Henrique Paulo Marquesin, Israel Guinsburg, Jair Toledo, João Herrera Martins, Jorge Sarhan Salomão, José Maria Saes Rosa, José Santino de Lira Filho, Mauro Zukerman, Rafik Hussein Saab, Roberto Mário Perosa Júnior, Valdir Aparecido dos Santos, Walter Chede Domingos. Representantes junto ao Conselho Nacional. Efetivos: Abram Szajman, Euclides Carli, Raul Cocito. Suplentes: Aldo Minchillo, Manoel José Vieira De Moraes, Ubirajara Celso do Amaral Guimarães. Diretor do Departamento Regional: Danilo Santos de Miranda.

